

Evandro Fernandes Alves

**JACQUES LACAN E A QUESTÃO DA AUTORIZAÇÃO DOS  
ANALISTAS**

Tese submetida ao Programa de Pós  
Graduação em Psicologia da  
Universidade Federal de Santa  
Catarina para a obtenção do Grau de  
Doutor em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Scotti-  
Universidade Federal de Santa  
Catarina

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sophie  
Marret-Maleval-Universidade de Paris  
VIII

Florianópolis  
2013.

Alves, Evandro Fernandes  
Jacques Lacan e a questão da autorização dos analistas /  
Evandro Fernandes Alves ; orientador, Sérgio Scotti ; coorientadora,  
Sophie-Marret Maleval. - Florianópolis, SC,  
2013.  
144 p.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa  
de Pós-Graduação em Psicologia.  
Inclui referências  
1. Psicologia. 2. Psicanálise. 3. Formação dos  
Analistas. 4. Autorização dos Analistas. I. Scotti, Sérgio.  
II. Maleval, Sophie-Marret . III. Universidade Federal de  
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. IV.  
Título.

Evandro Fernandes Alves

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Doutor”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia.

Florianópolis, 26 de abril de 2013.

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Sérgio Scotti  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup>, Dr.<sup>a</sup> Laéria Bezerra Fontanele  
Universidade Federal do Ceará

---

Prof.<sup>a</sup>, Dr.<sup>a</sup> Louise Amaral Lhullier.  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup>, Dr.<sup>a</sup> Maria Virginia Filomena Cremasco.  
Universidade Federal do Paraná

---

Prof., Dr. Mauricio Eugênio Maliska  
Universidade do Sul de Santa Catarina



*Ao meu pai  
(in memoriam)*



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha família que está sempre presente, especialmente ao meu pai que precisou partir antes de ver concluído este trabalho.

Aos amigos brasileiros e franceses que me permitiram trilhar uma experiência de vida singular;

À banca examinadora pela gentileza em aceitar nosso convite;

Meus agradecimentos vão igualmente ao Prof. Dr. Sérgio Scotti (UFSC) e à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sophie Marret-Maleval (Paris VIII) pela forma decisiva que me orientaram, pela fineza das suas escutas e pela objetividade e precisão de suas pontuações;

Aos professores do departamento de pós-graduação em Psicologia e de Filosofia da UFSC e do departamento de Psicanálise da Universidade de Paris VIII que tiveram uma importância particular na minha formação.

Obrigado a todos!

Evandro Fernandes Alves  
Florianópolis \ Paris-2009-2013





*“Je n’ai jamais parlé de formation analytique, j’ai parlé des formations de l’inconscient. Il n’y a pas de formation analytique, mais de l’analyse se dégage une expérience.”*

*LACAN. Lettres de l’École freudienne, 1975.*



## RESUMO

Neste trabalho procura-se retomar a questão da autorização dos psicanalistas na obra de Jacques Lacan, principalmente a partir do seminário de 1973-1974 denominado *Les non-dupes errent*. Neste seminário, Lacan refaz sua proposição acerca da autorização dos analistas ao compará-la à autorização do ser sexuado. Segundo ele, assim como ocorre com o ser sexuado - que precisa autorizar-se por si mesmo a assumir seu lugar na sexualidade, mas não está sozinho para isso - da mesma forma, *o analista só se autoriza por si mesmo e por alguns outros*. O objetivo principal desta tese é articular possíveis soluções para a questão da autorização dos psicanalistas, já que essa encontra-se em aberto na obra lacaniana. Tomando como ponto de partida o processo de institucionalização da formação dos psicanalistas em Freud, foram revisitados alguns conceitos fundamentais da obra de Lacan, a saber: as fórmulas quânticas da sexuação, a impossibilidade da relação sexual, a inexistência d'A mulher, a diferenciação entre os sexos e a autorização do ser sexuado. Após realizado esse percurso, constata-se que o analista só se autoriza por si mesmo a ocupar o lugar do analista, entretanto, ele dependerá de alguns outros que participem dessa autorização. Dessa forma, poder-se-á concluir que da mesma forma que ocorre com o ser sexuado, o posicionamento do analista na psicanálise não se dá de maneira solitária. Se a verdadeira autorização só é possível *por si mesmo*, isso não impede que o analista se posicione na psicanálise em um jogo de relações que se estabelece. O significante psicanalista só será significado na oposição com alguns outros significantes: o analisando, os pares, as outras profissões e a sociedade e não, simplesmente, baseado na autorização vinda dos grandes nomes e das instituições.

Palavras-chave: Formação. Autorização. Sexuação. Psicanálise.



## ABSTRACT

The goal of this paper is to retake the issue of the psychoanalyst's authorization in Jacques Lacan's work, specially from the seminar of 1973-74 on, named *Les non-dupes errent*. In this seminar, Lacan retakes his position about the psychoanalyst's authorization when comparing it to the authorization of the sexuated being. According to him, as the sexuated being needs to authorize from himself to take over his place in sexuality, however not being alone in that, so does the analyst, by authorizing him from himself and from others. The main goal of our thesis is to articulate possible solutions for the matter of the psychoanalyst's authorization, since it is not finished in the Lacanian work. Taking as reference the process of institutionalization of the psychoanalyst graduation in Freud, we have revisited fundamental concepts in Lacan's work, as quantic formulas of sexuation, the impossibility of sexual intercourse, the inexistence of the Woman, the differentiation between sexes and the authorization of the sexuated being. After this path is taken, it's stated that the analyst only authorizes himself to take the analyst's place, but he will depend on some others that take part in this authorization. This way one can conclude that similarly to the sexuated being, the position of the analyst in psychoanalysis is not a lonely task. If true authorization is only possible from oneself, this does not prevent the analyst from positioning himself in psychoanalysis as in a game of relationships that is established. The psychoanalyst signifier will only be signified in opposition to some other signifiers: the analyser, the pairs, the other professions and society, not simply based on the authorization originated by great names and institutions.

**Keywords:** Formation. Sexuation. Authorization. Psychoanalysis.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – As fórmulas quânticas da sexuação.....	98
Figura 2 – Versão final das fórmulas quânticas da sexuação.....	99
Figura 3 – Esquema L.....	111
Figura 4 – Os Círculos de Euler.....	113
Figura 5 – O Nó Borromeano.....	114
Figura 6 – Os lugares dos discursos.....	115
Figura 7 – As fórmulas do gozo feminino.....	116
Figura 8 – Os quatro discursos.....	120
Figura 9 – O discurso do Mestre.....	122
Figura 10 – O discurso do Universitário.....	123
Figura 11 – O discurso da Histérica.....	124
Figura 12 – O discurso do Analista.....	126





# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>27</b>
<b>1. BREVE HISTÓRICO DA QUESTÃO DA FORMAÇÃO DOS ANALISTAS EM FREUD .....</b>	<b>33</b>
1.1 A ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE PSICANÁLISE .....	34
1.2 A REGULAMENTAÇÃO DA FORMAÇÃO DOS ANALISTAS .....	35
<b>2. JACQUES LACAN E OS ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA FORMAÇÃO: ANÁLISE E AUTORIZAÇÃO.....</b>	<b>39</b>
2.1 A ANÁLISE .....	39
<b>2.1.1 O FIM DA ANÁLISE E O ATO PSICANALÍTICO .....</b>	<b>42</b>
<b>2.1.2 O DESEJO DO ANALISTA.....</b>	<b>46</b>
2.2 A AUTORIZAÇÃO DOS ANALISTAS .....	47
<b>2.2.1 SITUAÇÃO DA PSICANÁLISE E FORMAÇÃO DOS ANALISTAS EM 1956 .....</b>	<b>48</b>
<b>2.2.2 Os NOMES-DO-PAI E EXCOMUNHÃO .....</b>	<b>50</b>
<b>2.2.3 O ATO DE FUNDAÇÃO E A PROPOSIÇÃO DE 9 DE OUTUBRO DE 1967 .....</b>	<b>55</b>
<b>2.2.4 O SEMINÁRIO <i>LES NON-DUPES ERRENT</i> .....</b>	<b>60</b>
<b>3. CONCEPÇÕES FRENTE À QUESTÃO DA AUTORIZAÇÃO DOS ANALISTAS E A SITUAÇÃO ATUAL DA FORMAÇÃO.....</b>	<b>63</b>
3.1 POSIÇÃO DE OMISSÃO OU DE SIMPLES MENÇÃO .....	63
3.2 POSIÇÕES IMAGINÁRIAS .....	64
3.3 POSIÇÕES DE ALGUMAS INSTITUIÇÕES .....	67
3.4 SITUAÇÃO ATUAL DA FORMAÇÃO DOS ANALISTAS.....	68
<b>4. INTRODUÇÃO AO ENSINO LACANIANO SOBRE A SEXUALIDADE .....</b>	<b>73</b>
4.1 DA DIFERENCIAÇÃO ENTRE OS SEXOS.....	73
<b>4.1.1 O SER SEXUADO E O OUTRO .....</b>	<b>73</b>
<b>4.1.2 A DIFERENCIAÇÃO ENTRE OS SEXOS SE SIGNIFICA NA OPOSIÇÃO .....</b>	<b>74</b>
4.2 A RELAÇÃO SEXUAL NÃO EXISTE .....	76
4.3 A SEXUALIDADE COMO NÚCLEO DO REAL .....	78
<b>4.3.1 DO QUE ESTÁ PARA FORA DA LINGUAGEM .....</b>	<b>78</b>
<b>4.3.2 Os MATEMAS COMO VIAS DE ACESSO AO REAL E A SEXUALIDADE .....</b>	<b>80</b>
<b>5. O COMPLEXO DE ÉDIPO E A CONSTITUIÇÃO DA SEXUALIDADE.....</b>	<b>82</b>
5.1 OS TRÊS TEMPOS DO COMPLEXO DE ÉDIPO .....	87

5.1.1 PRIMEIRO TEMPO DO ÉDIPO: A ETAPA FÁLICA PRIMITIVA.....	87
5.1.2 SEGUNDO TEMPO DO ÉDIPO: O PAI COMO AGENTE DA CASTRAÇÃO .....	90
5.1.3 TERCEIRO TEMPO DO ÉDIPO: O PAI COMO PORTADOR DO FALO .....	91
<b>6. AS FÓRMULAS QUÂNTICAS DA SEXUAÇÃO .....</b>	<b>93</b>
6.1 A FUNÇÃO $\phi X$ .....	94
6.2 O <i>NÃO-MAIS-QUE-UM</i> E A FUNÇÃO FÁLICA .....	96
6.3 AS FÓRMULAS QUANTICAS DA SEXUAÇÃO .....	97
6.4 A MULHER NÃO EXISTE .....	101
<b>7. A AUTORIZAÇÃO DO SER SEXUADO .....</b>	<b>104</b>
7.1. A ESCOLHA FORÇADA DO SUJEITO DESEJANTE .....	104
7.2 ...E POR ALGUNS OUTROS .....	109
<b>7.2.1 Os OUTROS NA TEORIA DE LACAN .....</b>	<b>109</b>
7.2.1.1 O PEQUENO OUTRO .....	109
7.2.1.2 O OUTRO.....	112
7.2.1.3 O OUTRO COMO <i>OBJETO (A)</i> .....	113
7.2.1.4 O OUTRO DO LAÇO SOCIAL.....	115
7.2.1.5 O OUTRO E O GOZO FEMININO .....	116
7.3 QUEM SÃO OS OUTROS QUE PODEM AUTORIZAR O SER SEXUADO? .....	117
<b>8. O DISCURSO DO ANALISTA E AS FÓRMULAS DA SEXUAÇÃO.....</b>	<b>120</b>
8.1 OS QUATRO DISCURSOS.....	120
<b>8.1.1 O DISCURSO DO MESTRE.....</b>	<b>122</b>
<b>8.1.2 O DISCURSO DO UNIVERSITÁRIO.....</b>	<b>123</b>
<b>8.1.3 O DISCURSO DA HISTÉRICA .....</b>	<b>124</b>
<b>8.1.4 O DISCURSO DO ANALISTA .....</b>	<b>125</b>
8.2 A CORRELAÇÃO ENTRE OS QUATRO DISCURSOS E AS FÓRMULAS DA SEXUAÇÃO .....	127
<b>9. A AUTORIZAÇÃO DO ANALISTA.....</b>	<b>130</b>
9.1 O ANALISTA SÓ SE AUTORIZA POR SI MESMO.....	131
9.2 'E POR ALGUNS OUTROS' .....	134
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>136</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>146</b>

## INTRODUÇÃO

Durante mais de dez anos, Sigmund Freud foi o único psicanalista<sup>1</sup>. Como pioneiro, tinha uma maneira particular de operar as análises e tirava da sua experiência o singular domínio da transferência e das resistências. No seminário, livro I: *Os escritos técnicos de Freud*, Lacan (2000 [1953-1954]) falará da originalidade da experiência analítica de Freud, visto que era a primeira vez que se fazia uma análise.

Porém, com o passar dos anos, a psicanálise ganhou reconhecimento e novos adeptos. Em uma leitura atenta da sua história, percebe-se que a primeira geração dos analistas foi formada pelo próprio Freud. Esses pioneiros pertenceram a uma época em que a maior parte deles se analisou entre si ou fora analisada pelo fundador da psicanálise, que era garantia da formação dos novos analistas, autorizando-os a exercer a psicanálise.

Entretanto, com o agigantamento do Movimento Psicanalítico, Freud propõe a fundação de uma associação internacional, a fim de garantir a transmissão da psicanálise e a formação dos novos analistas. Em 1910, ele cria a *International Psychoanalytical Association (IPA)* e transfere a essa instituição a tarefa de legislar, fiscalizar, regulamentar a formação e autorizar os analistas.

A Associação Internacional Psicanalítica - pautada no tripé clássico da formação - análise pessoal, ensino teórico e supervisão clínica - tornar-se-ia garantia de reconhecimento e prestígio a aqueles os quais nomeava analistas. Possuía em suas listas nomes importantes que eram os responsáveis por dirigir as análises didáticas, sustentados pelo nome do pai fundador. Freud acompanharia com pulso firme e olhar atento todo o processo de regulamentação da formação, legislando, opinando e autorizando a criação das regras estandardizadas da formação.

Após realizado o processo de regulamentação, essas regras passariam a ser seguidas por todos os institutos ligados à IPA e todos aqueles que desejassem tornar-se analistas deveriam submeter-se a elas. Millot (2006) alerta que até a segunda guerra mundial percebia-se uma total ausência de questionamentos e de artigos que tratassem da questão.

---

<sup>1</sup> Conforme relato de Freud no seu texto *A História do Movimento Psicanalítico* (FREUD, 1976 [1914] V. XIV, p.16).

Será somente com a entrada de Jacques Lacan na psicanálise que a formação seria, enfim, questionada. Durante seu ensino, Lacan faria duras críticas à *International Psychoanalytical Association (IPA)* e ao sistema vigente da formação dos analistas. Não defenderia o rompimento com o tripé da formação, mas pensaria numa reestruturação que estivesse sustentada na radicalidade das descobertas freudianas do inconsciente e do desejo.

A grande contribuição de Lacan está alicerçada em dois pontos fundamentais, ou seja, “Por um lado, Lacan tornou público o que está em jogo nesta formação: o desejo do analista; por outro, ele propôs formas institucionais próprias para assegurá-lo” (SAFOUAN, 1985, p.13). Lacan, assim, repensaria a formação a partir de dois eixos absolutamente indissociáveis que se entrecruzam e se interferem mutuamente: a própria análise daquele que deseja tornar-se analista e a autorização a exercer a psicanálise.

Quanto ao desejo do analista – ponto pivô da psicanálise - Lacan colocaria a análise como a verdadeira formação e responsável pela eclosão do desejo do analista. E nesse aspecto realiza um trabalho consistente e inovador ao explicar o que ocorre no desenrolar de um processo analítico para que, ao seu final, tenha-se o ato psicanalítico e dele possa advir um desejo singular. Dessa forma, em muitos dos seus trabalhos, vê-se articulações sobre temas importantes como a passagem subjetiva de analisante a analista, o fim das análises, o lugar que o analista deve ocupar na análise e, por fim, o desejo do analista.

No que diz respeito à questão da autorização para exercer a psicanálise, na *Proposição de 9 de outubro de 1967, Sobre o Psicanalista da Escola*, Lacan (2003b) traz uma proposta inovadora ao formular a seguinte proposição: *L'analyste ne s'autorise que de lui même (o analista só se autoriza por si mesmo)*.

Teoricamente essa proposição se tornaria um marco histórico, na medida em que passaria a regular toda a formação dos analistas dentro da Escola Freudiana de Paris. Desse modo tirava das instituições o poder de autorizar os analistas, subordinando essa autorização ao próprio desejo.

Entretanto, apesar do caráter inovador dessa proposição, ela seria alguns anos depois, fonte de desentendimentos e de confusões. Em 1974, no seminário *Les non-dupes errent*, Lacan tornaria público certo desapontamento com os resultados que essa proposição provocou na prática. Dirá ele que não é porque *o analista só se autoriza por si mesmo*, que pode entrar na psicanálise como bem entender e sem prestar contas a ninguém.

Contudo, na sessão de 9 de abril de 1974, deste mesmo seminário, Lacan repensaria essa proposição. Após examinar as *fórmulas quânticas da sexuação*, ele reafirmaria que *o ser sexuado só se autoriza por si mesmo*. “(...) ‘Ele não se autoriza senão por si mesmo’ e eu acrescentarei e ‘por alguns outros’. (...) Enquanto isso, não poderia ter surgido à ideia na minha Escola que é isso que equilibra meu dito de que o analista só se autoriza por si mesmo?”<sup>2</sup>.

Nessa perspectiva, a proposição *o analista só se autoriza por si mesmo* é reescrita e Lacan (1973-1974) sugere o acréscimo do *e por alguns outros* na sua versão original, redefinindo toda a questão da formação dos analistas.

Percebe-se que essa proposição pode criar um embaraço lógico na medida em que dela se desdobra uma questão que parece insolúvel para o sistema de formação lacaniana, podendo comprometer, assim, sua consistência interna. No momento em que Lacan afirma que existem *alguns outros* que podem autorizar os analistas a exercer a psicanálise, mas não os nomeia diretamente, ele abre a possibilidade para que *muitos analistas* possam reivindicar esse lugar, em detrimento de outros. Além disso, não se sabe se Lacan estava falando de pessoas ou instituições ao se referir a esses *alguns outros*.

Se ele se refere às instituições, essa proposição possibilita que as mesmas retornem à cena e atuem como legítimas autorizadoras dos novos analistas. Isso porque, após finalizada sua análise, o analista se voltaria a *algumas delas* para receber a autorização e, assim, assumir o lugar de analista.

Entretanto, se Lacan estava se referindo a *algumas pessoas*, novamente o processo de autorização estaria sustentado no imaginário e na autoridade dos grandes nomes que reivindicariam os seus postos legítimos de autorizadores dos novos analistas, assim como ocorria nos tempos de Freud.

Com esse acréscimo feito por Lacan, poder-se-á estar diante de um paradoxo na medida em que ao afirmar que *o analista só se autoriza por si mesmo*, estaria excluída a necessidade do *e por alguns outros*. Pela lógica formal, o *só* excluiria, automaticamente, a possibilidade de qualquer outro participar deste processo de autorização.

---

<sup>2</sup> No original: l'être sexué ne s'autorise que de lui-même. (...) Il ne s'autorise que de lui-même, j'ajouterai : 'et de quelques autres'. (...) En attendant est-ce que, il n'aurait pas pu venir à l'idée dans mon École que c'est ça qui équilibre mon dire : 'que l'analyste ne s'autorise que de lui-même'?

No entanto, ele não voltaria a falar sobre a questão e, tampouco, colocaria claramente quem são *esses alguns outros* que participam da autorização dos analistas. Sendo assim, a incógnita deixada por Lacan a respeito da formação dos psicanalistas permanece até os dias de hoje.

O que se defende nesta tese é a grande questão deixada por Lacan sobre a formação dos psicanalistas. Nela pretendeu-se responder a seguinte pergunta: quem pode autorizar alguém a ocupar o lugar de analista? Para compreender essa problemática, foram seguidas as pistas deixadas por ele quanto às *formulas da sexuação*, pois se acredita que será na analogia entre a autorização do ser sexuado e a autorização dos analistas que será possível encontrar uma resposta para essa indagação.

Na primeira parte, encontra-se a exposição histórica e dogmática do problema, a fim de posicionar melhor o leitor quanto à questão apenas mencionada anteriormente. Um breve histórico sobre a formação dos analistas em Freud (cap.1) faz-se necessário para introduzir a questão. Posteriormente, de maneira mais aprofundada, apresentar-se-á as duas questões fundamentais que sustentam a visão lacaniana da formação, a saber, a própria análise e a autorização dos analistas (cap. 2). Em seguida, estão apresentados os modos pelos quais algumas instituições e alguns psicanalistas tratam a questão (cap. 3).

Na segunda parte, busca-se desenvolver as bases teóricas para a questão problema. Inicia-se com a introdução ao ensino de Lacan sobre a sexualidade (cap. 4), em seguida aprofundam-se os estudos sobre a constituição do ser sexuado (cap. 5), as fórmulas quânticas da sexuação (cap. 6) e, por fim, será realizada a análise da proposição de que o ser sexuado só se autoriza por si mesmo (cap. 7).

Na terceira e última parte, pretende-se mostrar que uma análise cuidadosa e rigorosa das articulações lacanianas sobre a sexualidade, deverá conduzir a uma resposta sobre a questão da autorização dos analistas. Primeiramente, os quatro discursos são analisados de modo a correlacioná-los com as fórmulas quânticas da sexuação – seguindo aquilo que Lacan sugere na sessão de 9 de abril de 1974 do seminário *Les non-dupes errent-* (cap. 8). Na sequência, está problematizada a questão da autorização dos analistas, pensando-a através da analogia com a autorização do ser sexuado (cap. 9) para, finalmente, podemos concluir a tese.

O que justifica e dá importância a esta pesquisa diz respeito a um ponto fundamental. Nos anos 60, Jacques Lacan denunciara a negligência dos poderes públicos em relação à psicanálise e lamentara por esses poderes não colocarem os analistas em movimento de justificar as suas práticas e suas formações. Em alguns países – como a

França e os Estados Unidos - esse controle já começa a ser exercido pelo Estado e cabe aos analistas pesquisar, justificar, explicar e sustentar a sua posição frente às nuances da própria formação.

O método utilizado nesta tese foi guiado pelos conselhos dados pelo próprio Freud no seu texto *A História do Movimento Psicanalítico* (1976 [1914]). Diz ele: “Aprendi a controlar as tendências especulativas e a seguir o conselho não esquecido de meu mestre, Charcot: olhar as mesmas coisas repetidas vezes até que elas comecem a falar por si mesmas” (p. 13) E foi através desse caminho que as conclusões foram construídas e estão apresentadas no final deste estudo.





## I

**POSIÇÃO HISTÓRICA E DOGMÁTICA DO PROBLEMA****1. BREVE HISTÓRICO DA QUESTÃO DA FORMAÇÃO DOS ANALISTAS EM FREUD**

Ao percorrermos a história da formação dos analistas, podemos dividi-la em dois momentos fundamentais: o período com a presença ativa de Freud e aquele posterior a ele. Sobre o assunto, Millot (2006, p.29) expõe que:

(...) inicialmente, na época em que os chamados pioneiros - a partir de 1907 - juntaram-se a Freud, a formação analítica consistia na leitura das obras de Freud e na permuta das ideias com o próprio, sob a forma de correspondência ou conversas. Era possível ser reconhecido como analista por Freud quer pela prática da psicanálise, quer pelas contribuições teóricas trazidas. Esse período será denominado por Balint como o período de instrução.

Segundo o relato do biógrafo oficial de Freud, Ernest Jones (1989), a partir de 1906, a psicanálise recebe a adesão de grandes nomes como Otto Rank, Karl Abraham, Sandor Ferenczi, Hanns Sachs, Max Eitingon, Ernest Jones, e daquele que viria a ser um dos seus principais colaboradores, Carl G. Jung. Além disso, inicia-se o processo de expansão da doutrina freudiana no exterior<sup>3</sup>, que iria ao encontro da necessidade de regulamentação da prática e da técnica analítica.

Dessa forma, com o crescimento da psicanálise e da sua saída dos domínios de Viena, Freud se daria conta da necessidade de fundar

---

<sup>3</sup> Neste período expansionista, Jung fundaria a Sociedade Freudiana de Zurich em 1907 e Karl Abraham fundaria a Sociedade de Berlin em 1908. A partir de 1910, já sob a supervisão da IPA, Brill fundaria a Sociedade psicanalítica de New York (1911); Jones fundaria a Associação psicanalítica Americana (1911) a Sociedade Psicanalítica de Londres (1913) e a Associação Inglesa de Psicanálise (1919) e Ferenczi fundaria a Sociedade Psicanalítica de Budapeste (1913).

uma associação internacional e de instituir regras oficiais a serem seguidas por todos aqueles que desejassem se tornar analistas<sup>4</sup>.

## 1.1 A ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE PSICANÁLISE

A fundação da *International Psychoanalytical Association* (IPA) será o marco inicial do processo de institucionalização da psicanálise e do processo de regulamentação da formação dos analistas. Será o próprio Freud, com alguns dos seus discípulos mais próximos, que idealizará, articulará e concretizará a fundação desta instituição, no congresso de Nuremberg, em 1910.

No artigo *Psicanálise Selvagem*, Freud (1976 [1910]) justifica e defende a criação da IPA, afirmando:

Nem eu nem meus amigos e colaboradores achamos agradável reclamar um monopólio desse modo no uso de uma técnica médica. Mas, em face dos perigos para os pacientes e para a causa da psicanálise inerentes à prática que se pode antever de uma psicanálise “silvestre”, não tivemos outra escolha. Na primavera de 1910, fundamos uma International Psycho-Analytical Association-(Associação Internacional de Psicanálise-IPA), a que seus membros declararam aderir, pela publicação de seus nomes, de maneira a serem capazes de repudiar a responsabilidade por aquilo que é feito pelos que não pertencem a nós e no entanto, chamam a seu procedimento de ‘psicanálise’(Freud, 1976 [1910], V. XI, p. 212).

Segundo Jones (1989), após a fundação desta instituição oficial, Freud transfere a ela a direção dos grupos de estudos, dos periódicos e das questões institucionais - inclusive no que se refere às questões da formação. Em carta endereçada a Ferenczi (1909), ele faz uma avaliação do 2º Congresso Internacional e comunica a sua decisão

---

4 Alguns historiadores fazem um trabalho exaustivo sobre a questão: Ernest Jones em *Vida e Obra de Sigmund Freud*; Elisabeth Roudinesco in *História da Psicanálise na França* e Catherine Millot in *Sobre a História da Formação dos Analistas*.

de transferir a direção dos trabalhos administrativos, permanecendo na cooperação científica. Escreve ele: “Cientificamente, tenho a intenção de cooperar até o meu último suspiro, mas poupar-me-ei de todo o trabalho de guiar e fiscalizar e assim posso usufruir o meu ‘*otium cum dignitate*’” (Freud apud Trilling; Marcus 1979, p.420).

Mas, como é demonstrado por sua obra, Freud não se descuidou das questões referentes à formação dos analistas. Mesmo após a fundação da IPA, ele mostra-se um legislador persistente da causa. Nos textos *Psicanálise Selvagem* (1910), *Sobre o ensino da Psicanálise nas Universidades* (1919), *A Questão da Análise Leiga* (1926) e *Análise Terminável e Interminável* (1937), encontra-se seu posicionamento sobre temas importantes como a análise didática, a orientação teórica e a supervisão clínica, além da discussão do caráter finito ou infinito das análises de formação.

Nos relatos trazidos por Jones (1989) percebe-se que Freud acompanharia com olhar atento e pulso firme todo o processo de institucionalização da formação dos analistas, sendo que o sistema regulamentado pela IPA fora também pensado, examinado e avaliado por ele.

## 1.2 A REGULAMENTAÇÃO DA FORMAÇÃO DOS ANALISTAS

Quanto ao processo de regulamentação da formação, Millot (2006) defende que seria somente no congresso de Budapest, em 1918, que se iniciaria de fato a regulamentação da formação dos analistas. Dirá ela que Herman Numberg, um analista vienense, foi o primeiro a defender a necessidade de que todo o analista fosse ele próprio analisado. “O que foi, então, um voto rapidamente se tornou uma regra” (p. 30), afirma ela.

Na verdade, apesar de não ter sido institucionalizada, já em 1926, no texto *A questão da análise leiga*, Freud (1976) coloca a própria análise como fundamental para a formação dos analistas. Dirá ele que:

Todos que desejem efetuar análises em outras pessoas terão primeiramente de ser analisados por alguém com

---

<sup>5</sup> Laser com dignidade.

conhecimento técnico, e justifica sua posição afirmando que é (...) obrigação do analista tornar-se capaz, por uma profunda análise dele próprio, da recepção sem preconceitos do material analítico (FREUD, 1976 [1926], p. 155).

Entretanto, o Congresso de Budapeste terá valor simbólico e prático na medida em que oficializa a análise como um dos tripés da formação dos psicanalistas. Essa oficialização terá como consequência o nascimento dos primeiros institutos oficiais de formação: o Instituto de Berlin e o de Viena que receberam da *IPA* a tarefa de legitimar e fiscalizar a formação dos psicanalistas.

Num primeiro momento, o processo da formação - dentro desses dois institutos - fora pensado com o objetivo de oferecer as análises didáticas e o ensino teórico necessário aos futuros analistas. Além disso, o instituto de Berlin criou uma policlínica a fim de dispensar tratamentos gratuitos e, assim, atrair os pacientes para os iniciantes na prática clínica da psicanálise. Segundo Millot (2006), assim que os analistas em formação terminavam a sua análise didática inicial e os cursos teóricos requeridos, lhes eram confiados os pacientes que convinhem para se iniciarem na prática clínica. Esses institutos destinavam aos iniciantes um analista experiente que teria como função orientar e controlar o trabalho feito pelos analistas em formação.

Segundo Eigton (apud Millot, 2006), nasce “bem naturalmente” a supervisão clínica, sendo que essa modalidade da formação dos psicanalistas seria oficializada em 1936, no congresso de Marienbad. Em 1919, Freud já havia afirmado que o analista poderia conseguir a experiência prática ao levar a cabo os tratamentos, uma vez que obtivesse a supervisão e a orientação de outros psicanalistas.

O Congresso de Marienbad, portanto, regulamenta a análise pessoal, o ensinamento teórico e a supervisão clínica como o modelo de formação oficial que deveria ser adotado por todos os grupos internacionais de psicanálise. Fica regulamentado, também, o tempo de duração da formação e uma estrutura básica<sup>6</sup> para o ensino teórico.

---

<sup>6</sup> No texto *A Questão da Análise Leiga* (1926), Freud define os conteúdos que seriam necessários serem transmitidos aos psicanalistas. “Dirá ele que se uma ‘faculdade’ de psicanálise fosse fundada, ela deveria conter a psicologia profunda como principal disciplina, ou seja, a transmissão dos conteúdos propriamente psicanalíticos, uma introdução à biologia, o estudo da ciência da vida sexual e a familiarização da sintomatologia da

Essas premissas foram pensadas e sustentadas por Freud, como premissas elementares da formação.

Millot (2006) faz uma pesquisa na coleção do *International Journal of Psychoanalyses*, e esclarece que em 1930 o sistema de formação do Instituto de Berlim se tornou mais rígido, já que se definiram as regras para a admissão dos candidatos. Com elas se passou a exigir maturidade da personalidade, firmeza de caráter e atributos psicológicos compatíveis aqueles que desejassem exercer a psicanálise.

No plano da formação científica os candidatos deveriam ter terminado seus estudos em medicina ou outro curso de nível superior em área afim da psicanálise<sup>7</sup>. A formação começava com a análise didática em sessões diárias. Os resultados da análise didática eram levados ao julgamento da Comissão de Formação que decidia o momento em que o analisando deveria iniciar a prática clínica, ou seja, “começar a clinicar sob supervisão” (MILLOT, 2006, p.34). Além disso, a escolha do analista didata só seria permitida dentre uma lista de analistas habilitados pela comissão de formação.

No texto *A Questão da Análise Leiga*, Freud (1976 [1926]) esclarece que essa seria uma formação inicial do analista, pois ela deveria durar infinitamente já que, a seu ver, a análise é interminável. Dirá ele:

Calcula-se um período de cerca de dois anos para essa formação. Mesmo após esse período, naturalmente, o candidato é apenas um principiante e não ainda um mestre. O que ainda se necessita deve ser adquirido pela prática e por uma troca de ideias nas sociedades psicanalíticas nas quais membros jovens e velhos se reúnem (FREUD, 1976 [1926], p.258).

Assim, essa formação inicial teria a duração de aproximadamente dois ou três anos. Seria acompanhada, de perto, por um comitê de formação que respeitaria o tempo de formação de cada

---

psiquiatria. Além disso, a formação deveria contemplar a história da civilização, a mitologia, a psicologia da religião e a ciência da literatura.

<sup>7</sup> Lembremos ao leitor que na época, houve uma grande polêmica sobre a admissão de não médicos como analistas. No texto *A Questão da Análise Leiga (1926)*, Freud defende a aceitação dos não médicos na psicanálise, onde, nos Estados Unidos da América era vetada a atuação dos não médicos como psicanalistas.

um, tempo esse que seria singular e variável, ou até mesmo podendo ser interrompida pela comissão.

A formação, nos moldes da oferecida pelo Instituto de Berlim, serviu de modelo para as normas que a Comissão Internacional de Formação estabeleceria como oficiais. Essa regulamentação terá como consequência a responsabilização das instituições pela formação dos analistas, que responderiam por aqueles por elas formados. Ponto importante a ser mencionado é que só estariam autorizados a praticar a análise aqueles que tivessem sido formados pelas instituições oficiais e depois de admitidos pela *IPA*.

De acordo com Roudinesco (1988), uma das grandes falhas dessas instituições, que regulamentaram a formação, foi o excesso de prescrições que passaram a ser cada vez mais detalhadas a fim de buscar alcançar um modelo ideal da formação.

Millot (2006) revela uma constatação importante: até a segunda grande guerra haveria uma ausência de reflexões sobre a formação psicanalítica e, ao mesmo tempo, intensa regulamentação, e somente após a guerra Balint (apud MILLOT, 2006) iniciaria uma série de críticas sobre os modelos de formação. Além disso, ele denunciaria a ausência de teorias que as sustentassem, criticaria o dogmatismo do sistema adotado, seu caráter antianalítico, o conformismo dos analistas, a esterilidade teórica e as lutas e rivalidades entre os analistas.

Entretanto, apesar das críticas, esse sistema continuaria quase o mesmo até os anos 50 e seria somente com a atuação de Jacques Lacan, no movimento psicanalítico, que a questão da formação dos analistas passaria por um verdadeiro reposicionamento.

Defensor veemente de uma formação baseada em seus construtos teóricos, Lacan dirigiria duras críticas ao poder e à burocracia das instituições oficiais de psicanálise e pensaria em um sistema de formação que estivesse de acordo com a teoria e com a prática psicanalítica.

## 2. JACQUES LACAN E OS ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA FORMAÇÃO: ANÁLISE E AUTORIZAÇÃO

### 2.1 A ANÁLISE

Análise didática é um termo já marcado por certa tradição dentro da comunidade analítica. Já nos escritos de Freud, o termo aparece pela primeira vez no texto *A Questão da Análise Leiga* [1926], onde Freud (1976) afirma que os analistas em geral deveriam realizar as análises terapêuticas, e os analistas chamados de *didatas* deveriam ocupar-se dos analistas em formação. Mas “esses ‘analistas didatas’ - vamos chamá-los assim - precisarão ter tido uma educação especificamente cuidadosa” (p.281), afirma ele<sup>8</sup>.

Entretanto, Lacan iria tirá-la do campo das instituições para pensá-la à luz dos aspectos subjetivos que envolvem a passagem de analisando a analista. Ao fim de uma análise, afirma ele, teremos o ato psicanalítico que marcará o fim do trabalho do analista e o surgimento de um novo psicanalista.

No seminário o *L'Acte Psychanalytique* (inédito)<sup>9</sup>, Lacan (1967-1968) afirma que no momento em que um sujeito se decide por exercer a função de psicanalista já haverá a presença de um *ato*. No ato da entrada em análise ele se decidirá por um analista que, aos seus olhos, sustentará o lugar de *mestre* - de saber - e poderá conduzi-lo rumo à verdade do seu inconsciente. Essa verdade revelará o seu desejo e deverá ser elucidada no término desse processo.

---

<sup>8</sup> Jorge (2006) comenta a questão da diferenciação entre análise didática e análise terapêutica. Segundo ele, apesar de Freud utilizar o termo análise didática, no livro *Escritos* (2003) Lacan defende a ideia de que toda a análise é didática, mesmo que no só depois ela se revele como tal e jamais antecipadamente. Dessa forma, quando nos referirmos à análise do sujeito que está em formação, a partir do ensino lacaniano, utilizaremos simplesmente o termo análise.

<sup>9</sup> Quando se fizer referências aos seminários inéditos de Lacan, serão utilizados como base os exemplares da biblioteca da *Escola da Causa Freudiana* - de Paris - já que estes seminários ainda não se encontram publicados.

Dessa forma, para que uma análise se concretize, o analista deverá ser colocado pelo seu analisando num lugar bem específico do dispositivo analítico: o lugar de mestre, ou seja, daquele que detém o saber. Essa operação será fundamental, na medida em que será ela que fundará a transferência e demarcará o início do processo.

No Seminário de 1964: *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Lacan (1988) conceitua a transferência como um dos quatro conceitos que dão sustentação à psicanálise, ao lado do inconsciente, da repetição e da pulsão. Ele a define como algo que estrutura todas as relações particulares a esse outro que é o analista, e será categórico ao afirmar que tudo o que envolver essa relação sofrerá a sua interferência e portará as suas marcas.

Ainda neste Seminário, Lacan (1988) esclarece que a transferência não estará presente desde o início do processo analítico e esse fenômeno só se instalará no momento em que o *amor* se apresentar. Tirando-o das visões do senso-comum ou psicológicas sobre o amor, Lacan se utilizaria de um conceito por ele criado, o *objeto (a)* - o objeto causa do desejo -, para explicar essa relação imaginária que envolve psicanalizando e psicanalista e que será o motor da transferência.

Nos anos de 1960-1961, no Seminário livro 8: *A transferência*, Lacan (1992) faz uma bela análise sobre o amor de transferência e o *objeto (a)*. Nesse seminário, ele indica a fascinação d'Agathon por algo em Sócrates, algo que Platão, no Banquete, denominará de *agalma*:, o que significa algo precioso, brilhante, resplandecente, que nada mais é que o desejo mesmo de Sócrates, ou seja, seu desejar.

É justamente disso que se trata. Essa indicação topológica é essencial. O importante é o que está no interior. Agalma bem quer dizer ornamento ou enfeite, mas aqui, antes de mais nada, joia, objeto precioso-algo que está no interior (LACAN, 1992, [1960-1961], p.141).

Esse *agalma*, que suscita o desejo, nada mais é que o *objeto (a)* - objeto causa do desejo. Assim, numa análise, o analista deverá se posicionar no lugar que era ocupado por Sócrates no Banquete e o analisando desejará o próprio desejo do analista, como uma joia ou um objeto precioso.

Dessa forma, guiado pela transferência, o sujeito se dedicará à tarefa de tornar-se possuidor do desejo do seu analista, ou seja, tentará ocupar todo o espaço do seu desejo. Imaginariamente, ele buscará se



ajustar ao menor capricho ou a menor vontade deste. O voto do analista passa a ser uma ordem para o analisando, ou seja, seu desejo nasce de uma subordinação total a este outro desejo: ‘o desejo do homem é o desejo do outro’ (Lacan, 1998, p.634), afirmaria Lacan em todo o seu ensino.

No seminário *La Logique du fantasme* (inédito), Lacan (1966-1967) afirma que na operação analítica, o analisando deve alienar-se ao desejo do seu analista. Essa alienação ao desejo desse outro, deverá ser mantida até o final de uma análise, quando, enfim, o desejo do analisando deverá separar-se do desejo do analista e ele passará a sustentar o seu próprio desejo. Pela transferência, o sujeito direcionará o seu olhar para onde está o olhar e o desejo do seu analista e, numa operação imaginária e simbólica, reatualizará o vivido e corresponder ao menor indício do que ele imagina ser do desejo deste Outro.

Se pensarmos o lugar do analista nessa relação, podemos afirmar que ele é colocado pelo seu analisando como o mestre, ou seja, no lugar daquele que é sabedor sobre a verdade do desejo. Entretanto, Lacan fala em todas as oportunidades que o lugar que o analista deve ocupar não é do sujeito que sabe, mas do *Sujeito suposto Saber* e que esse lugar deverá permanecer vazio, para que o desejo do analisando possa se fazer ver.

No seminário *RSI* (inédito), Lacan (1974-1975) afirma que o *Sujeito Suposto Saber* não sabe coisa alguma sobre a verdade inconsciente do seu paciente, mas ao ser colocado neste lugar, ele torna-se o *objeto (a)* – objeto que causa o desejo do analisando. Como *objeto (a)*, ele poderá conduzi-lo rumo ao grande Outro – que é o detentor da verdade que o sujeito veio buscar no dispositivo analítico. Essa verdade tem a ver com a sua sexualidade e com o seu desejo.

Dito de outro modo, para que o processo analítico se efetive e chegue a um possível término, o que se espera do analista é que ele sustente esse lugar de objeto da transferência- ou lugar do *sujeito suposto saber*, e conduza seu analisando numa espécie de tapeação ou enganação - o que o analisante só se aperceberá no final da análise (LACAN, 1992 [1969-1970], p.50).

O analista deverá ser capaz de conduzir o processo da análise, mantendo-se neste lugar do objeto causa do desejo, que só deverá ser rejeitado no fim da análise pelo analisando. Esse posicionamento tornar-se-á necessário, pois, será ele que permitirá que o analisando avance e se confronte com a verdade insuportável do seu desejo e da castração.

No Seminário *L'identification* (inédito), Lacan (1961-1962) retoma o texto *Análise Terminável e Análise Interminável* (1937), onde

Freud afirma que a análise chegará ao seu ponto máximo quando o sujeito se confrontar com o rochedo da castração. Esse rochedo se inscreverá de duas formas distintas: complexo de castração no homem e *Penisneid* na mulher. Essa constatação de Freud levaria Lacan, mais tarde, a postular que esse rochedo da castração nada mais é que o confronto com o Real da sexualidade.

No Seminário *Les non-dupes errent* (inédito), Lacan (1973-1974) coloca a sexualidade no núcleo do real e traz a fórmula esclarecedora sobre a questão: “Que não há relação sexual que possa se escrever. (..) É esta a coisa, a coisa que eu produzi na frente de vocês, é isto que eu já anunciei com o nome de a Coisa freudiana”<sup>10</sup>.

E por fim, na sessão de 18 de janeiro de 1967, no Seminário *La logique du fantasme* (inédito), Lacan (1966-1967) cita Freud e conclui que o sentido da descoberta freudiana está no fato de que a linguagem não domina o que diz respeito à realidade da sexualidade e da castração. Define que o recalque – que funda o inconsciente – tem a ver com um real que a mantém fora de um sistema de articulação da linguagem.

Esse real está implicado no fato em que o sujeito se dará conta da não existência da completude, sendo determinado por uma falta que marcará a inexistência do falo. No momento em que o sujeito se deparar com essa realidade, a análise terá chegado ao seu fim.

### 2.1.1 O Fim da análise e o ato psicanalítico

Na última sessão do Seminário Livro 11: *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, Lacan (1988 [1964]) expõe o fim da análise como a liquidação da transferência. Dirá ele que devemos pensar o fim da análise em termos de um esvaziamento do amor de transferência. “Se a transferência é a atualização do inconsciente, será que se quer dizer que a transferência poderia ser para liquidar o inconsciente? Ou será que é o sujeito suposto saber que devemos liquidar como tal?” (LACAN, 1988 [1964], p.253).

---

<sup>10</sup> qu'il n'y a pas de rapport sexuel qui puisse s'écrire. (...) C'est ça la chose, la chose que je produis devant vous, c'est ce que, quelque part...c'est ça que j'ai déjà énoncé sous le nom de La chose freudienne.

Certamente, no fim de uma análise o *sujeito suposto saber* é que será considerado como liquidado. Será neste momento que a *tapeação* (p.253), a qual o analista conduzia o analisando, se desfará e o sujeito deverá sair da alienação em que se encontrava com o analista. A partir daí, o analista não ocupará mais o lugar de *agalma*, ou seja, do *objeto (a)*. Neste momento, o analisando dirá ao seu analista: “Eu te amo, mas porque inexplicavelmente amo em ti algo que é mais do que tu - o objeto (a) minúsculo, eu te mutilo” (LACAN, 1988, [1964], p.254).

No final do seminário sobre a transferência, dirá Lacan que ao ocorrer a liquidação da transferência, a análise terá chegado ao seu fim, e que esse fim portará certo luto. Esse luto consistirá na elaboração de uma perda real, peça por peça, pedaço por pedaço, signo por signo, até o seu esgotamento. Quando isto estiver feito, o luto terá acabado.

Da mesma forma, em uma análise, o objeto vai aos poucos sendo desligado, perdido até que ocorra o seu completo desligamento. Quando estiver feito este processo de *luto*, por ambos os parceiros, a análise estará liquidada e ocorrerá, enfim, o que Lacan denominará de o *ato psicanalítico*.

Trazendo o *ato* para a psicanálise, Lacan (1967-1968) esclarece que são três os momentos em que o ato deve operar: 1) o ato principiez que leva o sujeito a engajar-se numa análise; 2) o ato do analista que se efetiva durante a análise; e, 3) O ato psicanalítico que se opera no fim da análise - e que será responsável pela passagem subjetiva de analisante a analista. ‘Começar ser psicanalista – diz ele - todo mundo o sabe, isso começa no fim de uma psicanálise’ (*sessão de 10 de janeiro de 1968*)<sup>11</sup>.

Assim, o ato de entrada na análise se efetiva no momento em que o sujeito vê em si despertado o desejo de *ser* analista. Neste momento, esse sujeito deverá instituir alguém para ocupar o lugar do *sujeito suposto saber* e, dessa forma, sua análise terá início.

Quanto ao ato do psicanalista na análise, Lacan (1967-1968) afirma que da ação do analista emana um ato que opera psicanaliticamente e esclarece, ainda, que este ato mantém uma relação direta com a transferência e a interpretação. Dessa forma, para que a interpretação do analista possa operar em ato, ele deve posicionar-se no lugar que, como visto, se relaciona ao lugar de objeto (*a*) na

---

<sup>11</sup> No original: commencer d’être psychanalyste, tout le monde le sait, ça commence à la fin d’une psychanalyse.

transferência<sup>12</sup>. Será o manejo da transferência que dará a garantia de que a interpretação feita pelo analista opere como verdade no inconsciente do analisando. Assim, “fora disto que eu chamei de manipulação da transferência, não há ato analítico”<sup>13</sup> (LACAN, sessão de 29 de novembro de 1967). E, será pelo manejo da transferência que se tornará possível que se efetive a interpretação do analista e os efeitos da análise.

Entretanto, nem toda a interpretação provocará um ato psicanalítico. No Seminário livro 11: *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, Lacan (1988 [1964]) traz algo importante que possibilita a compreensão desta questão:

A interpretação não é aberta a todos os sentidos. Ela não é de modo algum não importa qual. É uma interpretação significativa, e que não deve faltar. Isso não impede que não seja essa significação que é, para o advento do sujeito, essencial. O que é essencial é que ele veja, para além dessa significação, a qual significante - não senso, irredutível, traumático – ele está como sujeito assujeitado (LACAN, 1988 [1964], p. 237).

Dessa forma, as interpretações do analista que farão ato psicanalítico serão aquelas que tocam diretamente e de maneira precisa a realidade do inconsciente do sujeito e possibilitam, assim, a sua abertura.

E, por fim, temos a questão fundamental que Lacan (1967-1968) traz no Seminário *L'Acte psychanalytique* (inédito) que diz respeito ao ato que se efetiva no fim da análise. Quanto a isso, *na sessão de 06 de dezembro de 1967*, Lacan retoma a ideia que já havia colocado no início do seu seminário: há alguma coisa de insuportável – insustentável – na análise, dirá ele. Esse algo insuportável se refere ao

---

<sup>12</sup> Anos mais tarde, no seminário Livro 17 : *O avesso da psicanálise* (1992), Lacan avançaria na compreensão do lugar do analista, através da criação dos quatro discursos. Os quatro discursos serão analisados no capítulo 7 desse trabalho.

<sup>13</sup> hors de ce que j'ai appelé manipulation du transfert, il n'y a pas d'acte analytique. (LACAN, seminário *L'acte psychanalytique*, 1967-1968, inédito)

lugar que o analisando colocará o analista quando sua análise tiver chegado ao fim.

O término da análise consiste na queda do sujeito suposto saber e sua redução ao advento deste *objeto a* como causa da divisão do sujeito que vem em seu lugar. (...) a saber, o analista é este que vem, no fim da análise, a suportar de não ser nada mais que este resto da coisa processada que se chama o *objeto a*. (*sessão de 10 de janeiro de 1968*)<sup>14</sup>.

Dessa forma, a análise terá continuidade até o momento em que o analista estiver ocupando o lugar do *sujeito suposto saber*. No momento em que ele for destituído deste lugar, pelo analisando, a transferência estará liquidada e o analista passará a ocupar o lugar de resto ou de dejetos.

Lacan (1967-1968) afirma que o resultado desta operação será o *désêtre du sujet supposé savoir*. (desubjetivação do sujeito suposto saber). Utilizando as palavras de Freud - de que onde estava o isso eu devo advir -, com o ato analítico pode-se afirmar que onde estava o analisando um analista há de advir.

No final do Seminário *L'acte psychanalytique* (inédito), Lacan (1967-1968) será enfático ao afirmar que a análise é a verdadeira formação analítica, não havendo outro critério para se formar os analistas. No término da análise o sujeito poderá suportar a divisão que se representa de uma forma trágica.

Em resumo:

O psicanalista, portanto, induz o sujeito – o neurótico, no caso – a enveredar pelo caminho em que ele o convida a encontrar um *sujeito suposto saber*, na medida em que essa incitação ao saber deve conduzi-lo à verdade. Ao término da operação, há um esvaziamento do *objeto a*, como representante da hiância dessa verdade rejeitada, e é esse objeto esvaziado que o próprio analista passa a representar, com o seu em-si, se assim

---

<sup>14</sup> No original: Le terme de l'analyse consiste dans la chute du sujet supposé savoir et sa réduction à l'avènement de cet objet(a) comme cause de la division du sujet qui vient à sa place. (...) à savoir, l'analyste c'est celui-là qui vient, au terme de l'analyse, à supporter de n'être plus rien que ce reste, ce reste de la chose que qui s'appelle l'objet(a)

posso dizer. Em outras palavras, o analista cai, ao se tornar, ele mesmo, a ficção rejeitada (Lacan, 2008 [1968-1969], p. 335).

Assim, graças à análise, a verdade última do sujeito será revelada, verdade sobre a sua castração, que o levará ao encontro do objeto radicalmente perdido que causa o seu desejo. Será esse encontro radical e este esgotamento do *objeto (a)* que reposicionará o seu desejo, fundando o *desejo do analista*.

## 2.1.2 O desejo do analista

No Seminário *Le désir et son Interpretation* (inédito), Lacan (1958-1959) afirma que o desejo do analisando será o desejo do desejo deste outro que é o analista. Em contrapartida, o analista também deseja que este outro deseje o seu desejo para que a transferência se instale e o processo analítico possa ocorrer. Trata-se, então, de um jogo de desejos.

No Seminário Livro 8: *A Transferência* Lacan (1992 [1960-1961]), busca articular o desejo do analista de uma maneira precisa. Critica as posições daqueles que consideram que o objetivo da análise é de fazer uma purificação do inconsciente do sujeito, e questiona sobre “o que se deve ser obtido em alguém para que ele possa ser um analista” (p. 108).

O fundamental é definir *em latitude e longitude*, diz ele, “as coordenadas que o analista deve ser capaz de atingir para, simplesmente, ocupar o lugar que é o seu, o qual se define como aquele que ele deve oferecer vago ao desejo do paciente para que se realize como desejo do Outro” (Lacan, 1992 [1960-1961], p.109).

O que possibilita ao analista – que também é um ser desejante - de ocupar esse lugar vazio é que na sua análise ele adquiriu outro desejo ao “sofrer uma mutação na economia do seu desejo” (LACAN, 1992[1960-1961], p.187). Isso provoca a reestruturação e a reorganização do seu desejo, criando um desejo particular que é o desejo do analista.

Retomando a questão, pode-se afirmar que o analista joga como um *morto* no processo analítico, devendo *sempre saber o que há*

na *distribuição das cartas*. Ele deverá estar atento aos sentimentos que experimenta, mas nunca deverá ficar surpreso ao se dar conta do desejo que será colocado em si, pelo seu analisando.

O desejo do analista é aquilo que o sustenta na sua posição nas análises – lugar de *objeto (a)*. Como *objeto (a)*, o analista poderá conduzir o sujeito no processo de transferência e no desbravamento do inconsciente. O desejo do analista é o desejo do desejo do seu paciente, a fim de que o mesmo o coloque no lugar do *Sujeito suposto Saber (SsS)*. Entretanto, no fim da análise, o analista deve estar preparado para ser destituído deste lugar e colocado, enfim, em uma “posição de lixeira”. (LACAN, 1992[1960-1961], p.193).

## 2.2 A AUTORIZAÇÃO DOS ANALISTAS

Nos escritos de Lacan encontram-se passagens importantes para a compreensão do progresso que teve, no curso da sua obra, a questão da autorização dos analistas. Nesse percurso, ele articula os principais aspectos e nuances que a envolve e percebe-se, também, os impasses e a sua complexidade. São quatro os momentos cruciais em que esta questão se mostra e se articula:

1) No texto *Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956*, Lacan (1998a) realiza uma análise e uma síntese da situação da psicanálise naquele momento preciso.

2) Na conferência *Les noms-du père* (2005) e no Seminário Livro 11: *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1988), Lacan fala da sua *Excomunhão* da Sociedade Francesa da Psicanálise e se reposiciona frente às questões institucionais e da formação dos analistas.

3) Em sua *Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola* (2003b), onde ele introduz a proposição fundamental para a autorização dos analistas.

4) E, por fim, no Seminário *Les non-dupes errent* (inédito), onde Lacan (1973-1974) formaliza uma nova proposição para a questão da autorização dos analistas.

Segue-se passo-a-passo cada um desses momentos em que Lacan pensou as questões institucionais, a fim de melhor compreender as suas implicações na formação dos analistas.

### 2.2.1 Situação da psicanálise e formação dos analistas em 1956

Neste texto, Lacan (1998a) realiza uma análise da situação da psicanálise e da formação dos analistas na década de 50. Nele se encontra sua crítica de “que nenhuma nova noção foi introduzida na análise desde Freud” (p.462), e acusa que os conceitos freudianos – como a frustração, a castração e a privação, por exemplo - são usados das formas mais diversas e até mesmo contraditórias.

Para saber o que é a transferência, segundo Lacan (1998a), é preciso saber o que acontece na análise. E para saber o que acontece na análise é preciso saber quais são as particularidades da fala e de onde ela vem. Na sua visão, os textos dos pós-freudianos não demonstram mais a fineza técnica e o rigor conceitual necessários na prática da análise, e que eram tão caros a Freud. Desse modo, essas questões produziram uma confusão singular na técnica e na prática da psicanálise, após a morte de Freud.

Lacan (1998a) mostra a existência de psicanalistas que manuseiam os termos da psicanálise com verdadeiros *devaneios psicológicos* e criam variações da técnica que nada se assemelham às ideias primeiras de Freud. E, criticando os psicoterapeutas da *ego-psychologie*, ele afirma que esses psicoterapeutas criaram sua prática sustentada na relação dual e imaginária entre o analisando e o analista *a* – *a'*, provocando uma verdadeira subversão aos conselhos deixados por Freud, no que se refere à teoria e ao manejo da técnica.

No campo teórico, Lacan (1998a) convoca Saussure e a linguística para tentar reposicionar a verdade contida na radicalidade da descoberta freudiana. Verdade que se inscreve na cadeia da linguagem e que está para além do sujeito. Essa verdade, o determina e o inscreve desde o seu nascimento até a sua morte, e “o mantém preso na cadeia simbólica” (Ibid, p.471). Lacan também invoca o nome de Freud e busca mostrar que o que ele fala está em Freud.

Já no campo da prática clínica, Lacan (1998a) critica os pós-freudianos pelas suas negligências e incapacidade de olhar a análise do seu interior. Dirá ele: “[...] passadas mais ou menos cinquenta milhões de sessões de analistas que nela encontraram seu bem-estar e seu mal-estar, ninguém parece ter-se perguntado o que vem a ser? (Ibid, p.474).

Esses analistas defendem que deveriam ter três ouvidos para escutar a clínica. Esse ouvido sobressalente faria com que os analistas escutassem para além da fala. Mostra Lacan que esse ouvido a mais teria



o poder de abrir o campo do imaginário, e faria com que esses analistas se posicionassem em outro lugar que não o do analista. Critica-os dizendo: “Mas que necessidade pode ter o analista de um ouvido a mais, quando às vezes parece ter dois de sobra, ao enveredar a todo vapor pelo mal-entendido fundamental da relação de compreensão?” (Ibid, p.474).

De forma sarcástica, Lacan (1998a) define a hierarquia das instituições baseadas nos modelos que se sustentam no poder dos “grandes homens”. Segundo ele, essas instituições possuem vários postos: *as suficiências* – que se bastam a si mesmos; *os bens necessários* – que são os que fazem discursos dentro das instituições; as *Beatitudes* – que são os porta-vozes das suficiências e, os *sapatinhos apertados* que são aqueles que se sentem num lugar incômodo no interior das Instituições.

Segundo ele, baseados nessa ordem das coisas, as instituições formam analistas medíocres e em quantidade alarmantes, totalmente fora da qualidade e da seriedade que a descoberta freudiana – do inconsciente - exigiria. E pensando a análise didática sustentada nessa ordem das coisas, certamente ter-se-á a transmissão de uma práxis voltada para as questões imaginárias e a perpetuação *dessas práticas medíocres*.

“Não somos nós aqui que proferimos um julgamento; foi nos círculos dos didatas que se postulou e se professa a teoria que confere como finalidade à análise a identificação com o eu do analista” (Ibid, p.491). Percebe-se, então, a transmissão de um saber estéril que em nada se assemelha à radicalidade da descoberta de Freud. Além disso, a comunidade se encontraria em um terror conformista, sendo que se a intenção das instituições norte-americanas era de criar cem analistas medíocres, essa marca foi em muito superada, afirma Lacan (Ibid).

Para finalizar, ele avalia os institutos de formação dos analistas e abre críticas a Freud sobre a maneira pelos quais eles foram constituídos. Essas críticas seriam retomadas e tornadas públicas no Seminário *Les noms Père* em 1963 (2005).

Para Lacan (2005), com a organização da IPA, por Freud, se criaram as formas de poder existentes no seu interior e se transferiu a essa instituição o modo de transmissão dos poderes. Dessa forma, Lacan aponta Freud como o responsável pelo autoritarismo existente dentro dessas instituições, que possuem uma estrutura semelhante àquelas das religiões e dos exércitos. Essas críticas seriam retomadas por ele na conferência *Les-noms-du-père* e marcariam a sua ruptura definitiva com a *Sociedade Francesa de Psicanálise*.

### 2.2.2 Os Nomes-do-Pai e Excomunhão

Em texto publicado no livro *Para Ler o Seminário 11 de Lacan*, Jacques-Alain Miller (1997) escreve sobre os fatos que presenciou no Seminário de 1964. Segundo ele, o Seminário *Os quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise* é um debate de Lacan com Freud. Trata-se de uma disputa que se desenvolve secretamente no texto, onde Lacan questiona Freud acerca das instituições.

Miller (1997) relata que o Seminário daquele ano havia sido anunciado como *Les noms du père* (os nomes-do-pai), mas que Lacan resolve interrompê-lo devido às questões institucionais pelas quais havia passado no interior da *Société Française de Psychanalyse –SFP* (Sociedade Francesa de Psicanálise) e que culminaram com o seu banimento.

Na sessão de 15 de janeiro de 1964, Lacan se propõe a examinar a psicanálise, a partir do lugar ocupado por alguém que fora vítima de uma *excomunhão*, e ao falar dos acontecimentos compara-se a Spinoza e dá um veredito sobre a questão: “Trata-se portanto, de algo que é propriamente comparável ao que se chama, em outros lugares, excomunhão maior. Esta, ainda, nos lugares em que este termo é empregado, jamais é pronunciada sem possibilidade de retorno” (Lacan, 1988 [1964], p.11). Ou seja, a ele não cabia recurso, pois, não poderia mais recorrer e nem voltar atrás.

Para a compreensão da questão que se desenrola em 1964, deve-se voltar aos anos anteriores da sua obra<sup>15</sup>. Nos anos que antecedem a essa data, Lacan experimenta mais uma vez a força, o poder e a tradição da *International Psychoanalytical Association (IPA)*<sup>16</sup>. Após longos anos de negociação pelo reconhecimento e

---

<sup>15</sup> Sobre essa questão Roudinesco faz um exame detalhado no livro *A História da Psicanálise na França* (1988)

<sup>16</sup> O primeiro confronto institucional de Lacan havia se dado no interior da *Sociedade Parisiense de Psicanálise –SPP*. Como analista didata, Lacan inicia uma prática que será vista com desconfiança pela comunidade analítica. Interrompe suas análises antes dos 45 minutos, contrariando os padrões adotados e praticados dentro da psicanálise. Para Lacan, *trata-se de dialetizar a relação transferencial, interrompendo a sessão em certas palavras significativas, de maneira a provocar a eclosão do desejo inconsciente*. (Roudinesco, 1998, pg. 250), já para a IPA, trata-se de mais uma extravagância de Lacan e uma forma de aumentar o número de

inserção da *Sociedade Francesa de Psicanálise* no reino da IPA, a condição dada por essa última para a filiação era de que Lacan não fizesse mais parte da lista de didatas. A comissão que havia sido encarregada de avaliar o pedido de filiação, concluiria que a prática lacaniana não estava de acordo com as regras de formação regulamentadas pela IPA.

Roudinesco (1988) defende que a decisão da IPA, de banir Lacan, foi fruto da posição persecutória de alguns analistas que se valeram da situação para propor a sua exclusão. Entretanto, este trabalho não entrará nesse mérito da questão e se aterá aos fatos que causaram o desfecho de 1964.

Na sua prática de formação dos analistas - dentro da *Société Française de Psychanalyse* - Lacan será o principal nome dentre os analistas didatas. Conduziria as análises de formação, as supervisões e, a partir de 1953, iniciaria os seminários orais destinados à transmissão teórica da psicanálise. Apesar de manter-se fiel ao *tripé da formação* - análise didática, supervisão clínica e ensino teórico -, Lacan conservaria sua maneira particular de conduzir a formação dos novos analistas dentro da sociedade.

Segundo Roudinesco (1988), neste momento, Jacques Lacan não reconhece sua filiação a nenhum nome e aceita somente a autoridade de Freud e a soberania do inconsciente. Assume a posição de comando dentro da *Sociedade Francesa de Psicanálise* e procura desenvolver uma técnica analítica que, segundo ele, estivesse de acordo com a radicalidade do inconsciente e do desejo. Além disso, desenvolve uma maneira singular de operar as análises.

O autor supracitado refere que na sua clínica, além de praticar as sessões de tempo variável, Lacan defende um ritmo menos frequente entre as sessões. Afirma que esse procedimento tem o efeito de frustração e de ruptura, cuja ação torna-se benéfica ao paciente (ibid. p.250). Além disso, recusa o conformismo das regras: recebe as pessoas sem hora marcada e a qualquer hora; confia seus assuntos pessoais com alguns pacientes; telefona para eles e muitas vezes toma nota de seus endereços; come, escreve e trabalha nos textos durante as sessões,

---

analizando no seu divã. Em 1951 a comissão de ensino da SPP exige de Lacan a regularização na condução das análises em conformidade com as regras da IPA. Mesmo comprometendo-se em segui-las, Lacan não cede às pressões. Em 1953, ele e alguns dos seus amigos, se demitem da SPP e fundam a *Sociedade Francesa de Psicanálise*.

além de seduzir alguns analisandos que, mais tarde, se tornariam seus discípulos<sup>17</sup>.

Diante de tais fatos, a decisão da comissão executiva central encarregada de avaliar o pedido de filiação da *Sociedade Francesa de Psicanálise* será: “dadas as atuais condições de ensino existentes na SFP, o reconhecimento dessa sociedade como membro da IPA não pode ser outorgado”. (Roudinesco, 1988, p. 341).

Um novo pedido de filiação seria feito pela SFP em 1959. Após a nova comissão avaliar documentos e interrogar os analisandos em formação, chega a hora de interrogar Lacan e Dolto. Segundo Roudinesco (1988), no seu interrogatório, Lacan se dedica a explicar teoricamente sua prática clínica, principalmente no que se refere às sessões de *tempo variável*<sup>18</sup>. Deste trabalho da comissão, sairiam 19 recomendações a fim de normatizar a formação oferecida pela SFP, para torná-las em conformidade com as regras da IPA. As mais importantes foram no tocante à técnica, em que seriam obrigatórias quatro sessões semanais de 45 minutos cada, com no mínimo um ano.

Além disso, junto às recomendações viria o grande veredicto: “*Que os Drs. Dolto e Lacan se distanciem progressivamente do programa de formação e que não lhes sejam encaminhados novos casos de análise ou de supervisão*”. Entretanto, ficaram mantidos os seminários de Lacan como uma modalidade de ensino da psicanálise, desde que eles não fossem mais reconhecidos na formação dos novos analistas.

Como conclusão, o relatório acrescenta uma cláusula fundamental: “a atividade formativa de Lacan deve ser banida para sempre do reino da psicanálise, e a comissão de ensino deve impor seu veto na presença dos alunos, no seminário dele”. (Ibid, p. 363). A isso, Lacan denominaria *Excomunhão maior*<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> Segundo o relato de alguns dos pacientes de Lacan, que Roudinesco (1988) transcreve os depoimentos no livro *História da Psicanálise na França*, pgs 252 a 255.

<sup>18</sup> Essa prática de Lacan aparecerá em vários escritos como sessões curtas. Entretanto, se Lacan trabalha de forma a eclodir o desejo do sujeito, essa sessão poderia levar 20 minutos, mas também poderia levar 1.20 m. Dessa forma, não se tratam de sessões curtas e sim de sessões de tempo variável.

<sup>19</sup> “Diante das imposições da IPA, três soluções se oferecem a Lacan: modificar sua prática, aceitar seu corte ou entrar em dissidência. Se escolhesse a primeira, teria fingido submeter-se, renunciado a sua teoria do tratamento. Se optasse pela segunda, teria assinado sua sentença de morte,

Essas exigências terão como resultado a divisão da SFP em dois grupos: o majoritário, que defende as imposições da IPA, e o minoritário, que luta para preservar Lacan e seu ensino. Percebendo que a batalha estava perdida, Lacan opta pelo seu desligamento, e em 20 de novembro de 1963 ele faz sua conferência de ruptura com a instituição que ajudara a fundar. Com o título *Os nomes-do-pai*, Lacan rompe definitivamente com a SFP e esta, finalmente, é incorporada à *International Psychoanalytical Association - (IPA)*.

## **Para Além de Freud**

Segundo Miller (1997), no dia da Conferência *Les Noms-du-père* (2005), Lacan encontrava-se cansado e abatido pela derrota que havia sofrido dentro da SFP. Após essa sessão inaugural, Lacan resolve não dar aquele seminário e não mais falar sobre o mesmo tema.

Nos anos seguintes, reiterou por diversas vezes que não havia dado seu seminário sobre os nomes-do-pai e que nunca o daria, porque acreditava que as pessoas não estavam preparadas para ouvir o que ele tinha a dizer, ou talvez, porque ninguém merecesse frequentar tal seminário. No começo do seu curso em novembro, porém, propus que ele desse aquele seminário de maneira disfarçada, e que, em vez dos nomes-do-pai, tivéssemos os conceitos fundamentais de Freud. Secretamente, ele foi *enunciado* (MILLER, 1997, p. 18).

E no seminário livro 11: *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* [1964], Lacan (1995) responsabiliza Freud pelo autoritarismo das instituições. Defende que a *International Psychoanalytical Association* havia sido criada pelo próprio Freud, sendo que este a queria tal como ela se apresentava. Dito de outro modo, o

---

reconhecendo a si mesmo como inapto para a formação. Retendo a terceira via, ele é obrigado a fundar uma escola “lacaniana” da psicanálise” (Roudinesco, 1988, pg. 388).

“próprio Freud desejava uma instituição que preservasse fielmente a sua obra, que preservasse a letra de sua obra, mesmo ao risco de condenar a experiência analítica a um estancamento. Não temos provas de que Sigmund Freud tenha sido traído pela IPA” (p.18).

Segundo Lacan (1988), Freud teve que escolher entre a verdade da experiência analítica ou a difusão mundial da psicanálise. Além disso, questiona se os conceitos analíticos estavam de uma vez por todas formados e acusa uma manutenção quase religiosa dos termos deixados por Freud, em que este fora o primeiro e permaneceria o único dentro da ciência psicanalítica a introduzir os conceitos fundamentais.

Assim, dessa abertura simbólica em diante, observa-se uma mudança na posição de Lacan frente à psicanálise e frente à questão da formação dos analistas. O título *Os Quatro Conceitos Fundamentais da Psicanálise* parece ser um tributo a Freud - para mostrar que não é um dissidente – mas, a partir desse seminário em diante, ele tenta ir além de Freud.

Na conferência *Les noms-du-père*, Lacan (2005 [1963]) afirma que os problemas que a psicanálise enfrenta estão relacionados ao fato de que os analistas não ousaram ir além do pai. Dirá ele: “Se Freud põe no centro da sua doutrina o mito do pai, está claro que é em razão da inevitabilidade desta questão. Não está menos claro que se toda a teoria e a práxis da psicanálise nos aparece hoje como em pane, é por não se ter ousado, sobre essa questão, ir além de Freud”<sup>20</sup>. (p.85).

Nesse além de Freud, que mesmo assim está em Freud, Lacan está à procura de alguma coisa na obra freudiana que nem mesmo o próprio Freud havia se dado conta. Ao interrogar se os conceitos freudianos deveriam permanecer os únicos válidos na psicanálise, Lacan já tem a intenção de introduzir outros conceitos que não estão explicitados na obra de Freud, mas que podem ser extraídos dos seus enunciados.

Nessa sua busca de um *para além de Freud*, Lacan funda uma nova instituição - conforme o *Ato de Fundação* (2003a) e na *Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola* (2003b), cria uma das mais importantes proposições para a autorização dos analistas.

---

<sup>20</sup> No original: Si Freud met au centre de sa doctrine le mythe du père, il est clair que c'est en raison de l'inévitabilité de cette question. Il n'est pas moins clair que, si toute la théorie et la praxis de la psychanalyse nous apparaissent aujourd'hui comme en panne, c'est pour n'avoir pas osé sur cette question, aller plus loin que Freud.

Proposição essa, que redimensionaria a questão da formação e que teria o poder de questionar as estruturas e o poder das instituições oficiais de psicanálise.

### 2.2.3 O Ato de Fundação e a Proposição de 9 de Outubro de 1967

*Fundo – tão sozinho quanto sempre estive em minha relação com a causa psicanalítica – a Escola Francesa de Psicanálise...*

(LACAN, 2003a, p.235)

Livre das imposições da IPA, Lacan fundaria a sua nova instituição: a *Escola Francesa de Psicanálise*. Segundo Jacques-Alain Miller (1997), Lacan fundou sua Escola em dois momentos distintos: no *Ato de Fundação* (2003a), no momento em que institui a Escola, e na *“Proposição de 09 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola”* (2003b), em que traz uma das mais importantes proposições para a formação dos analistas.

No *“Ato de Fundação”*, Lacan (2003a [1964]) procura criar uma instituição que estivesse mais próxima da descoberta freudiana do inconsciente. Seu compromisso passa a ser com a verdade da psicanálise e a singularidade da sua clínica. Coloca no centro de uma reconquista desta verdade – que segundo ele, estava legada ao esquecimento pelas instituições oficiais – a formação, a teoria e a práxis. Reconhece a formação daqueles que foram seus discípulos e pensa na importância da transmissão dessa verdade.

Assim, nesse ato, Lacan repensa de maneira precisa a questão da formação dos analistas. Cria os *cartéis*<sup>21</sup> para instituir uma nova

---

<sup>21</sup> Segundo o *ato de fundação* (2003 a), o cartel é uma modalidade de trabalho que se equivale a uma espécie de estrutura básica dentro da instituição. É formado por um número de três a cinco membros onde a um deles caberá o lugar do *Mais-Um*. O *Mais-Um* tem como função, zelar pelo andamento do trabalho do grupo.

modalidade de transmissão teórica da psicanálise e mantém a análise como um dos pilares que sustentam a formação dos analistas.

Lacan (2003a) define, ainda, a psicanálise pura, diferenciando-a da aplicada e cita a questão do recenseamento do campo freudiano. Nesse programa de reformulação, a psicanálise pura deveria encarregar-se dos problemas da didática e à seção de psicanálise aplicada caberiam os problemas ligados à terapêutica. Por sua vez, o recenseamento do campo freudiano se ocuparia da articulação da psicanálise com as ciências afins, bem como, com as questões da ética.

Além disso, Lacan (2003a) define em sete itens anexos as questões práticas da formação dos analistas. Rompe com o princípio tradicional, ao anular a distinção entre a análise didática e a análise terapêutica. A partir daí, cada um dos analistas poderia analisar-se com quem desejasse e esse contato deveria tornar-se privado. Cria uma comissão de seleção – *o cardo* - que acolheria os pedidos de candidatura da Escola e define que a análise passa a ser didática pelo querer do sujeito.

Uma questão importante que Lacan (Ibid) introduz diz respeito aos práticos que se iniciam nos atendimentos clínicos. Segundo ele, esse processo deveria ser sempre sob supervisão, já que apesar da Escola não atuar de forma autoritária na fiscalização da formação, ela teria a responsabilidade pela integridade dos seus pacientes.

Quanto à entrada dos primeiros analistas na Escola, Roudinesco (1988) afirma que paradoxalmente à pretensão lacaniana de instituir uma Escola democrática, eles passaram pela aprovação e nomeação do próprio Lacan. Além disso, ele nomeia-se o presidente da Escola e, por fim, institui a transmissão de trabalho como a verdadeira transmissão da psicanálise.

À guisa de preâmbulo, Lacan (Ibid) reitera o seu compromisso com Freud e com a mensagem freudiana. Substitui a denominação de associação para o de Escola, a fim de dar a ela um lugar simbólico e criar um espaço de trabalho aos analistas.

Já no discurso pronunciado na *Escola Freudiana de Paris*, em outubro de 1967, e com o título *Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola* (2003b), Lacan apresenta o estatuto da nova instituição. Esse estatuto pode ser considerado uma extensão do ato de Fundação. Nessa proposição, ele reafirma sua posição de que as associações existentes “Freud as quis tais como são” (2003b, p.249), a fim de preservar a sua experiência.

---



Faz duras críticas às posições hierárquicas dos grandes nomes que se sustentam na *imponência*, na *pregnância narcísica* e na *astúcia competitiva*, que a análise didática teria por função eliminar, mas que não o fez. Afirma, ainda, que os cargos de direção dessas sociedades são ocupados por analistas vazios do saber e que o fazem guiados e sustentados pelo imaginário do *nome do pai*: Freud.

Depois dessas críticas, propõe a substituição da noção de estrutura pelo *gradus*<sup>22</sup> e institui a modalidade do *passé*<sup>23</sup> para obter informações sobre o fim das análises e sobre a passagem subjetiva de analisante a analista. A literatura nos deixa claro que Lacan não instituiu essa modalidade como forma de avaliação ou de censura, mas como uma forma de obtenção de informações sobre essa passagem subjetiva do psicanalisante a psicanalista, dentro da sua Escola.

Porém, uma questão importante e original dessa proposição diz respeito à sua posição frente à autorização dos psicanalistas. Dirá ele

---

<sup>22</sup> No interior da EFP (Escola Freudiana de Paris), Lacan cria estatutos simples e pretensamente democráticos. Cria uma única categoria dos membros, eleição direta para a diretoria e direito idêntico de votos para todos. Define, cuidadosamente, os graus de seus componentes. Cria dentro da Escola as seguintes categorias: o membro simples (MS) e os membros de escola (ME). Os membros simples são os equivalentes aos alunos das outras instituições. Esses membros podem ser analistas, analisandos, ou nenhuma coisa nem outra.

Já aos membros de escola há a exigência de serem analistas e dividem-se em duas categorias: o analista membro de escola (AME) e o analista de escola (AE). Lacan abre a escola para os ME que não precisavam ser, necessariamente, membros efetivos. Quanto à obtenção dos títulos de AME, Lacan excluirá a necessidade dos candidatos passarem por comissão de seleção, onde aquele que reconhecesse sua competência profissional deveria solicitar esse título por ele mesmo. Quanto ao título de AE, todo o AME, após um número de supervisões, conforme a escolha do próprio analista, poderia solicitar sua efetivação.

<sup>23</sup> O mecanismo do *passé*, que consiste em o *passante* (aspirante a analista) falar aos *passadores* (membros da escola responsáveis em colher o testemunho dos candidatos) sobre a sua formação e o término da sua análise. Os passadores transmitem então esse depoimento ao júri de aprovação para que tomem suas decisões. O testemunho assim transmitido tem por objetivo fazer ouvir o ato específico que transforma um psicanalisando em psicanalista. Esse mecanismo terá um sentido prático na instituição, onde todos os membros da escola poderão se submeter a ele independente da posição que ocupem e de hierarquia.

que *o analista só se autoriza por si mesmo*<sup>24</sup> e acrescenta: *Esse princípio está inscrito nos textos originais da Escola e define a sua posição* (Ibid, p.248).

Com essa proposição, Lacan não estava criando uma regra que permitiria uma *autodeterminação* por parte do sujeito em se nomear analista, na qual qualquer sujeito que desejasse, e no momento que o quisesse, poderia assumir o lugar de analista.

Ao contrário, analisando a estrutura que compõe essa proposição, ver-se-á que ela se sustenta em duras e rígidas regras de formação. Primeiramente, Lacan se refere ao analista e exclui aqueles que não o são. Além disso, ao acrescentar a conjunção *só*, Lacan está tirando das instituições o poder de autorizar os analistas e repassando a eles próprios essa responsabilidade.

Ao referir-se ao analista, Lacan (Ibid) já havia definido o que significa ser um analista. Analista não é aquele sujeito que se encontra em análise, ou um prático da psicanálise, mas aquele que chegou ao fim do processo analítico. Para nomear-se analista, o sujeito precisa ter atravessado todo o processo de análise e sentido os seus efeitos.

---

<sup>24</sup> Não há consenso entre os psicanalistas brasileiros, acerca da tradução deste aforismo de Lacan. Jorge (2006), por exemplo, o traduz como: *o psicanalista só se autoriza por si mesmo*. Entretanto, na tradução de Vera Ribeiro, em *Outros Escritos* (2003), a encontramos como: *o psicanalista só se autoriza de si mesmo*. No livro: *A supervisão na Psicanálise*, Smirnoff (1992) nos traz algo fundamentado teoricamente neste sentido. Segundo ele, há uma diferença fundamental entre as duas traduções; *O analista só se autoriza por si mesmo* pode provocar alguns mal-entendidos, pois, nos remete à ideia de que o sujeito pode decidir-se sozinho a exercer a psicanálise, sem a necessidade de prestar contas dos seus atos, enquanto psicanalista, a ninguém. Já na questão de que *o psicanalista só se autoriza de si mesmo* a ideia central é a de que essa autorização decorre do desejo do psicanalista e da passagem pela análise pessoal. Neste trabalho manteremos a primeira tradução, ou seja, o psicanalista só se autoriza por si mesmo, pois, como veremos adiante, nesta proposição ocorrem esses mal-entendidos citados por Sminoff e por este motivo Lacan acrescentará a ela quatro palavras fundamentais: *e por alguns outros*, para fazer ver que o analista não está sozinho neste processo de autorização e que a análise é necessária, mas não é única na formação de um analista.

No momento em que o analisando confrontar-se com o real, e sentir os seus efeitos, ele terá realizado o ato analítico e a passagem subjetiva de analisante a analista. Somente a partir desse momento, poderá ocupar o lugar de analista, ou seja, autorizar-se como analista.

Afirmar que *o analista só se autoriza por si mesmo*, quer dizer que não é o seu analista nem mesmo a instituição que deve fazer esta nomeação, já que o psicanalista será o resultado de sua própria experiência analítica.

Segundo Safouan (1985), a autorização do analista advém da lei que ele aprendeu de sua própria análise do inconsciente e que se sustenta na lei do desejo. Na verdade, na obra de Lacan, não se encontra o termo formação analítica. Dirá ele: “Eu falei das formações do inconsciente, mas é preciso saber notar as coisas que eu não falo, pois eu jamais deixei sequer um traço: eu nunca falei da formação analítica. Eu falei de formações do inconsciente” (LACAN, 1975, p.186). Assim, são justamente as formações do inconsciente, pelas quais se realiza a análise, que permitirão ao sujeito tornar-se analista.

No Seminário *L'acte Psychanalytique*, diz Lacan (1967-1968) que o sujeito que finalizou sua análise deverá passar por atos distintos até exercer a psicanálise: o de *nomear-se* analista, o *autorizar-se* a ocupar o lugar de analista e o de *instalar-se* como tal, através da sua clínica privada.

Assim, sua autorização para ocupar o lugar do analista se dá sustentada pela travessia da sua própria análise, e o de instalar-se como analista passa pela sua própria autorização como analista e a efetivação da sua práxis privada.

Dessa forma, a proposição lacaniana de que o *psicanalista só se autoriza por si mesmo* foi decisiva no percurso de Lacan, visto que posicionou tanto os seus discípulos, quanto seus opositores e as instituições. Os opositores de Lacan viram-se embaraçados, pois a proposição questionava de forma decisiva o poder das instituições e condicionava a formação do analista ao desejo. Ao mesmo tempo, autorizava seus discípulos a se nomearem psicanalistas.

Dirá Safouan (1985) que esta proposição abriu ao sujeito a possibilidade de sustentar seu desejo de analista. Porém, muitos analistas não hesitaram diante da conclusão de que a institucionalização da psicanálise não seria necessária.

Os opositores de Lacan logo se levantaram contra essa proposição acerca da formação. Criticavam-no dizendo que com ela, ele estaria autorizando todos os abusos. Dirão que ninguém poderá garantir

a formação desses analistas se não seguirem as regras determinadas pelas instituições.

Entretanto, ao fazer uma releitura atenta da história da formação dos analistas em Lacan, percebe-se que essa proposição foi fonte de mal-entendidos e de críticas de dentro e fora das instituições lacanianas. Atento a essas questões, no Seminário *Les Non-Dupes Errent* (inédito), Lacan (1973-1974) revê sua proposição original de que o analista *só se autoriza por si mesmo* e cria um acréscimo significativo à questão da autorização dos analistas.

#### 2.2.4 O Seminário *Les Non-Dupes Errent*

No Seminário *Les Non-Dupes Errent* (inédito), Lacan (1973-1974) faz de seu título um *mot d'esprit*<sup>25</sup>, em que seu som se assemelha ao *Les noms- du- père* (os nomes do pai), título do seminário de 1963, que fora interrompido por ocasião de seu rompimento com a *Sociedade Francesa de Psicanálise*.

Numa crítica dirigida à *International Psychoanalytical Association* (IPA), Lacan acrescenta a palavra *errent* à expressão *Les noms du père*, dando a ela o sentido de que os nomes do pai erram. O nome do pai a quem ele se refere é do próprio Freud e, como visto anteriormente, seu erro diz respeito à forma como as sociedades psicanalíticas foram por ele constituídas.

O vocábulo *errant* terá, também, o sentido de itinerante<sup>26</sup>. Neste jogo de palavras, numa alusão ao fenômeno da repetição, Lacan fará o acréscimo desse vocábulo para significar que os *não tolos* são itinerantes ou viajantes. Para ele, os *não tolos* são todos aqueles que se recusam submeter-se à estrutura da linguagem e, dessa forma, não se colam às leis do simbólico. Para Lacan, é preciso ser *dupe* e deixar-se

---

<sup>25</sup> É o *Witz* de Freud ou o *Chiste* em português.

<sup>26</sup> No dicionário Aurélio (1986), o vocábulo itinerário significa: 1. concernente a caminhos; 2. descrição de viagem, roteiro; 3. caminho a percorrer, ou percorrido e 4. caminho, trajeto. Já o vocábulo itinerante diz respeito a aquele que viaja ou percorre itinerários.

aprender pela estrutura do inconsciente e do desejo, o que levará o sujeito a uma viagem que o acompanhará até a sua morte.

Na sessão de 9 de abril de 1974, Lacan (1973-1974) dará um passo fundamental para a compreensão da questão da sexuação, pois, surpreenderá seus ouvintes com a seguinte afirmação: *l'être sexué ne s'autorise que de lui meme* (o ser sexuado só se autoriza por si mesmo). Segundo ele, isso significa que ao sujeito caberá fazer uma escolha. Mesmo que no estado civil ele tenha um registro, isso não o impedirá de classificar-se e de autorizar-se como masculino ou feminino. Porém, a essa fórmula, Lacan fará um acréscimo significativo. Dirá ele: "Ele só se autoriza por si mesmo, eu acrescentarei... e por alguns outros"<sup>27</sup>.

Depois de proferir essas palavras sobre a sexuação, Lacan retoma a questão da formação dos analistas para afirmar que o analista também não estará sozinho ao autorizar-se a ocupar o lugar do analista.

Justificará essa sua posição - que parece contrária à proposição de 1967 - afirmando que:

Isso implicará que esta fórmula que eu fiz em uma proposição completamente axial, que esta fórmula receba alguns complementos, alguns complementos que implique que seguramente não se pode ser nomeado à psicanálise, isto não quer dizer que não se importe com o fato que se possa entrar lá dentro como um rinoceronte na porcelana (Lacan, 1973-74, sessão de 9 de abril)<sup>28</sup>.

Assim, o que Lacan (1973-1974) retoma neste momento, é a ideia central de que apesar do *analista só autorizar-se por si mesmo* a ocupar o lugar do analista, isso não lhe confere o direito de praticá-la da forma que bem entender. E, além do mais, não estará sozinho para esta nomeação. Dirá ele que, assim como o ser sexuado só se autoriza por si mesmo, mas precisa da nomeação e do

---

<sup>27</sup> No original: Il ne s'autorise que de lui-même, j'ajouterai ... et de quelques autres

<sup>28</sup> Ça impliquerait quand même que cette formule que j'ai faite dans une certaine proposition tout à fait axiale, que cette formule reçoive les quelques compléments, les quelques compléments qu'implique que si assurément on ne peut pas être nommé à la psychanalyse, ça ne veut pas dire que n'importe qui puisse rentrer là-dedans comme un rhinocéros dans la porcelaine.

reconhecimento de alguns outros, da mesma forma, *o psicanalista só se autoriza por si mesmo*, mas não está sozinho para isso<sup>29</sup>.

Segundo Roudinesco (1988), essa colocação surpreenderá a todos, pois, como Lacan o colocara anteriormente, dentro da sua Escola era comum aos analistas autorizarem-se por si mesmos, sem mais necessitarem serem nomeados.

Como ressaltado anteriormente, até o final do seu ensino Lacan não voltaria a falar sobre a questão e não esclareceria quem são *esses alguns outros* que participam da autorização dos analistas. Com isso, criaria um problema lógico no seu sistema de pensamento, pois ao não nomeá-los diretamente, ele deixa esse lugar em aberto e muitos poderiam reivindicá-lo.

Assim, corre-se o risco dos grandes nomes e das instituições voltarem a assumir suas posições de autorizadores e fiscalizadores da formação dos novos analistas, como visto outrora. Percebe-se, também, que Lacan pode ter criado um paradoxo lógico, na medida em que ao afirmar que o analista só se autoriza por si mesmo, fica excluída a necessidade da junção do *e por alguns outros*, já que pela lógica formal o *só* exclui, automaticamente, a possibilidade de outros participarem deste processo de autorização.

Diante disso, há uma constatação que se pode tirar dessas proposições trazidas por Lacan: ao acrescentar o *e por alguns outros* à expressão de que *o analista só se autoriza por si mesmo*, Lacan cria um aparente impasse lógico para a questão da autorização dos analistas e que pode comprometer todo o sistema de formação por ele pensado e articulado.

---

<sup>29</sup> Ainda em 1973, ano deste seminário, Lacan envia uma nota aos seus discípulos italianos, onde percebemos seu reposicionamento frente às questões institucionais e de formação. Lacan retoma a proposição da autorização dos analistas – o analista só se autoriza por si mesmo – e previne que a instituição deve estar atenta para que somente analistas se autorizem por si mesmos. Acrescenta, então, que a análise é necessária para a formação dos analistas, mas não é suficiente.

### 3. CONCEPÇÕES FRENTE À QUESTÃO DA AUTORIZAÇÃO DOS ANALISTAS E A SITUAÇÃO ATUAL DA FORMAÇÃO

Percorrendo as obras de psicanalistas brasileiros, estrangeiros e pesquisando em artigos publicados nas revistas e nos sites de algumas escolas de psicanálise<sup>30</sup> - a fim de compreender quais os ecos que a proposição da autorização produz nos analistas e nas instituições - percebeu-se que não há consenso sobre o assunto, e são as mais variadas as posições frente à questão.

#### 3.1 POSIÇÃO DE OMISSÃO OU DE SIMPLES MENÇÃO

Num exame das publicações da revista *La Cause freudienne*<sup>31</sup>, encontram-se vários artigos que discorrem sobre a proposição lacaniana de que *o analista só se autoriza por si mesmo*. Nesses artigos, os autores tratam a problemática da análise didática, das nuances da transferência, do lugar do analista como Sujeito suposto Saber (SsS), o objeto (a) e discorrem, ainda, sobre o fim das análises e o desejo do analista.

Entretanto, são poucos os artigos nos quais se encontram alguma alusão ao acréscimo feito por Lacan do *e por alguns outros*. Da mesma forma, foram examinadas as publicações da *Revista Quarto*<sup>32</sup> e chegou-se à mesma conclusão: há uma omissão do acréscimo feito por Lacan do *e por alguns outros* na quase totalidade dos artigos publicados, em que os analistas se dedicam, quase que exclusivamente, ao estudo da primeira proposição lacaniana de que *o analista só se autoriza por si mesmo*.

Nos livros *Jacques Lacan e a questão da formação dos analistas* (1985) e *A transferência e o desejo do analista* (1988), publicados por Moustapha Safouan, ele procura fazer uma análise detalhada da questão da formação em Lacan. Em ambos, ele faz alusão à

---

<sup>30</sup> Como critério utilizado para a escolha das Escolas, utilizou-se uma busca por aquelas que fazem referência à proposição lacaniana de que o analista só se autoriza por si mesmo e por alguns outros.

<sup>31</sup> Publicação pertencente a École de la Cause freudienne de Paris

<sup>32</sup> Publicação pertencente a École de la Cause freudienne na Bélgica.

proposição lacaniana de que *o psicanalista só se autoriza por si mesmo*, porém não faz menção ao seu acréscimo das palavras *e por alguns outros*.

Em *Politique Lacanienne*, Miller (2001) analisa e descreve a questão da institucionalização e a formação pensada por Lacan. Entretanto, percebe-se que não há um aprofundamento sobre a autorização dos analistas e uma omissão completa no que se refere ao acréscimo feito por ele do *e por alguns outros*.

Há poucos artigos que fazem menção a este acréscimo na autorização dos analistas. Nos relatos de formação, contidos na revista *Clinique de la formation dans la psychanalyse* (2002), em *Témoignages sur la formation*, encontram-se o testemunho de Pierre Malengreau que chama a atenção para a importância do acréscimo feito por Lacan, no entanto não busca aprofundar-se na questão.

Por fim, na revista *Quarto* nº 77, o artigo *L'être sexué ne s'autorise que de lui-même et de quelques autres*, Leguil (2002) faz o processo inverso do que foi visto até então. Faz uma análise da autorização dos seres sexuados e cita a analogia feita por Lacan com a autorização dos analistas, apesar de não aprofundar a analogia entre as duas questões.

### 3.2 POSIÇÕES IMAGINÁRIAS

Em alguns livros e artigos, alguns autores percebem a importância do acréscimo feito por Lacan na proposição para a formação dos analistas e buscam trazer uma solução para a questão.

De acordo com Jorge (2006), essas palavras *e por alguns outros*, que foram acrescentadas, buscaram introduzir na proposição de que o analista *só se autoriza por si mesmo*, os aspectos da formação que se situam para além do âmbito da própria análise do sujeito que deseja ocupar o lugar do analista. Ela vai além do autorizar-se por si mesmo, pois, para ele, o enunciado *e por alguns outros* se refere ao ensino teórico e à supervisão clínica.

Para o autor, trata-se de realizar uma travessia da teoria que ao contrário da travessia do fantasma, que tem seu fim no término da análise, será interminável. Da mesma forma, a invenção dos cartéis representa uma inovação que busca incentivar o trabalho de elaboração



teórica e otimizar as trocas entre os analistas, formando um verdadeiro laço entre eles.

Quanto à supervisão, Jorge (2006) afirma que a contribuição de Lacan foi ter tirado o poder das instituições de torná-la obrigatória para a formação dos analistas. Segundo ele, ao tornar a supervisão uma prática obrigatória, os institutos de formação impediam que o sujeito escolhesse o momento em que iria submeter-se a essa experiência. Na sua Escola, Lacan incluirá a supervisão no tempo lógico de cada sujeito e não mais como um controle institucional.

Já para Didier-Weill (2006), a teorização de Lacan acerca da questão da formação dos analistas toma um novo impulso, no momento em que Lacan consegue passar de uma descontinuidade entre o íntimo que representa *o autorizar-se por si mesmo* e o coletivo das instituições. Ao acrescentar *e por alguns outros*, ele estaria introduzindo uma noção de continuidade entre o íntimo e o coletivo. O que garantiria essa continuidade seria o dispositivo do passe.

Quinet (2009,p.63) também defende que Lacan se refere ao passe quando sugere o acréscimo à sua proposição. Dirá ele:

Em 1974, Lacan dirige a um grupo de três italianos a proposta de constituírem uma Escola nomeando como membros “aqueles que aí postularem sua entrada com base no princípio do passe”. Nesse texto, ele enquadra de outra maneira seu aforismo “o analista se autoriza por si mesmo”, afirmando que isso “não implica que qualquer um seja analista, pois autorizar-se não é ‘autorri(tuali)zar-se’ e que não é todo ser falante que pode se autorizar a bancar o analista”. Daí sua proposta de constituição de uma Escola pela via da verificação dessa autoautorização do analista pelo dispositivo do passe. Em suma, a proposição de 1974 de Lacan era de uma Escola de AE, em que o recrutamento fosse efetuado pelo passe, projeto que jamais foi realizado, mas deixa a indicação de que a autoautorização do analista em praticar a psicanálise não dispensa a verificação — que pode ser feita no dispositivo do passe (QUINET, 2009, p.63).

No artigo *Transmission et non-savoir*, Stevens (1991) procura compreender o acréscimo feito por Lacan e sugere que esses *alguns outros* são os passadores que ouviram a transmissão do saber do final da análise. No entanto, completa dizendo que ainda há muito que se compreender sobre a citação feita por Lacan, para que o passe seja de

fato legitimado como esses *alguns outros*. Finaliza afirmando que este é um vasto programa para aqueles que se engajam no passe.

Em *La Passe et l'École Une*, Laurent (2001) também dá a entender que Lacan se referia ao passe quando acrescenta o *e por alguns outros* na sua proposição. Discorre sobre o conceito de passe e *extimité* e faz a constatação de que por inúmeras vezes o analista não pode autorizar-se por si mesmo e pelo seu desejo, devido às questões institucionais, mostrando, assim, uma incompatibilidade entre elas. Entretanto, nesse texto, verifica-se que Laurent não faz nenhuma alusão à questão da sexualidade e não se aprofunda nessa questão da autorização dos analistas.

Na revista nº 50 *Reinventer la Psychanalyse* (2002), ao expor seus trabalhos, os membros do cartel sobre o passe se embaraçam frente a essas colocações de Lacan. Dos autores que examinamos anteriormente, observou-se que nenhum deles cita a analogia lacaniana entre a autorização do ser sexuado e a autorização dos analistas.

Não está descartada a hipótese de que nesta proposição, Lacan está se referindo à transmissão teórica, ou à supervisão clínica. Tampouco se pode afirmar que não se trata da questão do passe. Não se pode assegurar, com certeza, que ela fora trazida por Lacan para tentar justificar a existência das instituições e recuperar o seu poder, que como vimos, estava abalado dentro da instituição.

Também, não podem ser criticadas as posições de vários autores como de Safouan que trabalha a questão do analista só se autoriza de si mesmo, sem fazer menção ao *e por alguns outros*. Porém, percebe-se que a grande maioria desses autores não levou em conta a analogia com a sexualidade e as fórmulas da sexuação para chegarem às suas conclusões, sendo que muitos deles desenvolvem suas teorizações somente a partir do imaginário daquilo que Lacan quisera dizer com a proposição.

Quanto a isso, na sessão de abertura do seminário *Les non dupes errant*, dirá Lacan (1973-1974) que não faz objeção ao imaginário, ou ao que se imagina. Somos nós que nos imaginamos compreender, ou seja, nós imaginamos que compreendemos. Porém, alertará ele: *il ne faut pas comprendre trop vite, comme je l'ai souvent souligné*<sup>33</sup> (sessão de 13 de novembro). O que Lacan nos quer fazer compreender, é que não faz objeção a que se imagine, mas, devemos tomar cuidado com o compreender, para não se compreender e concluir muito rápido.

---

<sup>33</sup> É preciso não compreender muito rápido como eu sempre sublinhei.

### 3.3 POSIÇÕES DE ALGUMAS INSTITUIÇÕES

Examinando as páginas da internet de algumas instituições de psicanálise, depara-se, de maneira explícita, com seus posicionamentos acerca da questão da autorização dos analistas.

No site da *Associação Psicanalítica de Curitiba*, no espaço do programa de formação teórica para analistas, denominado *Como alguém pode tornar-se analista?* Encontra-se a seguinte citação:

Lacan, então, ressalta “ [...] o psicanalista somente se autoriza por si mesmo”, completando: “isso não exclui que a Escola garanta que um analista depende da sua formação”. O que, em 1974 (*Les non dupes errent*) ele formula assim: “o analista só se autoriza por si mesmo[...] E por alguns outros”. (ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE CURITIBA)

No Site *Espaço Psicanálise*, encontra-se um artigo com o tema: *A formação de um analista*, e se afirma:

Em 1974, no Seminário 21, *Les non-dupes errent*, Lacan (1974) reformula novamente o princípio da formação do analista: "O ser sexuado não se autoriza senão por si mesmo, mas eu acrescentaria: e por alguns outros" (...) "Com efeito, ao autorizar-se apenas por si mesmo, ele não pode com isso senão autorizar-se também por outros" (aula de 9.04.1974) Ao situar o ser sexuado e os outros, ele aponta para uma dimensão terceira entre o analista e a análise, um lugar onde ele se define unicamente pelo seu trabalho uma escolha. A Escola pode então se constituir nesse lugar, cuja lei se sustenta sem a relação dual que mantém o discurso do mestre, podendo prosseguir o que já foi inaugurado na experiência analítica: contar pelo menos até três (ESPAÇO PSICANÁLISE).

Do *Fórum do Campo Lacaniano de São Paulo* destaca-se:

Antes de mais nada, um princípio: o psicanalista só se autoriza de si mesmo.” Encontramos este princípio na primeira página da *Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola*. Em geral, este princípio isolado,

separado do parágrafo seguinte – “Isso não impede que a Escola garanta que um psicanalista depende de sua formação (...).(FÓRUM DO CAMPO LACANIANO DE SÃO PAULO)

Na *Escola Lacaniana de Psicanálise*, do Rio de Janeiro, no artigo que fala sobre as questões da Instituição, a autora Maria Teresa Saraiva Melloni faz menção à nota Italiana, a fim de legitimar o cartel e o passe na formação dos analistas. Afirma ela que:

Ao dirigir-se ao grupo italiano (1973/2003), Lacan advertiu aos analistas, para o perigo da extinção do mercado caso eles se autorizassem a ser psicanalistas, já que eles não estariam pagando o tributo devido ao saber. Foi então que ele acrescentou “e por alguns outros” (LACAN, 2003, p. 241-242), consolidando a função do cartel e da escola no processo da formação do analista (MELLONI, 2001, destaque nosso).

Com essas citações, constata-se que algumas instituições consideram o passe e os cartéis como esses *outros* e algumas instituições reivindicam o lugar de legítimas formadoras dos analistas.

### 3.4 SITUAÇÃO ATUAL DA FORMAÇÃO DOS ANALISTAS

Roudinesco (1989), num artigo publicado na revista *Magazine Littéraire*, denominado *Repli individuel et malaise collectif* faz uma constatação fundamental: “a psicanálise não é o apanágio de uma elite, tal como nos anos de 1950, quando tinham acesso à cultura freudiana apenas médicos brilhantes e universitários fora de série” (p.44).

Segundo a autora, a psicanálise tornou-se uma *prática de massa*, com *um profissionalismo carregado de um vocabulário de tecnocratas, ilegível e inaudível*. Em face desse contexto, ela afirma que ao mesmo tempo que o nível teria caído qualitativamente, ele teria subido quantitativamente. Segundo as críticas dirigidas ao sistema contemporâneo de formação dos analistas – leia-se aqui o modelo de formação lacaniano – o que está sendo produzido são analistas

malformados que se autorizam à psicanálise, sem prestar contas da sua formação a ninguém.

Conforme Green apud Roudinesco (1989), os psicanalistas lacanianos não teriam sido seriamente formados: uma espécie que não se reproduz, morre, e que, para evitar desaparecer, facilita sua reprodução nas condições mais discutíveis.

Roudinesco (1989) defende, ainda, que o sistema de formação criado por Lacan, torna-se importante, pois as regras burocratizadas não serviam à formação por desprezar a singularidade e a radicalidade do inconsciente. Entretanto, o seu abandono puro e simples torna-se perigoso na medida em que desde os sujeitos sem preparo até mesmo os charlatões e os canalhas podem nomear-se psicanalistas.

Ao abandonar as regras oficiais da IPA, de acordo com Roudinesco (1989), ocorre uma mudança fundamental de perspectiva, embora pareça quase invisível aos olhos. Os analistas que seguiam as regras das sociedades internacionais estavam livres para utilizar a teoria ou o teórico que bem desejassem. Quando Lacan faz sua mudança, ocorrera um processo inverso, em que os analistas deveriam sustentar uma teoria – a laciana obviamente – e ficariam livres para praticar a técnica como bem entendessem.

Essas ideias trazidas por Roudinesco são reforçadas por uma passagem de Mourão (2001), no artigo *A regulação da psicanálise: A culpa é do Lacan*. Diz ela:

*A Culpa é do Lacan* foi o título que me ocorreu a partir de uma matéria publicada no jornal O Globo, em abril deste ano. Seu teor era o de uma entrevista com o pastor evangélico e “psicanalista” Heitor A. Silva. Ali ficou exposto claramente o grotesco dessa situação, ou seja, o absurdo da apropriação e deturpação da psicanálise por grupos ligados à religião, os quais tentam regulamentar a profissão de psicanalista. À tal entrevista seguiram-se algumas ponderações sobre o assunto feitas por psicanalistas, dentre as quais as de Chaim S. Katz, a qual me chamou a atenção pela afirmação: “... de alguma forma, Lacan abriu caminho para esse pessoal, através da ideia mal compreendida de *autoformação*[...]” (MOURÃO, 2001, p.1, destaque nosso).

Como se pode ver, a questão da formação dos analistas continua controversa e sujeita a críticas. Na sequência deste trabalho, realiza-se uma exposição detalhada da teoria da sexuação – seguindo as

pistas deixadas pelo próprio Lacan – para examinar a analogia feita por ele entre a autorização do ser sexuado e a autorização dos analistas. Com intuito sempre de aprofundar a questão da autorização dos analistas.

## II

**DO SER SEXUADO**

Ao realizar uma exposição sistemática do desenvolvimento do pensamento lacaniano sobre a sexualidade, certamente dever-se-á começar pelos seus primeiros seminários. Na verdade, Lacan nunca deixou de falar sobre o assunto e não há um momento da sua obra em que ele não tenha articulado alguma coisa sobre o tema, já que esse é o pivô sobre o qual se sustenta toda a estrutura da psicanálise.

Em O seminário Livro 4: *A relação de Objeto*, Lacan (1995) retoma em Freud a questão do Édipo para articular o processo da constituição do ser sexuado. Um ponto original do seu ensino foi levar até as últimas consequências a questão do pai e do complexo de castração, colocando-os como nodais no complexo de Édipo. Questão que seria por ele aprofundada, nos seminários dos anos seguintes: *As formações do Inconsciente* ([1957-1958] 1999) e *La Logique du Fantasme* ([1966-1976] inédito).

Seguindo o percurso lacaniano, constata-se que a partir do Seminário de 1966-1967 *La Logique du Fantasme* (inédito) haverá a abertura de outra etapa do seu ensino, onde ele retoma a exposição gradual da diferenciação entre os sexos e o processo de sexuação, sempre com o apoio do recurso muito importante da lógica. Deste seminário em diante, Lacan retoma as ideias centrais de Freud, de que nada, no inconsciente, determina o que seja o masculino e o feminino, e introduz na psicanálise algumas teses que serão fundamentais para a compreensão da sexualidade como, a saber, o grande segredo da psicanálise é que não há a relação sexual, a mulher não existe, a diferenciação entre os sexos se dá na oposição entre os significantes e, por fim, a constatação de que a sexualidade é o que está para fora da linguagem, formando o núcleo do real e tornando impossível que o que é do sexo seja escrito.

A fim de tentar apreender a verdade do sexual, no Seminário Livro 19: *... ou pior*, Lacan (2012) cria os matemas da sexuação e formaliza este processo por meio das fórmulas lógicas, as quais denominará de *fórmulas quânticas da sexuação*. Será com essas fórmulas que ele conseguirá avançar na compreensão das nuances da sexualidade masculina, diferenciando-a da sexualidade feminina. Ainda

neste Seminário dirá ele, (...) “não há ensino que não matemático, o resto é brincadeira” (p. 26), para fazer compreender a importância dos matemáticos para a psicanálise.

Por fim, no Seminário *Les non-dupes errent* (inédito), Lacan (1973-1974) lançaria uma tese fundamental no que se refere à questão da sexualidade. Segundo ele, *o ser sexuado só se autoriza por si mesmo e por alguns outros* a ocupar um determinado lugar no campo da sexualidade. Questão que deixa em aberto neste Seminário e que não mais retomaria nos anos posteriores. Dessa forma, percorrer esses momentos da obra lacaniana será fundamental para se compreender a questão da sexualidade.



## **4. INTRODUÇÃO AO ENSINO LACANIANO SOBRE A SEXUALIDADE**

*Le grand secret de la psychanalyse, c'est qu'il n'y a pas d'acte sexuel*  
(LACAN, *La Logique du Fantasma*, 1966-1967)

### **4.1 DA DIFERENCIAÇÃO ENTRE OS SEXOS**

No Seminário *La Logique do fantasma* (inédito), Lacan (1966-1967) afirma que é no Outro que se articula a cadeia de significantes que vai significar o sexo. Será numa díade essencial entre o um e o Outro que se forjará essa trama de significação, onde o sujeito (que neste caso é o um) deverá reportar-se a esse Outro para se constituir enquanto ser sexuado. Entretanto, ele não o faz de forma aleatória, ele o faz seguindo as regras da lógica e as leis da sexuação (sessão de 26 de abril de 1967).

A partir desse Seminário, Lacan se utiliza das regras e da lei dos significantes para pensar a questão da simbolização e da diferenciação entre os sexos.

#### **4.1.1 O ser sexuado e o Outro**

Utilizando-se da lógica dos conjuntos de Russell, Lacan (1966-1967) articula a questão da sexualidade. Segundo essa teoria, existe um conjunto que não pertence ao conjunto de todos os conjuntos. A esse respeito, cita o exemplo do catálogo de todos os catálogos, no qual, aquele catálogo deverá ficar de fora deste, já que não poderá incluir-se a si mesmo.

Trazendo essa constatação de Russel para a teoria dos significantes, Lacan (1966-1967) afirma que, da mesma forma, existe um conjunto de significantes em que um significante não poderá significar-se a si mesmo. Dessa forma, um significante fica fora dessa cadeia e representará *o um*, o primeiro que possibilitará a significação ao juntar-se aos outros significantes.

Seguindo essa lógica, um significante não poderá significar-se ele próprio o que determina que o significado esteja do lado do Outro, ou seja, do grande Outro. É no grande Outro que o sujeito irá buscar a significação daqueles primeiros significantes que foram introduzidos pelo outro na sua relação de objeto. Esse assunto será muito caro a Lacan e seria retomado e explorado exaustivamente nos seminários dos anos seguintes como *De um Outro ao outro* (2008) e *De um discurso que não fosse semblante* (2009).

Quanto à sexualidade, Lacan (1966-1967) salienta que não há um significante pleno que defina o que é do campo do masculino ou do feminino. A sexualidade se sustenta nos significantes que dependerão de outros significantes que se articulem para produzir o seu significado. Esse significante buscará no campo das significações – no campo do Outro – aqueles significantes que possam trazer o significado do que é da especificidade do masculino e o que pertence ao campo do feminino. Dessa forma, a conclusão a que ele chega é que um dos sexos dependerá do outro para constituir o seu significado.

#### **4.1.2 A diferenciação entre os sexos se significa na oposição**

No Seminário *La Logique du Fantasma* (inédito), Lacan (1966-1967) afirma que ao sujeito identificar-se a um dos significantes – masculino ou feminino – a operação não estará completa, pois a princípio o sujeito não terá a significação do que isso representa. Será em oposição aos significantes que falam do sexo oposto, que o sujeito poderá identificar-se e reconhecer-se. Assim, o menino que se reconhece como tal, terá em oposição aos significantes da masculinidade todos aqueles significantes que representam o feminino, mostrando-lhe aquilo que ele não é.

Dirá ele que se um significante é isto que representa um sujeito para um outro significante, ter-se-á o que convém. A saber, que

um sujeito se manifestando como macho será representado como tal, como sujeito, em oposição a um significante designando o termo fêmea e a recíproca é verdadeira (sessão de 19 de abril de 1967).

Na sessão de 20 de janeiro de 1971, ele faz um comentário que resume de forma contundente o exposto anteriormente. Dirá ele que é impossível dar um sentido analítico aos termos masculino e feminino, já que não se sabe em cada um de nós quanto há de masculino e quanto há do feminino - na medida em que não se trata do órgão anatômico e sim do sentido analítico desses termos que se inscrevem no simbólico.

Quaisquer que possam ter sido os tropeços a que ele mesmo sucumbiu neste campo, o que Freud revelou do funcionamento do inconsciente nada tem de biológico. Não tem o direito de ser chamado de sexualidade senão pelo que chamamos de relação sexual. E isso é completamente legítimo, aliás, até o momento em que nos servimos do termo « sexualidade » para designar uma outra coisa, a saber, aquilo que se estuda em biologia: o cromossomo e sua combinação XY ou XX, ou XX, XY. Isso não tem absolutamente nada a ver com aquilo de que se trata, e que tem um nome perfeitamente enunciável: as relações entre o homem e a mulher. (LACAN, 2009, [1971], p. 29-30).

Entretanto, essa operação utiliza o corpo biológico como suporte. O corpo, a presença do corpo biológico, é o lugar onde são inscritos os primeiros significantes. A inscrição do *um – do traço unário* – escreve o corpo no campo da pulsão, ou seja, da sexualidade. Seguindo essa linha de raciocínio de Freud e Lacan, pode-se afirmar de maneira categórica que o órgão genital deverá ser inscrito no campo dos significantes para que o mesmo possa aceder no inconsciente. Assim, o que sustenta o genital na sexualidade nada mais é que o Outro – permitindo que o órgão seja posto em jogo no campo do sexual. Em contrapartida, aquilo que não estiver inscrito na linguagem, não pode aceder na sexualidade.

Neste Seminário (2009), Lacan inicia uma aproximação entre os conceitos de sujeito e o corpo, ou seja, o corpo como *objeto (a)* – corpo parcial, corpo caído ou perdido. Esse *objeto (a)* que é o corpo ocupa o centro. Nesta oposição entre o homem e a mulher, é no campo do grande Outro que se dará essa significação do macho e da fêmea, mas sempre num jogo de opostos e fazendo no corpo a sua inscrição. Dessa

forma, por inúmeras vezes o corpo pulsional se inscreve à revelia do corpo biológico.

Para Lacan, não há gozo que não seja no corpo, logo, o corpo torna-se a metáfora do gozo. No ato sexual o gozo do homem vai depender da mulher – do corpo da mulher. Para o homem, imagina-se que o gozo se inscreve no órgão – órgão como falo. Mas, Lacan distingue o falo do pênis ao afirmar que a mulher é um objeto de troca social e que não é difícil encontrar a troca de falo entre os homens, ou seja, troca de objeto de gozo que é a mulher (Lacan, 1966-1967).

No fantasma fundamental o sujeito sentirá os efeitos da falta ou da castração que foi operada pelo pai no complexo de Édipo. Diante dessa falta, ele buscará no outro parceiro o falo que lhe falta– falo como tentativa de suturar o buraco do desejo. No ato sexual o sujeito se inscreverá como sexuado buscando uma conjunção ao sujeito do sexo oposto. Dessa forma, o parceiro sexual buscará no outro o objeto fálico para dar conta da sua falta, o que não quer dizer que essa operação seja possível.

Com isso, Lacan conclui que *a relação sexual não existe*. Não se trata obviamente de negar que existe o contato corporal entre os dois sexos, mas isso não define que haja relação entre eles.

#### 4.2 A RELAÇÃO SEXUAL NÃO EXISTE

A surpreendente fórmula que Lacan (1966-1967) chega no Seminário *La Logique du Fantasme* (inédito) é de que o grande segredo da psicanálise é que não há a relação sexual<sup>34</sup>. Na verdade, defende ele que não há o ato em que o sujeito possa fazer essa conjunção com o sujeito do sexo oposto. Ao contrário, o que a experiência analítica demonstra é que a relação entre esses sujeitos é dessimétrica e o encontro é sempre faltoso.

Na sessão de 10 de maio de 1967, ele dirá que para que houvesse o ato sexual, deveria haver uma repartição simples: de um lado o homem e do outro a mulher. Dito de outro modo, para que houvesse a relação sexual, deveria haver um sujeito que se subjetivasse unicamente

---

<sup>34</sup> No original: *qu'il n'y a pas d'acte sexuel*.

no campo masculino e outro que se subjetivasse unicamente no campo feminino, sendo que um complementaria o outro.

Aqui, Lacan (2012) esclarece que na relação entre os sexos, não se trata de uma relação em que um dos parceiros interage com o outro. Na verdade, ambos os parceiros interagem com o falo e com seu próprio fantasma “(...) a função fálica é o que faz com que só haja, no homem, as relações que vocês conhecem - ruins - entre os sexos, ao passo que, em todos os outros lugares, isso parece fluir sem o menor problema, pelo menos aos nossos olhos”. (Lacan, 2012, [1971-1972], p.68).

Se houvesse uma relação entre os sexos, como os chineses denominam de *yin* (essência feminina) e *yang* para o que se opõe a ela, todos os sujeitos de um sexo deveriam se articular com todos os sujeitos do outro sexo. Mas, Lacan salienta que esse é um modelo animal, em que todos os animais de um sexo possuem uma relação direta com os animais do outro sexo. Assim, *cada um* e não importa quem de um dos lados, poderia se relacionar de maneira direta *com não importa quem* do lado oposto.

O *cada um* evoca o horizonte do *um a um* e do *a cada um, sua cada uma*. O modelo animal sugere que existe um encontro único entre os sujeitos, um encontro corpo a corpo. Ao falar da copulação, Lacan esclarece que em nada ela se assemelha à relação sexual, na medida em que no coito poder-se-ia dizer que há uma possibilidade de relação *do um com o outro e do outro com o um* (Ibid, p.95).

Dessa forma, a relação sexual só seria possível se houvesse a junção entre os polos masculino e feminino. Se isso fosse possível, poder-se-ia falar de uma espécie de gozo. Ao afirmar que *a relação sexual não existe*, Lacan está afirmando que se ela existisse, cada um dos sujeitos do sexo oposto poderia tocar alguma coisa no outro sexo, no nível do significante. Entretanto, isso se torna impossível na medida em que nós só temos acesso ao outro sexo através das nossas próprias representações. Assim, a relação sexual é barrada pelo muro da linguagem.

Como temos o significante, é preciso que a gente se entenda – e é justamente por isso que não nos entendemos. O significante não é feito para as relações sexuais. Desde que o ser humano é falante, está ferrado, acabou-se essa coisa perfeita, harmoniosa, da copulação, aliás, impossível de situar

em qualquer lugar da natureza (Lacan, 1992b, [1969-1970], p.31).

Assim, se houvesse um campo concebível em que a união sexual funcionasse ali em que ela parece fazê-lo, no animal, seria necessário que ambos fizessem um. Para Lacan (1992), uma união perfeita entre o homem e a mulher não passa de algo mítico ou irrealizável. Entretanto, é dessa impossibilidade da relação entre os sexos que o sujeito busca falar indefinidamente, mas que se torna impossível de ser apreendida pela linguagem. No Seminário *Les non-dupes errent* (inédito) Lacan (1973-1974) colocaria a sexualidade e a sua impossibilidade de inscrição como o núcleo do real.

#### 4.3 A SEXUALIDADE COMO NÚCLEO DO REAL

##### 4.3.1 Do que está para fora da linguagem

Segundo Lacan (2009), desde o início do seu trabalho, Freud se questiona sobre a sexualidade e o gozo feminino e avança até o ponto em que se dá conta do fato de que a linguagem não domina o que é da realidade sexual. Isto pode ser designado e traduzido a partir das evidências obtidas do fato de que a linguagem é, pelo seu estatuto, antipática à realidade sexual.

Ao pensar no estatuto do inconsciente, Lacan afirma que o sujeito é constituído por uma trama de linguagem que segue as leis da lógica. Entretanto, em momentos precisos aparece um determinado vazio na fala, uma falha na cadeia simbólica em que o sujeito parece não ter mais nada a dizer. Quando este vazio estrutural se apresenta, percebe-se que o sujeito busca colocar em palavras a verdade sobre o sexo - da relação sexual e da sua sexualidade - ou seja, busca falar daquilo que se nega a ser capturado (sessão de 12 de abril de 1967).

Dessa forma, a linguagem falha ao tentar apreender o sexo, ou seja, a relação sexual fracassa ao ser enunciada na linguagem. Em algum lugar existe uma verdade que tem como propriedade de nada se saber sobre ela: trata-se da verdade sobre o sexual, já que o sexual se mantém

para o sujeito como um torpor e onde quer que ele esteja, onde quer que ele funcione, ele estará no horizonte da sua sexualidade (LACAN, 2012 [1971-1972]).

A psicanálise mostra que o que falta a esse sujeito é um saber absoluto que fale sobre o assunto e, dessa forma, o sujeito buscará essa verdade numa errância interminável. A surpreendente fórmula que Lacan chega ao Seminário *A lógica do fantasma* (inédito) é de que o grande segredo da psicanálise é *que não há o ato sexual*. Quanto a isso, no Seminário *Les non-dupes errent* (inédito), Lacan (1973-1974) afirmaria que esse seria o núcleo do Real – por isso se nega em ser capturado pela linguagem.

Em 1953, Lacan utiliza pela primeira vez o termo real - na conferência intitulada: O Simbólico, o Imaginário e o Real. Nessa conferência ele introduz o termo, colocando-o do lado da *realidade psíquica* de Freud, em que, segundo ele, o real porta o desejo inconsciente, as fantasias que lhes estão ligadas, bem como um *resto*: uma realidade desejante, inacessível a qualquer pensamento subjetivo.

Já na sessão de 17 de fevereiro de 1954, do Seminário livro 1: *Os Escritos Técnicos de Freud*, ao comentar o mecanismo das alucinações do homem dos lobos, Lacan (2000) acrescenta a fórmula quase algébrica do Real. Dirá que “o Real é o que resiste absolutamente à simbolização, por estar ligado ao campo da sexualidade”. (p. 82).

No Seminário *Le désir et son Interprétation* (1958-1959), ele dá a brilhante fórmula, a qual mostra que a sexualidade está no campo do real e, à semelhança deste, vai resistir a qualquer demanda. A sexualidade, assim como o real, são inexoráveis, ou seja, são implacáveis, inflexíveis, rígidos. Na linguagem lacaniana, o desejo e o real são inatingíveis e soberanos, sendo que a característica de ambos é ser o centro em torno do qual gravitam todas as representações do sujeito e que voltará sempre ao mesmo lugar.

Dessa forma, Lacan acrescenta uma característica fundamental do Real: o mecanismo da repetição. No seminário Livro 7: *A Ética da Psicanálise (1959-1960)* ele dirá que “O real, disse-lhes eu, é o que se reencontra sempre no mesmo lugar. Vocês o verão na história das ciências e dos pensamentos” (LACAN, 1991 [1959-1960], p.90).

Se numa primeira formulação, Lacan define o real como a instância que resiste ao sentido, no Seminário *Les non-dupes errent* (inédito), ele defenderá que o real é o que insiste ao sentido, ou seja, busca uma decifração contínua e sem parada. É na tentativa de apreender o que há de real na sexualidade, que o sujeito busca falar dela o tempo todo, numa tentativa de apreender a verdade que o real mantém

sobre ela. Entretanto, Lacan salienta que não é por via do pensamento que se pode ter acesso a essa verdade.

A partir do Seminário *La Logique du fantasme* (inédito), Lacan (1966-1967) percebe que a lógica é a ciência que pode auxiliar na tentativa de apreensão desse real que foge a qualquer simbolização. Desenvolve, assim, um sistema de pensamento a partir da lógica, da matemática e da topologia para tentar dar conta do real da sexualidade.

#### **4.3.2 Os matemas como vias de acesso ao real e a sexualidade**

O termo matema foi pensado por Lacan para designar uma escrita algébrica capaz de expor cientificamente os conceitos da psicanálise, o que permitiu sua transmissão em termos estruturais. No texto *O aturdimto* Lacan (2003d), define os matemas como algo que do real pode ser transmitido. Já em televisão (2003e), ele afirmará que um matema é qualquer coisa que pode ser ensinado a todo mundo, ou seja, científico e conclui que um matema é algo que do real pode ser abordado pelas formas do simbólico.

Roudinesco (1988) afirma que os matemas são todas as fórmulas algébricas desenvolvidas por Lacan como: os grafos do desejo, os quatro discursos, o estádio do espelho, o objeto (*a*), as fórmulas da sexuação, etc. Poder-se-ia afirmar que eles são uma espécie de ferramenta que auxiliam a mente do pesquisador na tentativa de escrita deste real que é impossível de ser escrito como um todo.

Antes de Lacan, os matemas existentes eram os puros matemas da ciência (matemática, física). Nas ciências, os nomes e suas demonstrações têm um real resultando da linguagem. Dessa forma, essas ciências buscarão chegar a um real através dos matemas e das fórmulas algébricas.

A intenção de Lacan, ao introduzir os matemas na psicanálise, é de realizar uma analogia entre as matemáticas e o discurso analítico. Assim, os dois irão, pela linguagem e o simbólico construir um saber que pode provocar “a irrupção de um real”, dirá ele em *televisão* (2003e). Dessa forma, Lacan está seguro da possibilidade de utilizar os símbolos matemáticos para escrever os matemas analíticos, principalmente para poder acessar a verdade da sexualidade.



No núcleo do real, afirmará ele em *Les non-dupes errent* (inédito), se encontrará inscrita a impossibilidade da relação sexual e as fórmulas da sexuação que podem ser definidas como a forma pela qual homens e mulheres se relacionam com seu próprio sexo, bem como com a diferença entre eles.

Já no Seminário Livro 19: ... *ou pior* (2012 [1971-1972]) Lacan introduzirá as fórmulas da sexuação para escrever de forma algébrica a subjetivação do sujeito no campo do sexual. Essas fórmulas da sexuação serão muito trabalhadas no Seminário Livro 20: *mais, ainda* (1985 [1972-1973]) e serão fundamentais no Seminário *les non-dupes errent* (inédito, 1973-1974).

Segundo De Cock (2005), após o *Seminário livro 20: mais, ainda* (1985[1972-1973]), nós percebemos a grande época do matema, da letra como integralmente transmissível, e as *formulas da sexuação* tornando-se neste sentido exemplares. Nós assistiremos no fim do seminário, o retorno do nó borromeano, sob a forma dos nós de barbante que darão a possibilidade de construir uma cadeia.

Assim, no campo da teoria e da técnica da psicanálise, Lacan adquire os meios de avançar e de tocar em um real que muitas vezes havia escapado do próprio Freud. Dessa forma, na sequência deste trabalho, buscar-se-á refazer o percurso lógico desenvolvido por Lacan na constituição da sexualidade: iniciar-se-á com os tempos do complexo de Édipo, passando pelas fórmulas da sexuação e, por fim, examinando a questão da autorização do ser sexuado frente à sua sexualidade.

## 5. O COMPLEXO DE ÉDIPO E A CONSTITUIÇÃO DA SEXUALIDADE

*A virilidade e a feminização são os dois termos que traduzem o que é, essencialmente, a função do Édipo* (LACAN, 1999 [1957-1958], p. 171).

Em *O Seminário Livro 5: As Formações do Inconsciente*, Lacan (1999 [1957-1958]) afirma que será pela passagem pelo complexo de Édipo que haverá a assunção do sujeito no campo da sexualidade, no qual, após o seu término, o sujeito deverá assumir o tipo viril, no caso do homem, e a mulher assumirá certo tipo feminino.

Apesar de perceber a necessidade de repensar o Complexo de Édipo, Lacan reconhece o mérito de Freud de ter descoberto no mito o processo de constituição da subjetividade. Segundo ele, “há uma grande riqueza de material no interior da relação edipiana e isso faz com que mantenhamos o esquema dado por Freud como essencial, pois ele é fundamental já que é a triangulação mãe-pai-criança que promove a organização da subjetividade e da sexualidade no psiquismo” (LACAN, 1999 [1957-1958], p. 82).

Freud (1976 [1900]), no livro *a Interpretação dos Sonhos*, introduz uma questão recorrente nos sonhos dos neuróticos: a morte do pai nos sonhos dos meninos e a morte da mãe nos sonhos das meninas. Ainda nesse mesmo livro, ele se dá conta da existência nas crianças, de desejos afetuosos e hostis pelos seus pais, o que o levaria a convencer-se da universalidade desses sentimentos, como parte da constituição psíquica dos neuróticos. A partir daí, ele constata que essas relações com os genitores formam as raízes infantis dos desejos inconscientes subjacentes aos sonhos.

Quando insisto junto a um de meus pacientes sobre a frequência dos sonhos de Édipo, nos quais o sonhador tem relações sexuais com a própria mãe, ele muitas vezes responde: “Não tenho nenhuma lembrança de ter tido um sonho desses”. Logo depois, contudo, surge a lembrança de algum outro sonho inconspícuo e indiferente, que o paciente sonhou repetidas vezes. A análise mostra então que este é, de fato, um sonho com o mesmo conteúdo - mais uma vez, um

sonho de Édipo. Posso afirmar com certeza que os sonhos *disfarçados* de relações sexuais com a própria mãe são muitas vezes mais frequentes do que os sonhos diretos (FREUD, (1976 [1900]), p.373).

O que Freud percebe ao interpretar os sonhos dos neuróticos é que esses sentimentos são ambivalentes, na medida em que, ao mesmo tempo em que o sujeito sente desejo, eles lhe causam repugnância e culpa.

Outra constatação importante de Freud (1976 [1900]) é o fato de que não é pela mãe real que o sujeito se sente apaixonado, mas pelas imagens mnêmicas juvenis dos anos da sua infância. Segundo ele, as fantasias que aparecem nos sonhos e na fala dos sujeitos em análise, não têm relação direta com a época atual da vida desse sujeito, mas trazem notícias das fantasias de épocas remotas que o sujeito não se recordaria conscientemente.

Em 1909, na análise que Freud empreende do homem dos ratos, pela primeira vez ele colocaria em primeiro plano o pai no complexo de Édipo. No caso citado, ele faz a constatação de que no seu complexo nuclear infantil, o pai assume o papel de adversário sexual e perturbador da atividade autoerótica do sujeito. Trata-se de uma constatação importante na medida em que, mais tarde, ela daria origem ao que ele chamaria de *complexo da castração* - complexo no qual o pai é o agente.

Em *Totem e Tabu*, Freud (1976 [1913]) colocará de forma clara e contundente a função que o pai deverá desempenhar no complexo. Dirá ele que: “O mesmo papel é desempenhado pelo pai tanto no complexo de Édipo quanto no complexo de castração, ou seja, o papel de um inimigo temível dos interesses sexuais da infância. O castigo com que ele ameaça é a castração, ou o seu substituto, a cegueira” (p. 135).

O pai descrito neste texto será apresentado por ele como aquele que possui o poder de gozar de todas as mulheres, sendo que, por conseguinte, impõe aos filhos a impossibilidade do acesso a elas. Dito de outro modo, o pai seria o único que poderia ter acesso a todas as mulheres, sendo que aos demais esse gozo estava interdito ou castrado. Dessa forma, ao se unirem para cometer o parricídio, os filhos não sabiam que o assassinato do pai real ocasionaria a ascensão do pai no plano do simbólico e os manteriam castrados – sem acesso às mulheres – no plano da lei simbólica.

No texto *O Ego e o Id*, Freud (1976 [1923]) utilizará o termo *dissolução do complexo de Édipo* para falar do término desse processo e dos seus resultados. No que se refere ao processo de identificação sexual, afirmaria ele que:

Juntamente com a demolição do complexo de Édipo, a catexia objetual da mãe, por parte do menino, deve ser abandonada. O seu lugar pode ser preenchido por uma de duas coisas: uma identificação com a mãe ou uma intensificação de sua identificação com o pai. Estamos acostumados a encarar o último resultado como o mais normal; ele permite que a relação afetuosa com a mãe seja, em certa medida, mantida. Dessa maneira, a dissolução do complexo de Édipo consolidaria a masculinidade no caráter de um menino. De maneira precisamente análoga, o desfecho da atitude edipiana numa menininha pode ser uma intensificação de sua identificação com a mãe (ou a instalação de tal identificação pela primeira vez) - resultado que fixará o caráter feminino da criança (FREUD, 1976 [1923], p.46).

Ainda neste mesmo texto, Freud falaria da importância que o processo identificatório terá na futura relação objetual da criança. Postula ele que, na dissolução do Édipo, o que predominará na escolha de objeto será a identificação paterna ou identificação materna. Se a identificação for com o pai, o sujeito preservará como consequência a relação de objeto com a mãe e seus substitutos, enquanto que, se a identificação for com a mãe o sujeito preservará a relação de objeto com o pai.

Quanto às articulações lacanianas sobre o Complexo de Édipo, no Seminário Livro 1: *Os escritos Técnicos de Freud*, Lacan (2000) chamaria a atenção para o fato de que o Édipo é muito mais complexo do que o que se resume na simples fórmula – [...] atração sexual pela mãe, rivalidade com o pai (p. 81). Ainda neste Seminário, ele coloca o pai no lugar de destaque na trama edípica – sem tirar, obviamente, a mãe do lugar central que ela sempre ocupou na psicanálise - e introduz uma diferenciação que passaria a ser fundamental no seu ensino, qual seja, a existência do pai em três registros: pai real, pai simbólico e pai imaginário.

Ao repensar o Complexo de Édipo, Lacan coloca o pai como aquele que instaura a estrutura edipiana. Não haverá possibilidade de estruturação do complexo até o momento em que o pai faça a sua

entrada e imponha a lei da castração à mãe. A fase anterior – da díade entre a mãe e criança – Lacan a consideraria um período pré-edipiano.

O pai como portador da lei da castração, é trabalhado de maneira central no Seminário Livro 4: *A relação de Objeto* (1995). Segundo Safouan (2001), esse Seminário aparece no momento em que a relação de objeto está no centro das atenções dos psicanalistas. Entretanto, essa relação é considerada uma relação dual, ou seja, mãe e criança. Os seminários anteriores permitiram que Lacan percebesse que a compreensão do complexo de Édipo só seria possível se fosse reposicionada essa relação especular mãe criança (*a - a'*).

Criticando os analistas que defendiam essa forma parcial de concepção da relação de objeto – principalmente a escola Kleiniana e seus seguidores -, Lacan defende a tese de que é a entrada do pai como castrador que regula essa relação: trata-se de uma relação que se dá em torno do ternário, mãe-criança-falo, e não de uma relação dual.

O termo fase fálica, para caracterizar o Édipo, já havia sido introduzido por Freud para designar a existência de um momento estrutural da vida do sujeito em que o falo aparece como central. Lacan retoma essa ideia, o diferencia do falo enquanto órgão biológico e o coloca no nível do simbólico, definindo-o como esse objeto que representa a completude para o desejo. Assim, esse Seminário giraria em torno da relação edípica entre a mãe e a criança, mas nas suas relações com o falo. Lacan salienta não haver sido ele quem colocou o órgão sexual masculino em primeiro plano. “Isto partiu das elaborações freudianas e estão no centro da castração” (LACAN, 1999 [1957-1958], p. 205)

Na sessão de 19 de dezembro de 1956, do Seminário livro 4: *A relação de Objeto*, Lacan (1995) retoma o esquema triangular, mãe-criança-falo e acrescenta o elemento que completa a estrutura do Édipo. Diz ele:

No ponto a que levei as coisas da última vez, vocês viram esboçar-se uma linha de busca que se referia à tríade imaginária mãe-criança-falo, como prelúdio à posta em jogo da relação simbólica, que se faz com a quarta função, a do pai, introduzida pela dimensão do Édipo (LACAN, 1995 [1956-1957], p. 81).

Dessa forma, o triângulo mãe-criança-falo se instala, efetivamente, com a entrada em jogo da função paterna. Nesse momento, a criança reconhece que ela não é o único objeto de desejo da

mãe e que o que a mãe deseja é o falo. Além disso, ela percebe que a mãe é privada, ou seja, que se inscreve nela a falta de objeto (LACAN, 1995 [1956-1957], p.81). Nessa fase, a criança depende do desejo da mãe e da primeira simbolização. A criança é totalmente dependente do desejo da mãe e dos significantes que vêm dela, mas o mais importante é o que se inscreve no campo do desejo. O que deseja o sujeito? *Não se trata da simples apetência das atenções, do contato ou da presença da mãe, mas da apetência do seu desejo* (LACAN, 1999 [1957-1958], p.188). É nesse momento que a criança se percebe totalmente assujeitada ao desejo deste outro.

O pai simbólico é aquele que instituirá a imagem fálica por meio da metáfora paterna. Ao ser apresentado à criança como simbólico, esse deverá ser posto como o portador do falo, interditor da mãe e operador da castração. Será a entrada do pai na relação dual mãe-bebê, trazendo a lei da castração, que possibilitará ao sujeito inserir-se no processo de sexuação.

A castração está essencialmente ligada a uma ordem simbólica instituída, que comporta toda uma longa coerência, da qual em caso algum o sujeito poderia ser isolado. A ligação da castração com a ordem simbólica é evidenciada por todas as nossas reflexões anteriores, bem como por esta simples observação: em Freud, desde o início, a castração foi ligada à posição central atribuída ao complexo de Édipo, como elemento de articulação essencial de toda a evolução da sexualidade (LACAN, 1995 [1956-1957], p. 61).

Após ter retomado de Freud esses elementos essenciais que compõem o complexo de Édipo, no Seminário livro 5: *As Formações do Inconsciente*, Lacan (1999) se dedica a repensar a estruturação teórica desse complexo e articula os tempos lógicos que o sujeito deverá atravessar no seu Édipo, bem como, as suas consequências. Essa operação possibilitaria a Lacan retomar a análise do ideal de eu - como herdeiro do complexo de Édipo -, a repensar as estruturas psíquicas - já que é no Édipo que se constituem as estruturas -, e a avançar na sua compreensão da constituição do sujeito como um ser sexuado. Apesar de essas três questões serem fundamentais para a psicanálise, por conta do objetivo deste trabalho, deter-se-á somente na questão do Édipo e nas suas relações com a sexualidade.

## 5.1 OS TRÊS TEMPOS DO COMPLEXO DE ÉDIPÓ

No capítulo XI *Os Três Tempos do Édipo*, do Seminário Livro 5: *As Formações do Inconsciente*, Lacan (1999) pensa nos fundamentos do Complexo de Édipo de acordo com os tempos lógicos da constituição do sujeito desejante. Segundo ele, são três os tempos os quais o sujeito deverá passar, a fim de que possa sair desse processo com a sua sexualidade constituída.

No primeiro tempo, o aspecto nodal se dá em torno da questão de que “o sujeito se identifica especularmente com aquilo que é o objeto do desejo da sua mãe” (LACAN, 1999 [1957-1958], p.198).

Já no segundo tempo, a questão central se encontra na entrada do pai na relação mãe-criança e, neste momento, “o pai intervém efetivamente como privador da mãe” (ibid).

Por fim, no terceiro tempo do complexo, “o pai pode dar à mãe o que ela deseja, e pode dar porque o possui” (ibid, p.200). Neste momento, no imaginário da criança, o pai é potente e possuidor do falo – sendo fonte de identificação da criança a ele.

Dessa forma, essas são as chaves que sustentam o complexo de Édipo e que são responsáveis pelo processo de estruturação da sexualidade.

### 5.1.1 Primeiro tempo do Édipo: a etapa fálica primitiva

Denominada por Lacan como a etapa fálica primitiva, esse é o momento em que a metáfora paterna age instalando “[...] a primazia do falo através do símbolo do discurso e da lei” (LACAN, 1999 [1957-1958], p.198). Para Lacan, anterior a este primeiro tempo, temos a relação primária da criança com a mãe, em que, na verdade, não se trata simplesmente de uma relação entre os dois parceiros, mas da criança com o desejo da mãe. “É um desejo de desejo” (p. 205).

Neste ponto, Lacan adverte que é diferente desejar algo ou desejar o desejo de alguém e, nessa fase, a criança não pode desejar a mãe como objeto, mas deseja ser desejada por ela. Mais tarde, essa constatação lacaniana daria os meios para que ele articulasse o conceito

de *objeto (a)* - objeto causa do desejo. O que quer o sujeito nesta relação edípica? Quer ser o *objeto (a)*, objeto causa do desejo da sua mãe. Nesse momento, a criança fica aprisionada nesta dialética do desejo deste outro primordial que é a mãe e não haverá outro meio de obter a satisfação que não seja através do desejo dessa. Aqui, o pai já se encontra na relação entre a mãe e a criança, entretanto, ele está de uma forma velada.

Vale salientar que a “primeira relação de realidade desenha-se entre a mãe e o filho, e é aí que a criança experimenta as primeiras realidades de seu contato com o meio vivo” (LACAN, 1999 [1957-1958], p. 186). Entretanto, será somente no momento em que o pai faz entrada em cena que se pode afirmar que o Complexo de Édipo terá seu início efetivamente. A relação pai-mãe-criança se refere à uma relação simbólica, daí Lacan denominar o pai de metáfora paterna.

A metáfora paterna trata de uma simbolização primordial em que o pai é colocado como substitutivo no lugar na mãe. Esse *no lugar da* constitui o ponto axial, o nervo motor, a essência do progresso representado pelo Complexo de Édipo (Ibid).

Lacan (1999) adverte que o pai é real, mas deve-se lembrar do fato de que o pai só é real na medida em que as instituições lhe conferem, legitimam seu papel e sua função de pai. Independente de esse pai ter sua presença na realidade há necessidade de que o pai simbólico entre na relação entre a mãe e a criança, o que ele denominará de *nome do pai*, quando se refere ao pai simbólico. Que o pai seja o verdadeiro agente da procriação, não é o que determinará o desfecho do Complexo de Édipo, mas sim a atuação do pai simbólico. (...) A posição do Nome-do-Pai como tal, a qualidade do pai como procriador é uma questão que se situa no nível do simbólico (Ibid, p.187).

Lacan (1999) afirma, ainda, que nesse momento já está instituído o Complexo de Édipo, pois, nele já encontramos os quatro elementos que o compõe: a mãe, a criança, o pai e o falo.

Define, ainda, que o “*falo é o objeto do desejo da mãe* e que esse elemento desempenha um papel primordial na relação que o filho possui com o *casal parental*” (p. 190, destaque nosso). Na relação com esse casal, o filho deseja ser o falo para sua mãe – objeto do seu desejo – enquanto a função do pai é entrar como aquele que priva a mãe desse objeto, ou seja, o pai priva a mãe do seu *objeto fálico*.

Essa é uma indicação, mas a coisa vai muito mais longe. A experiência analítica nos prova que o pai, como aquele que priva a mãe do seu desejo, a saber, o objeto fálico, desempenha um papel absolutamente essencial, não direi nas



perversões, mas em qualquer neurose e em todo o desenrolar, por mais fácil e mais normal que seja, do Complexo de Édipo. Vocês sempre constatarão, na experiência, que o sujeito posicionou-se de uma certa maneira, num momento da sua infância, quanto ao papel desempenhado pelo pai, no fato de a mãe não ter o falo. (LACAN, 1999 [1957-1958], p.190).

Portanto, nesse momento bem específico do Édipo, o pai entra na função como privador da mãe. Ele deverá posicionar-se na relação da mãe e da criança como aquele que castra, entretanto, Lacan deixa claro que quem será castrada será a mãe e não a criança, mas a criança sofrerá os seus efeitos.

O ponto nodal do primeiro tempo do Édipo será a maneira como o sujeito irá posicionar-se frente a essa privação, a qual o pai submete a mãe. O sujeito pode aceitá-la ou não. Essa privação, o sujeito infantil a assume ou não assume, aceita ou recusa. “Esse ponto é essencial. Vocês o encontrarão em todas as encruzilhadas, a cada vez que a experiência os levar a um certo ponto que agora tentamos definir como nodal do Édipo” (Ibid, p. 191).

A questão central será a forma em que o sujeito irá posicionar-se frente a essa imposição do pai. Nesse momento, duas possibilidades se abrem: ele pode aceitar ou recusar a castração imposta pelo genitor à mãe e toda a questão da sua estruturação terá seu desfecho na forma em que o sujeito posicionar-se frente ao falo.

Existem graus, é claro, e essa relação não é a mesma na neurose, na psicose e na perversão. Mas essa configuração, de qualquer modo, é nodal. Nesse nível, a questão que se coloca é ser ou não ser, “to be or not to be” o falo. No plano do imaginário, trata-se, para o sujeito, de ser ou não ser o falo. A fase a ser atravessada coloca o sujeito na situação de escolher. Ponham também esse escolher entre aspas, porque o sujeito é tão passivo quanto ativo nisso, pela simples razão de que não é ele quem manipula as cordinhas do simbólico. A frase foi começada antes dele, foi começada por seus pais, e aquilo a que pretendo conduzi-los é precisamente a relação de cada um desses pais com essa frase começada, e a maneira como convém que a frase seja sustentada por uma certa posição recíproca dos pais em relação a ela. Mas, digamos, uma vez que convém nos exprimirmos bem, que existe, em termos

neutros, uma alternativa entre ser ou não ser o falo (LACAN, 1999 [1957-1958], p.192).

Sendo assim, ele aceita ou não aceita ser o falo para o desejo do outro. Esse é o ponto central que define o primeiro tempo do Complexo de Édipo na teoria lacaniana. Após ter feito a escolha entre ser ou não ser ou ter ou não ter o falo, o sujeito terá saído da primeira fase do seu Édipo, e será desse momento em diante que o pai aparecerá, efetivamente, como o portador da lei da castração.

### **5.1.2 Segundo tempo do Édipo: o pai como agente da castração**

Neste momento, em que o pai real faz sua entrada no complexo, ele deverá desempenhar o papel de portador de uma proibição. Na verdade, o pai entra como portador da lei, como proibidor do objeto de desejo da criança que é a mãe – termo que Freud introduzira com o termo a interdição do incesto.

O ponto nodal desse segundo tempo do Complexo de Édipo encontra-se no fato de que, ao impor a castração e privar a mãe do falo, ou seja, da completude que é representada pela criança, o pai remete a mãe e a criança a outra instância: ao grande Outro que representa a lei simbólica. O que retorna à criança, certamente será a lei encarnada pelo pai, entretanto, o pai não remete o filho em nome próprio, mas ele é o representante da lei que está em outro lugar.

A estreita ligação desse remeter a mãe a uma lei que não é a dela, mas a de um Outro, com o fato que o objeto de seu desejo ser soberanamente possuído, nesta realidade, por esse mesmo Outro a cuja lei ela remete, fornece a chave da relação do Édipo. O que constitui seu caráter decisivo deve ser isolado como relação não com o pai, mas com a palavra do pai. (LACAN, 1999 [1957-1958], p. 199).

Dito de outro modo, o pai é aquele que encarna a lei e remete a criança e a mãe ao Outro que é o lugar desta lei. Mas, bem entendido, ele somente a representa já que não é uma criação sua. Lacan cita como

exemplo o caso da mãe do pequeno Hans, em que se vê que ela se encontra numa posição ambígua e proibidora que deveria ser ocupada pelo pai real. Nesse caso, a palavra do pai não serviu de lei para a mãe e tampouco para o pequeno Hans, que teve como saída a fobia. O desfecho favorável do Complexo de Édipo dependerá que a palavra do pai sirva de lei e remeta o sujeito a essa instância que é o grande Outro.

No Seminário *La Logique du Fantasme* (inédito) Lacan (1966-1967) explica que o Outro é o lugar do signo, ou seja, onde se inscreve o sentido - os significantes recorrem a ele para fazer funcionar o sentido e a verdade. Nesse caso, diz ele, que o significante inscreve o sujeito no mundo e nada acontece nesse mundo até que o fato seja dito. Disso se conclui que o sujeito está na dependência do significante.

Assim, a palavra do Outro – os significantes do Outro- é concebida como estatuto de verdade. A verdade se inscreve na junção dos significantes do sujeito, que fazem ligação entre eles para produzir o significado.

O essencial desse tempo do Complexo de Édipo é que a criança volte-se para o pai e o legitime como o possuidor da lei, representante do Outro e impositor da falta. Os efeitos dessa operação serão fundamentais: o pai irá tirar o filho do domínio do desejo da mãe e instituirá nele, também, uma falta.

### **5.1.3 Terceiro tempo do Édipo: o pai como portador do falo**

“A terceira fase do Édipo é tão importante quanto a segunda, pois é dela que depende a saída do Complexo de Édipo” ( LACAN, 1999, p.200). No segundo tempo, o pai havia aparecido ao filho como aquele que tem o falo e impositor da lei. No segundo tempo, o pai atestou dar o falo ao filho. Quando essa segunda etapa for atravessada, diz Lacan, é preciso que o que o pai prometeu seja mantido. Ele pode dar ou recusar, posto que o tem, mas o fato de que ele, o pai, tem o falo, disso ele terá que dar provas. “É por intervir no terceiro tempo como aquele que tem o falo e não o que o é, que se pode produzir a báscula que reinstaura a instância do falo como objeto desejado da mãe[...]” (Ibid).

No terceiro tempo, o pai pode dar à mãe o que ela deseja já que ele o possui. Para Lacan (1999), pelo pai ser potente, pode-se pensar

que a relação entre os parceiros passará ao nível do real e ter-se-á aí o processo identificatório.

Essa identificação ao pai será central na diferenciação entre os sexos e na formação do ideal do eu. No terceiro tempo - momento em que o pai intervém como real e potente - por intervir na relação como aquele que tem o falo, ele será internalizado no sujeito como ideal de eu e, a partir daí, o Édipo terá o seu declínio.

Esse será o ponto fundamental do processo de identificação sexual do sujeito. Nesse ponto, o menino não vai tomar posse dos poderes sexuais que pertenciam ao pai, mas terá internalizadas essas representações e poderá sustentá-las no futuro com uma estrutura masculina. Essas representações serão guardadas de reserva e colocadas em movimento quando convier ao sujeito.

Já na mulher, o desfecho do Complexo de Édipo será diferente, na medida em que a mulher não precisa internalizar o falo para utilizá-lo quando for preciso. Na verdade, Lacan salienta que ela sabe que não tem o falo, mas que deverá buscá-lo em outro lugar. Num primeiro momento ela o buscará no pai e, em seguida, buscará um substituto do pai. Dirá ele: “Ela não tem de fazer essa identificação nem guardar esse título de direito à virilidade. Ela, a mulher, sabe onde ele está, sabe onde deve ir buscá-lo, o que é do lado do pai, e vai em direção daquele que o tem” (Ibid, p.202).

Pode-se concluir, então, que esse terceiro tempo do Complexo de Édipo é a etapa em que o menino poderá identificar-se com o pai como possuidor do falo, e a menina poderá reconhecer o homem como aquele que o possui, e aí o sujeito buscará inscrever-se e reconhecer-se do lado masculino ou feminino nas fórmulas da sexuação.

## 6. AS FÓRMULAS QUÂNTICAS DA SEXUAÇÃO

*Em outras palavras, não há ensino senão matemático, o resto é brincadeira* (LACAN, 2012 [1971-1972], p. 26).

Como exposto nos capítulos anteriores, quando Lacan formula a questão de que *a relação sexual não existe*, está afirmando que “o sexo biológico não define relação alguma no ser falante” (Ibid, p.13). Com isso, obviamente, ele não está defendendo a ideia de que não percebamos, desde a mais tenra infância, as pequenas diferenças que se apresentam entre os meninos e as meninas.

No que se refere a essa diferença, sabemos que ela

Corresponde ao que há de real no fato de que, na espécie que se autodenomina *homo sapiens*, (...) os sexos parecem dividir-se em dois números mais ou menos iguais de indivíduos. Bem cedo, mais cedo do que se espera, esses indivíduos se distinguem, isso é certo (LACAN, 2012 [1971-1972], p.15).

Ao expor a sexuação nesses termos, Lacan (2012) ressalta que a natureza distingue os sexos de forma mais ou menos harmoniosa. No que se refere ao sexo masculino, dá ao sujeito um pênis e os caracteres do macho, e ao sexo feminino, dá a elas uma vagina e seus caracteres femininos. Entretanto, a psicanálise mostra que esses caracteres não são suficientes para definir a sexualidade, sendo que no seu processo de subjetivação o sujeito poderá tomar os caminhos mais diversos, muitas vezes sem levar em conta a sua própria anatomia - haja vista que a sexualidade não está subordinada ao imperativo do corpo biológico.

No senso comum, o menino é considerado um homenzinho e a menina é vista como quase um menino, que faltou pouco para ser menino e, nesse caso, “a falta, o quase, tem toda a facilidade para ser considerada bem sucedida, na medida em que nada impede que lhe imputemos, a essa falta, um suplemento de feminilidade. A mulher, a verdadeira, a mulherzinha, esconde-se justamente atrás dessa falta”. (LACAN, 2012 [1971-1972], p.16). Assim, desde muito cedo é em torno do falo que começam a se inscrever essas diferenças.

Na segunda conferência proferida por Lacan no hospital *Saint Anne*, em 03 de março de 1972, ele apresenta uma compilação sobre

esse assunto e, ao citar o livro de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, ele afirma categoricamente que não existe segundo sexo, mas o que os diferencia é a relação singular que cada um terá com o falo.

Não existe segundo sexo, a partir do momento em que entra em funcionamento a linguagem. Ou, para dizer as coisas de outra maneira, no que concerne ao que é chamado de heterossexualidade, o heteros, palavra que serve para dizer ‘outro’ em grego, está na posição de se esvaziar como ser pela relação sexual. (LACAN, 2012 [1971-1972], p.93).

Ainda nesse sentido, no Seminário Livro 18: *De um discurso que não fosse semblante*, Lacan (2009) já havia dado a fórmula de que será somente com relação ao falo que se pode pensar na bipolaridade sexual. Segundo ele:

O falo, ao enfatizar um órgão, de modo algum designa o órgão chamado pênis, com sua fisiologia, nem tampouco a função que podemos atribuir-lhe, palavra de honra, com alguma verossimilhança, como sendo a da cópula. Se nos referirmos aos textos analíticos, veremos que ele visa, de maneira mais inequívoca, a sua relação com o gozo. E é nisso que eles se distinguem da função fisiológica (ibid., p.62).

Nesse mesmo Seminário, Lacan (2012) começa a escrever as fórmulas da sexuação e introduz o símbolo  $\Phi$  (*fi*) para representar o falo. A partir daí, escreve tanto o homem quanto a mulher nas suas relações com essa função - *função  $\Phi$*  - dentro do processo de sexuação.

## 6.1 A FUNÇÃO $\Phi X$

A função  $\phi x$  representa a inscrição do sujeito (*x*) - seja ele do sexo biológico masculino ou feminino - frente ao falo ( $\Phi$ ). Lacan esclarece que, sejamos nós masculinos ou femininos, não se trata de distinguirmos um significante homem de um significante mulher, inscrevendo como *x* para masculino e *y* para feminino, mas ambos como *x* frente ao falo. É essa a função  $\phi x$  que inscreve o sujeito nas fórmulas

da sexuação e “[...] tudo que se articula de significante enquadra-se no âmbito de  $\phi x$ , da função da castração (p. 32)”. O  $x$  da função  $\phi x$  representa *um homem* – um homem e não o homem. Em contrapartida, quando falamos da mulher nós dizemos *a mulher*, utilizando o artigo definido.

Na estruturação do homem, na sessão de 12 de janeiro de 1972, Lacan apresenta um axioma que, “segundo ele, trata-se de uma função de verdade: todo homem se define pela função fálica, sendo esta, propriamente, o que obtura a relação sexual”. (2012, p.43) Assim, todo o homem se reporta de maneira direta ao  $\phi x$ .

Quanto à mulher, Lacan (2012) define-a como *não toda* que deve ser colocada no seu valor de estrutura. O mito do Édipo esclarece que é impossível haver um homem que possa ter todas as mulheres, tão simplesmente “porque não existe um todo das mulheres” (ibid. p.44). Dessa forma, a relação da mulher com o  $\phi x$  é de que não existe uma mulher que defina de maneira cabal, a essência da feminilidade.

Tanto o homem como a mulher possui uma indeterminação frente ao gozo. O homem se inscreve frente a um “todo”, já que existe ao menos um para quem a verdade de sua denotação se sustenta na função fálica (LACAN, 2012 [1971-1972], p.44). Já para a mulher, não há esse *tudo* que representa a sexualidade feminina e ela porta, constitucionalmente, a falta frente ao falo.

Diante disso, Lacan (2012) acrescenta um novo indicador que será fundamental para sua lógica:  $\exists x$ , que quer dizer existe, ou seja, existe *Um significante mestre* (p.35). Com esse símbolo, ele coloca como questão principal a ideia de que *existe um homem* que não se submete às leis da castração e esse homem é o pai da horda primitiva.

E o que pode nos interessar com respeito a esse existe, em matéria de significante? Seria que existe pelo menos um para quem isso não funciona, essa história de castração. (...) É o chamado pai... (...) Portanto, é a partir desse existe um, é com referência a essa exceção que todos os outros podem funcionar. (LACAN, 2012 [1971-1972], p.35).

Em relação à mulher, Lacan acrescenta o quantificador da negação que significa *que não existe x*, com isso ele salienta que a mulher não pode ser pensada no mesmo patamar do homem, pois “a essência da mulher não está na castração. (...) elas não são castráveis (p.45)”. Porque elas não possuem o falo.

Dessa forma, o “falo denota o poder da significação” (Ibid, p.54). O  $\phi x$  terá uma relação direta com os termos *existe*, *o não existe*, *o todo* e *o não-todo*, pois *o existe*, *o não existe*, *o todo* (a), *o não todo* (a) são utilizados para inscrever o sujeito - o  $x$  da função- na sua relação com o falo  $\phi$ . Assim, cada uma das estruturas terá uma lida particular com o  $\phi$ , na qual a subjetivação da sexualidade vai depender de como o sujeito vai posicionar-se frente a ele.

## 6.2 O NÃO-MAIS-QUE-UM E A FUNÇÃO FÁLICA

A partir de 1970, quando Lacan retoma a questão do pai e da sua função radical, ele o coloca no lugar do *não-mais-que-um*. Dito de outro modo, para que se possa pensar na questão da subjetivação da sexualidade e da diferenciação entre os sexos, é preciso começar por esse *não-mais-que-um*, pois ele equivaleria ao número *um* da aritmética, de onde começa todo o processo de articulação da lógica dos números.

É de maneira inteiramente original que se coloca o não-mais-que-um. Sem o não-mais-que-um, vocês nem sequer podem começar a escrever a série dos números inteiros. (...) é preciso que haja um 1 e que, depois disso, vocês só tenham que arredondar a boca toda a vez que quiserem recomeçar, para que, a cada vez, isso faça 1 a mais, mas não o mesmo. Ao contrário, todos os que se repetem assim são os mesmos, podem ser somados. A isso se chama série aritmética (LACAN, 2009 [1971], p.100).

Transportando o *não-mais-que-um* para a questão da sexualidade, Lacan afirma que a estrutura é tal que o homem, da forma que ele funciona, é castrado e é da relação com esse *um* que ele se posicionará frente à sexualidade.

No Seminário Livro 18: *De um discurso que não fosse semblante* (2009), Lacan introduz a ideia corrente de que *todo o homem é fático e toda a mulher não é*. Ele subverteria essa fórmula para: *algum homem é fático e os demais castrados*. Essa mudança de perspectiva é fundamental para a compreensão do que ele vai articular na sequência



do seu ensino, de que existe o *não mais que um (nãomaisqueum)* que é o pai mítico e com o qual os outros deverão relacionar-se.

Daí resulta, por exemplo, que não se pode fundar nada do *status* do homem, visto pela experiência analítica, senão juntando artificialmente, miticamente, o todo homem com o suposto homem, o pai mítico, de Totem e Tabu, isto é, aquele que é capaz de satisfazer o gozo de todas as mulheres. (LACAN, 2009 [1971], p.133)

Quanto à mulher, Lacan também a coloca num lugar bem específico. Segundo ele, *A mulher só pode ocupar seu lugar na relação sexual, só pode sê-lo, na qualidade de uma mulher*. Além de não haver uma mulher mítica – que seria uma  $\phi y$  – também Lacan acentua *vivamente, não existe toda mulher* (Ibid).

No final da conferência, Lacan (2009) esclarece que existe ao menos um (*aomenosum*) que não é escravo da função fálica. “Esse um é o pai mítico e os demais machos são escravos da função fálica” (p.106). Assim, na sexuação do sujeito, o um é o pai mítico, ou seja, o único que não se submete à lei da castração sendo que todos os demais se identificam imaginariamente com ele. Esse será o seu primeiro passo na construção das *fórmulas quânticas da sexuação*.

### 6.3 AS FÓRMULAS QUÂNTICAS DA SEXUAÇÃO

O trabalho de Lacan de escrever a sexuação em fórmulas teve início no Seminário de 1971 *De um discurso que não fosse semblante* (2009), ocuparia lugar de destaque no Seminário do ano seguinte...*ou pior* (2012) e teria sua conclusão no Seminário *mais, ainda* (1985).

No Seminário Livro 19: ... *ou pior*, Lacan (2012) colocaria uma primeira versão das fórmulas da sexuação:

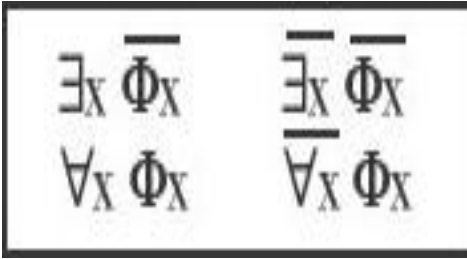


Figura 1: As fórmulas quânticas da sexuação.

Primeiramente, Lacan adverte: nessas fórmulas, o *um* não se opõe ao outro sexo como uma negação. A mulher não é o negativo do masculino. No lado do masculino *há um x* que se sustenta num além da função fálica e a mulher se inscreve *no não toda* – que sustenta a função feminina.

Nas fórmulas, dois termos se enfrentam: *um é o existe* e o *outro é não existe*. Do lado esquerdo, o *x* representa o homem, colocando-o como *existe*. Na fórmula da esquerda, acima, podemos ler a inscrição de que existe ao menos um que não está submetido à lei da castração -  $\exists x \quad \overline{\Phi x}$ . Como visto, esse *um* é o pai mítico que teria a possibilidade do gozo com todas as mulheres.

Assim, a primeira fórmula da esquerda representa que do lado do homem existe ao menos um homem que não é castrado - trata-se do pai mítico, o *aumentum* - e é com esse homem imaginário que os demais homens deverão identificar-se. Lacan salienta que é ele quem possibilita que os demais homens se identifiquem com uma imagem – mesmo que na fantasia, de um homem pleno.

Na parte inferior da esquerda, temos que todo homem está sujeito à castração. Em algum lugar, portanto, há um *toda x* que se torna o  $\forall x \cdot \Phi x$  toda vez que um ser encarna a sexualidade no lado do homem, ou seja, ao inscrever-se desse lado, o sujeito sentirá os efeitos da castração e terá como imagem identificatória esse pai pleno.

Quanto à mulher, Lacan já a escreve como não toda e simbolizada por " $\overline{\exists x} \overline{\Phi x}$ ". Assim, não é em relação ao homem que a mulher se inscreve, sendo que o lado da mulher é completamente diverso do lado do homem. Enquanto do lado do homem existe ao menos um, o pai mítico, para qual a função fálica não lhe inscreve – e é fonte de identificação – para a mulher, essa função não existe e *a mulher*

*é não toda* - e é isso que significa a primeira fórmula da direita, acima. Já a fórmula abaixo, representaria a ideia de que nenhuma mulher possui o falo e, com isso, Lacan não estaria dizendo que elas são castradas, mas que pela sua constituição subjetiva, ela se inscreve como não tendo o falo. Dessa forma, Lacan esclarece que existe *o homem*, em torno do qual todos os demais homens se relacionam e, em contra partida, *a mulher não existe*.

Se quisermos pensar seja o que for das relações que chamamos de humanas, não se sabe por quê, na experiência que se instaura a partir do discurso analítico, é absolutamente necessário afirmar que existe um para quem a castração não se sustenta. Castração quer dizer o quê? Quer dizer que tudo deixa a desejar, não quer dizer outra coisa. Para pensar isso, ou seja, pensá-lo a partir da mulher, é absolutamente necessário que haja um para quem nada deixe a desejar. Esta é a história do mito de Totem e Tabu. Se vocês perderem isso, não vejo absolutamente o que lhe permita se situarem de alguma forma. (LACAN, 2012 [1971-1972], p.200)

No capítulo intitulado *Letra de uma Carta de Almor*, do seminário Livro 20: *mais, ainda* (1985), Lacan apresenta um complemento às *fórmulas quânticas da sexualização* e as escreve na sua versão definitiva, conforme abaixo:

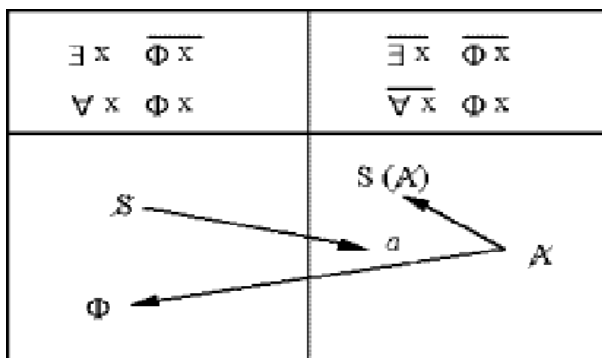


Figura 2: Versão final das fórmulas quânticas da sexualização.

Primeiramente, Lacan mantém sem alterações a parte superior das suas fórmulas e acrescenta a segunda parte. Na parte superior, as duas fórmulas acima representam que quem quer que seja ser falante se inscreve de um lado ou de outro.

Já na parte inferior, Lacan (1985) coloca um \$ e o  $\phi$  o que significa que o homem também se encontra barrado com relação ao falo. Esse \$ só tem a ver, enquanto parceiro, com o *objeto (a)* – o objeto causa do desejo – que se encontra do outro lado da barra. Dessa forma, o homem só atinge o seu parceiro sexual – que é o Outro – por intermédio disto, desse sujeito ser a causa do seu desejo, ou seja, por meio da fantasia (Ibid, p.108).

“O que se viu, mas apenas do lado do homem, foi que aquilo com que ele tem a ver é com o *objeto (a)*, e que toda a sua realização quanto à relação sexual termina em fantasia. Viu-se isto muito bem a propósito dos neuróticos” (Ibid., p.117).

Do lado direito da barra, representando a mulher, temos o ( $\mathcal{A}$ ) que significa que ela só poderá inscrever-se como *não toda*. Na sua relação com o outro, vemos que sua relação enquanto *não toda* ( $\mathcal{A}$ ), não se dá com o homem, mas com o Outro – que Lacan (1985) representa como S ( $\mathcal{A}$ ). Entretanto, à mulher também é possível relacionar-se com o falo  $\phi$ , o que a colocaria numa posição dupla (p.108-109). Dito de outro modo,  $\mathcal{A}$  mulher é aquela que tem a possibilidade de inscrever-se com relação ao significante, mas também com relação ao falo. (LACAN, 2012 [1971-1972]). Assim, na mulher há um gozo que é o gozo do corpo que vai para além do falo, mas desse gozo ela nada nos diz. Referindo-se à Santa Tereza de Bernini, Lacan (1985 [1972-1973], p.103) dirá :

(...) basta que vocês vão olhar em Roma a estátua de Bernini para compreenderem logo que ela está gozando, não há dúvida. E do que é que ela goza? É claro que o testemunho essencial dos místicos é justamente o de dizer que eles o experimentam, mas não sabem nada dele.

Por outro lado, o que se percebe é que a mulher coloca-se frente ao homem como *objeto (a)*- objeto causa do desejo – que Lacan representa como o \$ do lado do homem, rumo ao (a) do lado da mulher.

## 6.4 A MULHER NÃO EXISTE

*Se refizermos o percurso histórico da psicanálise, nos questionando sobre o seu ato de nascimento, certamente chegaremos a que o objeto da psicanálise é a mulher e a sexualidade feminina. O que mobilizou o desejo de Freud, certamente foi a questão do gozo feminino e do que quer a mulher? ao se deparar com o desejo das histéricas. (LACAN, *La logique du fantasme*, 1967, sessão de 31 de maio).*

No Seminário *A Lógica do Fantasma* (inédito), Lacan (1966-1967) inicia as articulações sobre a posição feminina e introduz uma estrutura que ele denomina de *fantasma do dom*. É por que a mulher não tem o falo que o seu dom assume um valor privilegiado enquanto ser o falo para o homem – o dom do que não se tem. Dessa forma, o gozo feminino está ligado diretamente a esta falta que é causa do seu desejo.

Ao posicionar-se como o falo que falta ao outro, a mulher cria, de uma forma puramente imaginária, isto que a faz objeto, ou seja, que na miragem erótica ela pode ser o falo para o outro. “Ser o falo já que ela não o tem. Assim, a mulher lança de forma satisfatória a conjunção genital, mas, certamente na medida onde ao fornecer o objeto que ela não tem, ela não desaparece neste objeto” (LACAN, 1967, sessão de 1 de março).

Neste Seminário, Lacan (1967) introduz de forma mais específica as suas articulações sobre a sexualidade feminina, em que, segundo ele, a mulher ocupa um lugar de objeto do gozo, o que a torna indecifrável aos nossos olhos. Freud nunca deixou de repetir a intrigante questão: *O que quer uma mulher?*

Na sessão de 10 de maio de 1967, Lacan declara que após 67 anos de teoria psicanalítica, ainda não se sabia muito sobre o gozo feminino, embora da mulher e da mãe, nós falemos sem parar. Já no Seminário Livro 16: *do Outro ao outro* (2006), Lacan faz a seguinte declaração sobre a mulher: “*O que eu lhes disse – que não existe relação sexual -, se há um ponto em que isso se afirma na análise, e tranquilamente, é que a Mulher, não sabemos o que é isso. Ela é desconhecida no lugar – a não ser, graças a Deus, por representações*” (1967, p. 220).

Não conhecemos a essência da mulher e disso nada sabemos. Entretanto, isto é tão estranho à própria mulher quanto o é para o

homem e o é duplamente. Primeiro, no sentido de que o representante que representa o feminino está perdido - de que não se sabe o que é a mulher- e, noutro, no sentido de que é estranho a ela própria.

Articulando a questão da sexualidade com o mito do Édipo, no Seminário Livro 18: *de um discurso que não fosse semblante*, Lacan (2009) retoma a ideia de que é impensável dizer *A mulher*. Impensável por quê? Porque não podemos dizer todas as mulheres. (LACAN. 2009 [1971], p. 99). Dessa forma, quando falarmos d' *A Mulher* estamos nos referindo a todas as mulheres e, nesse sentido, *A Mulher não existe*, ou seja, não podemos dizer que existe uma essência em que todas as mulheres possam inscrever-se.

Há, ainda, um gozo à deriva. É o gozo feminino. Lacan (2009 [1971]) afirma que nenhum psicanalista consegue articular a mínima coisa sobre esse assunto. Está aí a dificuldade do ato sexual, pois a estrutura lógica dessa questão mostra que ela contém o grande mistério do sexual: que se *a mulher não existe*, torna-se impossível a relação entre um homem e *A mulher*, mas só poderá haver uma relação com uma mulher, o que significa que para esse homem torna-se um grande mistério desvendar *o que quer uma mulher*.

Podemos, a rigor, escrever  $xRy$ , e dizer “que  $x$  é o homem, que  $y$  é a mulher e  $R$  é a relação sexual” (LACAN, 2009 [1971], p.50). Entretanto, isso se torna impossível na medida em que o gozo d' *A Mulher é não-toda*. Já no que se refere ao homem, ele não é mais que um significante e quando ele entra na relação ele entra como castrado, ou seja, na sua relação com o gozo fálico.

Assim, quanto ao posicionamento dos sujeitos frente às fórmulas da sexuação, no Seminário Livro 20: *mais, ainda*, dirá Lacan (1985) que o homem se alinha aí por escolha. Já as mulheres se colocam ali se isso lhes agrada.

Todo mundo sabe que há mulheres fálicas, e que a função fálica não impede os homens de serem homossexuais. Mas é ela também que serve para se situar como homens, e abordar as mulheres. Para o homem (...), (...) a menos que haja castração, quer dizer, alguma coisa que diga não à função fálica, não há nenhuma chance de que ele goze do corpo da mulher, ou, dito de outro modo, de que ele faça amor. (...) Além disso, isso não impede que ele possa desejar a mulher de todas as maneiras, mesmo quando essa condição não é realizada (p 97).

Entretanto, o homem aborda a mulher como *objeto (a)*, ou seja, objeto causa do desejo e algo que nunca será plenamente atingido por ser do campo do imaginário. Segundo Lacan, é o homem – aquele que se vê macho – que aborda a mulher, só que o que ele aborda é a causa do seu desejo, o *objeto (a)*. *Aí está o ato de amor* (LACAN, 1985 [1972-1973], p. 98).

Nós dois somos um só. Todo mundo sabe, com certeza, que jamais aconteceu, entre dois, que eles sejam só um, mas, enfim, nós dois somos um só. É daí que parte a ideia do amor. É verdadeiramente a maneira mais grosseira de dar à relação sexual, a esse termo que manifestamente escapa, o seu significado (LACAN, 1985 [1972-1973], p. 64).

Lacan (1985) adverte que o amor se relaciona com o um, mas esse um é o um do próprio sujeito e não a união com o outro que faça dos dois um só. Esse um – que é o sujeito – que faz com que ele ame dentro de si mesmo, é a grande questão trazida por Freud, de como esse sujeito poderá amar um outro.

Assim, quando Lacan (1985) se refere à expressão *A mulher não existe*, certamente ele não está se referindo à ideia de que não existam mulheres. O sentido da sua frase é de que *A Mulher* como toda não existe, mas existem mulheres que (...) *dizem algo, mas...não tudo* (p.79).

Dessa forma, Lacan consegue avançar na inscrição da diferenciação entre os sexos no campo da masculinidade e da feminilidade. Estavam desvendados, assim, parcialmente, os grandes enigmas da sexualidade que haviam sido apontados por Freud. Entretanto, ainda uma questão o movimentava: a escolha do sujeito ao posicionar-se frente às fórmulas da sexuação e a autorização do sujeito a assumir um lugar na sexualidade.

## 7. A AUTORIZAÇÃO DO SER SEXUADO

*Isto, certamente, todos já sabem: ele só se autoriza por si mesmo, eu acrescentarei... e por alguns outros* (LACAN, 1973-1974).

No Seminário *Les non-dupes errent* (inédito), na sessão de 09 de abril de 1974, Lacan articula uma proposição muito importante para a questão da sexuação: *o ser sexuado só se autoriza por si mesmo e por alguns outros*. Afirma ele que o estatuto desses outros está bem localizado nas fórmulas quânticas da sexuação, entretanto, ele não avançaria na compreensão desse aforismo.

Essa proposição de que *o ser sexuado só se autoriza por si mesmo*, nos remete à questão de que essa autorização implicará em certa escolha do sujeito frente à sua sexualidade. Diz Lacan (1974) que mesmo que esse sujeito seja classificado como macho ou fêmea, no estado civil ele poderá fazer uma escolha – muitas vezes à revelia do seu órgão anatômico. Assim, apesar de nós o classificarmos como menino ou menina, num momento preciso ele deverá fazer uma escolha e posicionar-se em um dos lados das *fórmulas da sexuação*.

A questão da escolha em psicanálise é algo paradoxal. Enquanto no senso comum - e até mesmo em alguns saberes - o processo de autorização por si mesmo possui um sentido de escolha consciente, na psicanálise a questão opera de maneira diversa: o sujeito do inconsciente é determinado pelo desejo do outro, mas ao mesmo tempo ele é responsável pelo seu próprio desejo. Trata-se daquilo que Lacan denomina de uma *escolha forçada*.

### 7.1. A ESCOLHA FORÇADA DO SUJEITO DESEJANTE

Conforme Lacan (1999) salienta no Seminário Livro 5: *As Formações do Inconsciente*, será no declínio do Complexo de Édipo que teremos um sujeito com possibilidades de assumir um lugar específico na sexualidade. No entanto, esse processo possui em seu percurso certos momentos decisivos, no qual o mesmo deverá fazer escolhas – escolhas



essas que determinarão a forma de gozo que ele assumirá enquanto ser sexuado.

No momento inicial da sua constituição, pertencente ao período pré-edipiano, a criança não terá escolha, pois, a fim de que ela possa constituir-se como sujeito desejante, é condição que ela se assujeite ao desejo do outro. No Seminário Livro 11: *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, Lacan (1988) expõe essa questão a partir do conceito de alienação em Hegel.

Foi em Hegel que ele encontrou legitimidade para o que chamou de *vel alienante*. O *vel alienante* nada mais é que a alienação sofrida pelo sujeito, a qual o coloca na via da escravidão. “A liberdade ou a vida! Se ele escolhe a liberdade, pronto, ele perde as duas imediatamente- se ele escolhe a vida, tem a vida amputada da liberdade” (LACAN, 1988 [1964], p. 201).

Na sessão XVI desse Seminário, Lacan (1988) trará o exemplo esclarecedor da *bolsa ou a vida*. A história seria mais ou menos a seguinte: um ladrão nos aborda e nos faz a seguinte imposição: “a bolsa ou a vida!” (p. 201). São duas as possibilidades que se abrem nesse momento: a primeira, de optarmos pela vida e lhe entregarmos a bolsa, ou a segunda, de nos apegarmos à bolsa e perdemos a vida. Porém, o que salienta Lacan, é que na verdade não são duas opções que são abertas diante da ameaça do ladrão, mas apenas uma. Na verdade, se opção fosse pela bolsa perder-se-ia as duas, pois o ladrão tiraria a vida e levaria a bolsa. Ao optar pela vida, ter-se-ia uma vida sem a bolsa, ou seja, incompleta.

Na constituição do sujeito desejante, a questão é ainda mais complexa, na medida em que as partes que compõe o *vel da alienação* não são mais a bolsa ou a vida, mas o sujeito e o Outro. O sujeito será colocado na posição de perdedor e sem possibilidade de escolha - aquela da bolsa do exemplo anterior. Ao contrário da alienação em Hegel - onde o sujeito e o outro estão mais ou menos no mesmo pé de igualdade - , para Lacan, os campos não são de forças iguais. Na sua confrontação com a ordem simbólica - o grande Outro-, o sujeito precisará submeter-se. Na alienação tem a primeira etapa para se chegar a uma subjetividade, na qual a exigência é que o sujeito opte pela sua própria submissão a este Outro. Trata-se de uma escolha forçada que será condição necessária para o surgimento de um sujeito.

Dessa forma, frente ao desejo da mãe, o sujeito será colocado como objeto do seu desejo, e a partir daí estará assujeitado a ele. Responderá desse lugar na medida em que essa posição lhe é fonte de prazer e de gozo. Pode-se dizer que essa é a primeira e mais importante

forma de gozo no corpo, a qual o sujeito experimenta e que tentará retomá-la ou mantê-la, a qualquer custo, no momento que a castração se fizer presente.

Por sua vez, a mãe sentir-se-á plena com a chegada do filho e usufruirá do gozo que esse objeto confere ao seu desejo. Nesse momento, Lacan (1995) salienta que a mãe sente-se como possuidora do falo, ou seja, como possuindo a completude para a sua falta. Essa relação se manterá até o momento em que o pai entrar em cena para fazer valer a sua função na castração.

No momento em que o pai entra na relação, deve-se estar atento para as palavras de Lacan de que o pai será o agente da castração, porém, ele não falará em nome próprio. O pai é aquele que terá a função de impor a lei, mas essa lei não foi feita por ele. A lei da interdição do incesto - que diz que a mãe deverá abrir mão do seu objeto de desejo - essa lei pertence ao Outro, pois é essa a condição para que esse sujeito advenha como desejante.

Nesse momento, não será a criança quem deverá ser privada do seu objeto de desejo e sim a mãe. Será na mãe que o efeito da castração deverá incidir e, conseqüentemente, ela deverá transmitir essa lei ao filho. É neste tempo do complexo de Édipo que a criança deverá fazer a escolha entre *ser* ou *não ser*, ou *ter* ou *não ter o falo*.

Lacan (1999) diz que essa escolha é paradoxal, na medida em que o sujeito é tão passivo quanto ativo nesse momento. Devido ao fato dele estar submerso num mundo simbólico, e à mercê do desejo do outro, ambos os pais terão o poder de impor sua lei a ele.

Essa declaração se mostra fundamental para a compreensão de que nesse momento, o sujeito já passou pelo processo de alienação ao desejo e aos significantes do Outro. A frase que escreve o S1 do seu fantasma já foi começada pelos seus pais e internalizada, formando o que Freud chama de recalque primário. No Seminário *La Logique du Fantasma* (inédito) Lacan (1966-1967) articula que essas representações formarão o *um - o traço unário*- do sujeito. Será do traço unário como S1 que dependerá toda a sua constituição, formando, assim, o seu fantasma no inconsciente.

Quanto à questão da escolha da criança, pode-se afirmar que ela não teria escolha frente ao desejo da mãe já que ela está capturada por esse desejo. Entretanto, ela já tem o seu próprio desejo pulsando dentro de si e goza com a posição de ser o falo para o desejo desse outro que é a mãe. Ela não aceitará abrir mão dessa posição que ocupou outrora frente ao desejo da mãe, mas frente à castração ela não terá outra escolha.

Já no terceiro e último tempo, o sujeito perceberá que o pai se apresenta como possuidor do falo e, dessa forma, a criança poderá ter, por herança simbólica, o falo para sua falta. Nesse momento, ter-se-á o processo de identificação ao pai que se apresenta como fálico ao filho. Como Lacan (1999) salienta, o menino irá identificar-se com o pai fálico e a menina irá buscar o falo no outro. Assim, esse sujeito deverá escolher um dos lados das fórmulas da sexuação para se posicionar.

Diante das fórmulas da sexuação, o sujeito poderá posicionar-se como  $\forall x . \phi x$ , ou seja, todo homem é castrado em relação ao falo, mas sempre tendo em vista a ideia -imaginária - de que o pai é pleno e não se submete às leis da castração. Contudo, esse sujeito poderá escolher posicionar-se do lado feminino, em que, ao se dar conta de que as mulheres não possuem o falo - " $\exists x \overline{\phi x}$ ", ele se posicionará também como não o possuindo  $\overline{\forall x \phi x}$ , e aí estará no campo do feminino.

Dessa forma, o pai representa o *ao menos um* para o filho e será aquele que encarna o *existe um homem* fálico com o qual o sujeito poderá identificar-se. Se o pai exerceu sua função corretamente na castração, o sujeito reconhecerá esse pai como fálico e tanto o menino como a menina se reportarão a ele. Ao menino caberá, ao sentir-se castrado, buscar no pai a potência e o falo que lhe falta. Já no caso da mulher, ela deverá posicionar-se como aquela que não possui o falo, mas que poderá tê-lo no outro. Lacan salienta, ainda, que ao mesmo tempo, ela buscará ser o falo para o que falta ao homem, fazendo-se ver e desejar. O que quer uma mulher? Poder-se-ia dizer que ela deseja o desejo do outro, ou seja, ser seu objeto de desejo- *objeto (a)*.

O sujeito poderá escolher qual lugar ele irá ocupar na sexualidade. Não será a biologia, mas o desejo que irá guiar o sujeito a ocupar um lugar nestas fórmulas da sexuação. “É neste sentido que ele tem uma escolha, eu quero dizer que é a que nos limitamos para lhes classificar macho ou fêmea, no estado civil, enfim, isto não impede que ele tenha uma escolha. Isto, certamente, todo mundo sabe, como afirma Lacan (1973-1974) no Seminário *Les non-dupes errent* (inédito)”.

Assim, *o ser sexuado só se autoriza por si mesmo e por alguns outros* a ocupar o lugar na sexualidade. Em vários momentos precisos, foi o desejo do outro que o guiou pelo caminho da sexuação, obrigando-o a uma escolha forçada. Entretanto, a psicanálise deixa claro que isso não desimplica o sujeito da responsabilidade pelas suas escolhas. Se há escolha, há desejo e o sujeito é responsável pelas suas

escolhas, pelo seu desejo e pelo seu gozo. É nisso que Lacan (1995) insiste no Seminário Livro 7: *A Ética da Psicanálise*.

Assim, o sujeito é tão passivo quanto ativo no processo de escolha frente à sexualidade. Frente aos momentos nodais da constituição da sua subjetividade, ele fará uma escolha entre uma das estruturas da sexualidade. Nessa *escolha forçada* ele é responsável pelo seu desejo, deverá assumi-lo e falar dele em nome próprio, autorizando-se a ocupar seu lugar como ser sexuado.

Por inúmeras vezes, Lacan afirmou nos seus seminários que se temos um determinado sexo, foi por que o escolhemos. A escolha do sexo é uma operação subjetiva e vai depender da maneira como cada um vai se autorizar e se posicionar frente ao discurso. Quer dizer que não somente o sujeito deverá escolher, mas que uma vez escolhido, ele não poderá sair da sua escolha. Deverá refazer a sua escolha a cada momento que a sexualidade entrar em jogo, pois ao dizer que o ser sexuado só se autoriza por ele mesmo, isso implica que ele estará fixado uma vez por todas. Isso o confrontará sem parar frente à sua escolha no campo da sexualidade.

Dessa forma, a todo instante o sujeito sexuado será confrontado com a sua escolha, com a questão de que essa escolha é definitiva e de que as consequências da sua escolha não estão estabelecidas de uma vez por todas. Ele pode abrir mão da possibilidade de praticar a sua sexualidade, mas não poderá, jamais, deixar de ser um ser sexuado.

Entretanto, quanto a esse processo que Lacan (1967-1968) traz no Seminário *L'Acte Psychanalytique* (inédito), pode-se dizer que num momento bem preciso ocorrerá o ato de passagem do ser sexuado. Dessa forma, pode-se colocar como hipótese que, num determinado momento, o sujeito irá reconhecer-se como um ser sexuado e na posição masculina ou feminina. Assim, o sujeito deverá assumir esse lugar e autorizar-se como um ser sexuado frente a essa posição.

A partir daí, pode-se dizer que se terá o último tempo na constituição da sexualidade, ou seja, no momento em que o sujeito poderá nomear-se. Sua nomeação será: sou homem ou mulher e aí deverá portar-se como tal – como Lacan (1961-1962) explicou no Seminário *A Identificação* (inédito).

Em suma, quando Lacan (1973-1974) profere a máxima de que *o ser sexuado só se autoriza por si mesmo*, isso significa que o ser sexuado é aquele sujeito que foi constituído no seu complexo de Édipo e precisou se posicionar em um dos lados das fórmulas da sexuação: do lado do homem ou do lado da mulher. Trata-se de uma escolha forçada

frente a essas possibilidades que se abrem e onde o sujeito deverá sustentar o lugar pelo qual ele optou. Salienta Lacan (1974) que ele não estará sozinho nessa autorização. Portanto, Lacan acrescenta o *e por alguns outros* a essa proposição.

## 7.2 ...E POR ALGUNS OUTROS

### 7.2.1 Os outros na teoria de Lacan

No livro *Os outros em Lacan*, Quinet (2012) examina cinco tipos de outros na obra lacaniana: o *pequeno outro* que é o semelhante; o *grande Outro* que é o discurso do inconsciente - da ordem do simbólico e tecido de linguagem; o *outro pulsional no registro do real*, que é representado pelo *objeto (a)*- objeto causa do desejo; o *outro dos laços sociais*; e, por fim, o *outro gozo*- que se refere ao gozo feminino. A quais *outros* Lacan se referia ao acrescentá-los a essa proposição? Examinar o estatuto desses *outros* será fundamental neste trabalho para que se possa chegar a uma compreensão da proposição lacaniana que regula a autorização dos analistas.

#### 7.2.1.1 O pequeno outro

O outro é conceituado por Lacan desde os primeiros seminários. Segundo Roudinesco e Plon (1998), “Lacan situou a questão da alteridade, isto é, da relação do homem com seu meio, com seu desejo e com o objeto, na perspectiva de uma determinação inconsciente” (p. 558). A fim de manter a radicalidade da descoberta de Freud, Lacan diferencia o Outro como discurso do inconsciente – simbólico – do outro que está no campo da dualidade imaginária.

Esse *outro* é nosso semelhante, “feito à minha imagem e semelhança” (QUINET, 2012, p.8). Somente me identifico como um *eu* em oposição ao *outro* e é nesta díade *eu-outro* que posso me subjetivar como identidade. “Lacan desfez a ilusão de totalidade, a pretensão de síntese e a miragem da unidade do eu, mostrando que o eu é - antes de

mais nada – outro” (Ibid). Eu fui constituído por esse outro e sou sua imagem e semelhança, daí eu estar nele e ele estar imerso em mim. Não me constituo como uma essência de eu, mas um eu em relação especular com o outro. Dessa forma, “o eu e o outro se confundem”. (p.8)

O outro é fonte de uma série de sentimentos e de emoções: vejo-me no outro, o vejo como meu ideal, como meu rival, com inveja, com amor ou com desdém. Na verdade, Lacan afirmou em todos os momentos do seu ensino que nos encontramos alienados à imagem do outro. “Alienado ao seu outro-ideal” (Ibid, p.9). Freud descreve esse eu ideal como a imagem e semelhança a partir do qual o eu se constitui.

Esse outro intruso, que se manifesta como semelhante é experimentado e percebido como aquele que invade o meu eu e rivaliza comigo (...). Pois o eu e o outro entram numa luta pelo reconhecimento mútuo e recíproco. Nessa luta descrita por Hegel como uma luta de ‘ puro prestígio’ na dialética do senhor e do escravo, há um desejo de reconhecimento de um pelo outro (...) (QUINET, 2012, p.10).

Dessa forma, o *narcisismo* marca essa relação entre o sujeito, seu corpo e o outro - o que Lacan denominaria de estadio do espelho. O estadio do espelho é o campo do imaginário por excelência e é neste registro que o homem se reconhece como um eu e sempre nesta relação identificatória com o outro. O corpo será o elemento fundamental dessa relação.

O que Lacan nos esclarece é que somos dependentes da ação desse outro para que nosso corpo possa ser inscrito no simbólico e adentrar no inconsciente. Dito de um modo figurado, é do outro que dependemos para que possamos tomar posse do nosso corpo e nos identificarmos como um eu.

Algo muito importante e nodal nesse processo é o momento de jubilação em que o sujeito sente-se um corpo. Um corpo unificado em sua totalidade. A partir do Seminário *L’acte psychanalytique* (inédito), de Lacan (1967-1968), pode-se dizer que nesse processo de constituição, chegará um momento específico em que o sujeito irá se perceber como um eu e se ver na oposição ao outro. Este *ato* marca a passagem de um corpo despedaçado para um corpo na sua totalidade, ou seja, unificado. E assim, um ato marca a passagem de um corpo como uma imagem especular, em que o sujeito é constituído nessa imagem como eu-outro que Lacan escreve como *a-a'*, e o sujeito se percebe um si no mundo e na relação com outros.

A imagem desse outro que é constitutiva e alienante ao mesmo tempo é experimentada pelo sujeito como um intruso que invade e rivaliza com ele. Lacan esquematiza essa relação de bipolaridade entre esse eu e o outro, no que ficou conhecido como esquema L.

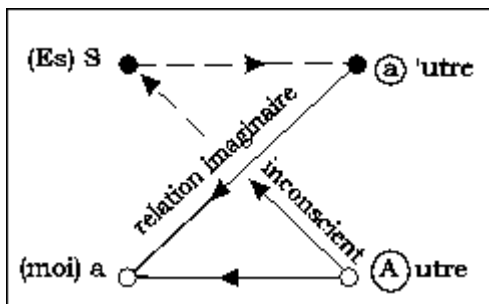


Figura 3: Esquema L

Neste esquema, o a'utre (outro) representa os objetos do sujeito e o (a) (moi) representa o eu. Quinet (2012) resume o ensino de Lacan sobre o outro dizendo que:

[...] o outro é o eu ideal: imagem desenhada e esculpida pelos significantes do Outro – aqueles que constituem o ideal do eu que, na verdade é o ideal do Outro que Lacan escreve com o matema I (A). O sujeito passará a vida toda tentando se igualar ao eu ideal (...) que são significantes do Outro (p. 17).

É no par de opostos entre o eu e o outro que o sujeito se constitui e se sustenta. Dessa forma, pode-se afirmar que não existe o eu sem o outro e, apesar de não darmos conta disso, nosso eu só se sustenta nessa oposição e na presença do outro. Freud percebera claramente essa questão ao trazer os polos atividade e passividade, em que o olhar e o ser visto, bater e ser batido, são indissociáveis entre si.

Assim, no processo de constituição do desejo, o outro acolhe o sujeito como objeto de desejo e, ao acolhê-lo, fará dele seu objeto de gozo, conduzindo-o ao grande Outro. Nesta relação, o sujeito será objeto de desejo desse outro, o que Lacan denominaria de *objeto (a)* – objeto

causa do desejo. No Seminário *La logique du fantasme* (inédito) Lacan (1966-1967) explica que é nessa relação de desejo do sujeito ao pequeno outro aquela que poderá conduzi-lo ao grande Outro.

### 7.2.1.2 O Outro

Na sessão de 16 de novembro de 1956, Lacan se utiliza dos círculos de Euler para colocar de forma algébrica como se dá a relação do Sujeito ao Outro.

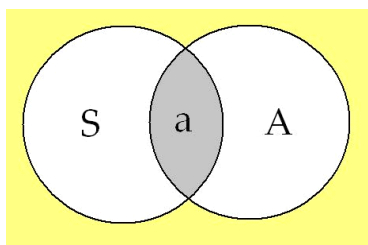


Figura 4: Os Círculos de Euler

Na relação do sujeito ao Outro, o que sai da relação do sujeito ao *objeto* (*a*) se define como o primeiro círculo, entretanto, o círculo do Outro vem se sobrepor, em que o objeto (*a*) é a intersecção, ou seja, a ligação entre os dois. Esse ponto de intersecção que pertence aos dois será retomado do *Seminário Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (LACAN, 1988 [1964]), para explicar que existe uma operação fundamental na constituição do sujeito na qual estão em jogo dois elementos básicos da teoria dos conjuntos: a *reunião* e a *intersecção*.

Pela reunião, o sujeito liga-se ao Outro. Nesse caso, o (*a*) fará essa função de remeter o sujeito a essa instância do signo. Lacan (1988) retoma desse Seminário, a ideia de *alienação*. A alienação trabalhada frente ao cogito cartesiano *do penso logo sou*, mostra que Freud faz uma



subversão do cogito ao afirmar que existimos onde não pensamos. Dessa forma, ele esclarece que o sujeito precisa fazer uma escolha entre pensar e ser ou não pensar e não ser. O sujeito do inconsciente é aquele que precisa optar pelo não pensar e, dessa maneira, terá um eu que não será materializado e estático e sim evanescente, que escapa a toda possibilidade de aproximação. Essa é a essência do sujeito freudiano. O campo do Outro é o lugar onde o sujeito é pensado e não onde ele pensa.

Para Lacan (2009), o Outro é o lugar onde o sujeito se subjetiva, inscreve-se na sua existência, na sua sexualidade e na sua história, pois é nesse lugar que se encontram os significantes que representam esse sujeito e o representam para outros significantes. É no campo do Outro que se dá a significação na articulação entre os significantes. Essa articulação será trabalhada exaustivamente por ele no seminário Livro 16: *de um Outro ao outro* (2008) e no Seminário livro 18: *de um discurso que não fosse semblante* (2009).

Esse campo do Outro é um lugar simbólico, lugar dos significantes, onde as cadeias significantes do sujeito se articulam determinando o que o sujeito pensa, fala, sente e age. Nada no sujeito escapa ao Outro: sua mente, seu corpo, seus movimentos e seus atos. Seus sonhos e sua vigília. (...) O eu está para o outro assim como o sujeito está para o Outro (QUINET, 2012, p. 22).

A relação do sujeito com o Outro, Lacan a define com o matema  $S(A)$  que significa que o sujeito não tem acesso a um significante último que traga o que é da sua essência como sujeito. O sujeito é barrado com relação ao saber sobre sua essência, e a cada novo significante que se acrescenta na sua cadeia de significantes, o sujeito se redimensiona como sujeito. Dessa forma, o sujeito se reconhece como sujeito, frente aos outros significantes que estão sob o poder do Outro.

### 7.2.1.3 O outro como *objeto (a)*

Quinet (2012) explica que o terceiro tipo de outro em Lacan é o *objeto (a)* – objeto causa do desejo –, é o outro que desperta o nosso desejo. Esse outro representa a completude, mas não pertence ao campo do imaginário e nem do simbólico e nem somente ao real. Ele está na

junção entre os três registros, assim como Lacan o escreve no Seminário *Les non-dupes errent* nos anos de 1973-1974.

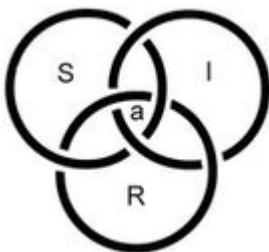


Figura 5: O Nó Borromeano

Este outro como objeto representaria a satisfação plena para nosso desejo. Sendo assim, buscamos dar a ele uma forma através das representações simbólicas. Alucinamos de uma forma imaginária, mas ele nos escapa infinitamente por estar no campo do real. Por esse motivo, não se pode esperar que esses objetos que representam a causa do desejo, possam cumprir a função de suturar a falta de objeto que constitui o desejo do sujeito. Entretanto, não existe desejo sem o outro.

Esse *objeto (a)* é o representante do objeto perdido de uma suposta satisfação plena da nossa infância. Trata-se de um objeto que estaria para sempre perdido e jamais teremos acesso a ele a não ser pelos seus substitutos. Na nossa vida, elegemos alguns outros para colocar no lugar desse *objeto (a)* – e esses outros serão objeto causa do nosso desejo.

Conforme explicitado no segundo capítulo deste trabalho, nos anos de 1960-1961, no Seminário Livro 8: *A transferência*, Lacan (1992a) coloca o *objeto (a)* como *agalma*: algo precioso, brilhante, resplandecente, que nada mais é que o desejo do desejo do outro. Dessa forma, num momento crucial, a criança buscará ser o *objeto (a)* – objeto precioso – para o desejo da sua mãe e a mãe brilhará como *objeto (a)* para o seu desejo. Essa posição o acompanhará e será atualizada em todas as escolhas futuras de objeto desse sujeito – inclusive no processo analítico.

### 7.2.1.4 O outro do laço social

Quinet (2012) realiza um trabalho minucioso de análise dos outros que fazem parte dos nossos laços sociais. Há pessoas nas nossas relações que conhecemos bem, conhecemos mal ou até desconhecemos e, segundo ele, cada uma delas é um outro com o qual nos relacionamos. Em cada circunstância nós estabelecemos os laços sociais condizentes com a situação. São dois lugares distintos: o seu e o do outro, que já estão mais ou menos definidos socialmente.

Esse vínculo é estruturado sempre por um par composto de um agente e de um outro que não estão em uma relação de simetria. O agente é dominante e o outro é dominado. Para haver laço social não existe um sem o outro, como por exemplo, no vínculo entre patrão e empregado e na relação entre professor e aluno (QUINET, 2012, p.47).

Lacan (apud QUINET, 2012) denomina esses laços sociais de aparelhos de gozo e essa é uma forma de regular o gozo dos sujeitos numa sociedade, pois, sem essa regulação, a sociedade seria destruída. É de Freud que Lacan traz essa questão primordial da regulação social das pulsões, que se dá nessa relação em sociedade.

No Seminário Livro 17: *O avesso da psicanálise*, Lacan (1992b) desenvolve os discursos - que serão vistos a seguir - para representar alguns tipos de relações sociais. São quatro: do *mestre*, do *universitário*, da *histórica* e do *analista*. Os agentes e os Outros desses discursos são respectivamente: o senhor e o servo, o professor e o aluno, a histórica e o médico e o analisando e o analista.

Os elementos dos discursos são: S1 (poder), s2 (saber), \$ (sujeito) e o objeto (*a*). Os lugares que se estabelecem nesses discursos são:

$$\frac{\text{agente}}{\text{verdade}} \rightarrow \frac{\text{Outro}}{\text{produção}}$$

Figura 6: Os lugares dos discursos

Esses quatro elementos estão presentes em todas as práticas e é na relação do agente ao outro que irão se estabelecer relações bem específicas. Os *quatro discursos* serão examinados em detalhes no próximo capítulo.

### 7.2.1.5 O outro e o gozo feminino

A última modalidade de *outro* na obra de Lacan se refere ao *outro gozo* que se encontra do lado feminino das fórmulas da sexualização. Nas fórmulas, quando Lacan coloca a mulher na sua relação com a sexualidade, ele a define de duas formas: o gozo fálico e o gozo com relação à falta do Outro.

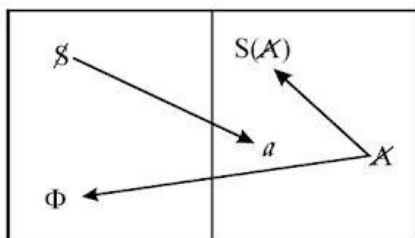


Figura 7: As fórmulas do gozo feminino

Conforme os capítulos anteriores, Lacan coloca do lado masculino o *gozo fálico* e do lado feminino ele define a mulher *como não toda*, em que  $A$  mulher possui uma maneira toda particular de gozo. De acordo com a segunda parte do esquema acima, o gozo feminino se divide em dois:  $A$  na sua relação com  $S(A)$  e  $A$  na relação com o falo. O gozo com relação ao falo se encontra do lado masculino, entretanto, a relação da mulher com o  $S(A)$ , encontra-se do lado feminino. Dessa forma, isso significa que “o gozo fálico é o gozo sexual propriamente dito, e o outro gozo Lacan chamou de ‘enigmático’, ‘louco’, identificando com o que os místicos descrevem como êxtase. Eis o gozo

do Outro” (QUINET, 2012, p.65). Trata-se de um gozo que está para além do sexual, mas que deixa suas marcas no corpo.

Nesta categoria, o sujeito busca no outro do sexo alguém que possa mantê-lo no lado que ele escolheu para se posicionar na divisão dos sexos. Lacan esclareceu que todos os sujeitos sexuados precisam colocar-se do lado fálico – do homem – ou do não toda que se refere *A* mulher. Mesmo nos casos de homossexualidade, um dos sujeitos se posicionará de um lado e o outro sexo irá sustentá-lo nessa posição ao ocupar o lado contrário das fórmulas da sexuação. Daí Lacan (2003 d), em *O aturdo*, afirmar que todo gozo é heterossexual, independente qual seja o sexo.

Desse modo, precisamos do outro sexo para gozar, pois é na diferença que se inscreve a possibilidade de sustentar o lugar na sexualidade e de gozo. *Não se faz sexo com o mesmo* (QUINET, 2012, p.71).

### 7.3 QUEM SÃO OS OUTROS QUE PODEM AUTORIZAR O SER SEXUADO?

Ao fazer o acréscimo do e *por alguns outros* na proposição de que o ser sexuado só se autoriza por si mesmo, Lacan (1973-1974) não fala abertamente sobre o estatuto desses outros, mas afirma que o sujeito não pode se autorizar pelo Outro, somente pelos pequenos outros. Dirá ele: “Qual é o estatuto desses outros na ocasião, exceto que ele está em algum lugar... eu não disse no lugar do Outro...esse é o lugar de bem situar, saber onde isso se escreve, minhas fórmulas quânticas da sexuação” (sessão de 9 de abril de 1974).

Lacan (1973-1974) exclui o grande Outro do processo de autorização e remete aos pequenos outros. A partir do que foi descrito, pode-se afirmar que esses outros estão diretamente ligados à sexualidade do sujeito. Os pequenos outros participam da constituição do sujeito desde seu nascimento, pois serão eles que remeterão o sujeito ao grande Outro, ou seja, o lugar onde estão os significantes que representarão a sua sexualidade.

Numa relação com a sexualidade, o sujeito se fará objeto causa do desejo do outro (*objeto a*) ou buscará colocar o outro como objeto do seu desejo. O sujeito terá um lugar específico no qual será agente e o outro – ao mesmo tempo - frente à sexualidade. O sujeito terá

um lugar específico e laços sociais com os outros, conforme a posição que ele se autorizou frente à sexualidade.

E, por fim, o sujeito será um ser sexuado que precisa do outro para se reconhecer de forma invertida, pois é na oposição ao seu sexo que ele poderá se reconhecer.

Leguil (2002) defende a ideia de que *esses outros*, aos quais Lacan se referia na sua fórmula, têm a ver com uma ligação social, na qual a escolha do sexo pelo sujeito dependerá da sua relação com o sexo oposto. Assim, a escolha de um sexo não poderá se realizar sem se reportar ao outro sexo – conforme expusemos no cap. 4.

Ao se posicionar como masculino, frente às fórmulas da sexuação, o sujeito precisará do outro que representa o significante mulher para se constituir sexualmente e vice-versa.

Portanto, não caberá somente ao sujeito o processo da sexuação. Mesmo após ele ter passado pelo processo de sexuação, ele se autoriza a ocupar a estrutura masculina ou feminina. A partir daí, o sujeito sexuado também não estará mais sozinho para isso. Ele precisará dos outros que o nomeiem e o reconheçam - ou não o reconheçam - naquela posição que decidiu ocupar. A nomeação, feita por estes alguns outros, será necessária para ratificar a posição que o sujeito se autorizou a assumir.

Diante do exposto, pode-se concluir que na sexualidade o sujeito precisa se autorizar a ocupar um lugar subjetivo como aquele que possui ou não o falo, isto é, deverá se posicionar do lado masculino ou feminino, mas não estará sozinho para isso.

Na sessão de 9 de abril de 1974, após fazer a proposição de que *o ser sexuado só se autoriza por si mesmo e por alguns outros*, Lacan teria a intuição de que também *o analista só se autoriza por si mesmo e por alguns outros*.

### III

#### *A AUTORIZAÇÃO DO ANALISTA*

Quanto à questão da autorização dos analistas, Lacan (1974) faz uma declaração importante, pois, em épocas passadas, ele havia questionado duramente o sistema da autorização e da nomeação dos analistas nas instituições de psicanálise. Foi desse questionamento que surgiu a célebre fórmula que sustentou o sistema de formação da sua Escola, onde todos os novos analistas se pautavam na proposição de que *o analista só se autoriza por si mesmo*.

Anos após a Proposição de 1967, Lacan (1998) a revê afirmando que mesmo que ele tenha feito essa proposição - de que *o analista só se autoriza por si mesmo* - e que isso significa que não poderemos nomeá-lo à psicanálise - não significa que ele possa entrar nela sem prestar contas a ninguém e acrescenta que alguns outros participam da autorização do analista. Na sequência, não diz qual o estatuto dos outros que poderão autorizar os analistas, mas afirma que assim como ocorre no processo de autorização do ser sexuado, eles se encontram posicionados dentro das fórmulas da sexuação.

Quando questionado em Roma sobre a semelhança entre as fórmulas da sexuação e os quatro discursos, Lacan não avançaria na tarefa de pensar a correlação existente entre esses dois esquemas, mas deixa como resposta algo surpreendente: *Não é infecundo* – afirma ele - *visto que o que eu invoco, enfim, é que o (a) vem no lugar dos x das fórmulas que eu denomino de fórmulas quânticas da sexuação*. Portanto, ele deixa em aberto a questão para que fosse pensada pelo auditório, na sessão de 9 de abril de 1974.

Na sequência deste estudo, será feita uma análise da correlação entre os quatro discursos e as fórmulas da sexuação, pensando na analogia entre autorização do ser sexuado e da autorização dos analistas para, finalmente, chegar às conclusões da tese.

## 8. O DISCURSO DO ANALISTA E AS FÓRMULAS DA SEXUAÇÃO

### 8.1 OS QUATRO DISCURSOS

No Seminário Livro 17: *O avesso da psicanálise* (1992b), Lacan desenvolve algo muito importante e original no seu ensino, a criação dos matemas que simbolizam os quatro discursos: *o discurso do analista, da histérica, da universidade* e aquele que é o avesso da psicanálise, ou seja, *o discurso do mestre*.

Esses quatro discursos são fundamentais para definir a especificidade da posição e da atuação do psicanalista, diferenciando-a das outras formas de atuação que divergem da prática instituída por Sigmund Freud. Além disso, esse discurso torna-se importante na medida em que denuncia a atuação daqueles que se dizem analistas, mas que respondem a partir de outro discurso que diverge da clínica da psicanálise.

No capítulo III *Saber, Meio de Gozo*, Lacan (1992b) expõe os quatro discursos:

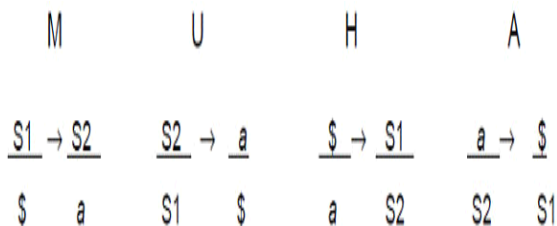


Figura 8: Os quatro discursos

Já na primeira sessão do Seminário de 1969, ele esclarece que o discurso é uma estrutura e que ultrapassa a palavra. Um discurso, segundo ele, pode prescindir das palavras, mas não da linguagem. “Mediante o instrumento da linguagem instaura-se um certo número de



relações estáveis, no interior das quais certamente pode inscrever-se algo bem mais amplo, que vai bem mais longe do que as enunciações efetivas” (1992b, p. 11). Na verdade, é da estrutura da linguagem que se fala quando se afirma que um significante representa o sujeito para um outro significante.

Os elementos *S1* e o *S2* representam esta cadeia de significantes, na qual *S1* representa o traço unário, que não possui significação e o *S2* representa o Outro, o signo, ou seja, onde o sujeito irá buscar a significação. O saber é simbolizado pelo *\$* e o *a* representa o outro. Sobre o *a* e sobre os esquemas diz Lacan (1992b, p.12):

Sobre este, venho insistindo há muito tempo, especialmente no ano passado, pois há muito o seminário era feito para isso – De um Outro ao outro, intitulei-o. Este outro, o pequeno com seu tom de notoriedade, era o que designamos nesse nível, que é a álgebra, de estrutura significante, como o objeto *a*. Nesse nível de estrutura significante, só temos que conhecer a maneira pela qual isso opera. Assim, temos a liberdade de ver no que dá isso se escrevermos as coisas dando a todo sistema um quarto de giro.

Esse quarto de giro é fundamental, pois a cada vez que ele é feito ter-se-á a produção de um discurso diferente do anterior.

Na formação das articulações entre esses elementos, da relação entre os significantes – *S1* com o *S2* – surgirá o *\$* que representa o sujeito dividido e que produz alguma coisa definida como uma perda. *É isso que designa a letra que se lê como sendo o objeto a* (LACAN, 1992b, p.13). Lacan define, ainda, o *objeto (a)* como o objeto perdido que ele extraiu do discurso de Freud e que representa a repetição no ser falante- repetição que tem a ver com certo limite que é imposto pela própria operação. Trata-se do limite do gozo, sendo que esse limite provoca saberes, saberes que são parciais, apesar de estar em busca constante da verdade absoluta – daí o mecanismo de repetição descrito por Freud.

De maneira metafórica, Lacan (1992b) coloca os quatro discursos como um *aparelho de quatro patas*, com quatro posições e que definem quatro discursos radicais. O ponto de partida, o primeiro discurso que Lacan trabalha, é o discurso do mestre. A partir dele seriam definidos os outros discursos - somente realizando o quarto de giro entre os elementos.

### 8.1.1 O Discurso do Mestre

$$\frac{S1}{\$} \rightarrow \frac{S2}{a}$$

Figura 9: O discurso do mestre

O discurso do mestre tem um valor histórico, na medida em que é nele que se sustenta a filosofia e *que fornece a estrutura do discurso do senhor* (LACAN, 1992b, [1969-1970, p. 18):

S1 é o significante, a função de significante sobre a qual se apoia a essência do senhor. Por um outro lado, vocês talvez se lembrem do que enfatizei muitas vezes no ano passado – o campo próprio do escravo é o saber, S2. Lendo os testemunhos que temos da vida antiga, em todo caso do discurso que se emitia sobre essa vida – leiam sobre isso A Política de Aristóteles –, não fica qualquer dúvida sobre o que afirmo quanto ao escravo caracterizando-o como suporte do saber.

Na época a qual Lacan se refere, o escravo era aquele que estava inserido nas famílias por possuir um saber, um *savoir faire*, ou seja, um *saber fazer*. Aqui Lacan (1992b) acrescenta que o que se falava até então era do saber absoluto. No discurso do mestre se pressupõe que existe um saber e que esse saber está do lado do Outro. O Outro vem significar o S1 que representa o sujeito para esses outros significantes.

Lacan (1992b) faz uma diferenciação entre saber e verdade. Para ele, enquanto os outros três discursos produzem um saber através da articulação do S1 com o S2, na psicanálise, a busca é pela verdade e não pelo saber. Dessa forma, a verdade do desejo pertence ao sujeito e o analista deve recusar se colocar no lugar do S2, ou seja, daquele que possui o saber. A verdade da análise vai surgindo através da articulação que o analisando faz entre o S1 e o S2 e que se dá pela fala, através das associações livres.

O mestre é aquele que acredita que existe um saber absoluto e possui esse saber. É o que se percebe no discurso da ciência. O cientista

é o mestre, é aquele que acredita na existência de um saber absoluto e vai transmiti-lo. Assim, percebe-se que o mestre produz saberes, mas que a verdade não se deixa apreender por esse discurso. A verdade só será possível de ser acessada por um outro discurso, o discurso do psicanalista. Essa questão será retomada, em detalhes, quando for examinado o discurso do analista.

### 8.1.2 O Discurso do Universitário

$$\frac{S2}{S1} \rightarrow \frac{a}{\$}$$

Figura 10: O discurso do Universitário

Seria somente no capítulo VII, que Lacan trabalharia o discurso universitário. Isso se deve a um momento de cautela em explicar anteriormente os outros discursos e evitar mal-entendidos, haja vista que o meio universitário se encontrava em efervescência naquela época.

Diz Lacan (1992b) que no discurso do universitário, o S2 possui o lugar dominante na medida em que foi o lugar primeiramente ocupado pelo mestre e de onde surgiu o saber. O discurso da ciência também está implicado com esse discurso, uma vez que o que o estudante busca é saber cada vez mais. O imperativo da ciência será o saiba cada vez mais e sempre na busca de um saber absoluto.

O universitário busca do lado do mestre o saber que lhe falta e a sua busca é constante por esse saber. Entretanto, Lacan salienta que é o S1 como significante mestre que constitui o segredo do saber em uma universidade, por isso, é extremamente tentador colar-se a ele e ficar preso aí. Assim, é tentador ao universitário se colar ao mestre e continuar perpetuamente em busca de uma verdade que se disfarça com o nome de ciência.

### 8.1.3 O discurso da Histérica

Segundo Lacan, é no discurso da histérica que *A mulher* está em questão. Como visto nas sessões anteriores, ela não possui o saber já que ela não possui o falo no que diz respeito à própria constituição sexual. A histérica – e isto serve aos homens que se colocam neste lugar – *é não toda* e é condição que ela aceite essa questão estrutural. Dessa forma, ela procura um mestre que lhe possa dar esse saber que lhe falta

$$\frac{\$}{a} \rightarrow \frac{S1}{S2}$$

Figura 11: O discurso da Histérica.

Neste discurso, ela sabe que é castrada de saber e, dessa forma, vai ao encontro daquele que possa lhe dar esse saber, que pode ser, por exemplo, um analista. Dirá Lacan que o papel do analista é de histerizar o discurso.

Eis o que quer dizer o discurso da histérica, industriosa como ela é. Ao dizer industriosa, assim no feminino, fazemos da histérica uma mulher, mas isso não é privilégio seu. Muitos homens se analisam e, só por este fato, são forçados a também passar pelo discurso histórico, pois essa é a lei, a regra do jogo. Trata-se de saber o que se obtém disso no que se refere à relação entre homem e mulher. (...) Vemos então a histérica fabricar um homem que seria movido pelo seu desejo de saber (LACAN, 1992, [1969-1970], p. 31).

Mas o central desse discurso é o movimento da histérica frente a esse outro que é o analista, e que representa o *objeto (a)* – objeto causa do desejo do analisando. Pelo processo de transferência a histérica buscará ser o objeto de desejo do homem, isto é, busca saber o que ela representa nesse contexto. Dessa forma, ela busca por um saber que lhe

falta (\$) e o pede ao outro (a), que é o analista. O analista não assumirá esse lugar e a remeterá ao S2, que é o campo onde opera a significação.

Ai está o verdadeiro fundamento da prática psicanalítica. O que almeja o analista é fazer com que o sujeito se confronte com a ausência de saber sobre a sua sexualidade. A psicanálise dá ao analisando o lugar dominante no discurso – *histeriza seu discurso* – e o conduz a se confrontar, por meio das associações livres, à verdade que se encontra nesse outro lugar que é o grande Outro.

### **8.1.4 O Discurso do Analista**

A busca pela verdade é o que almeja o psicanalista. A verdade se encontra no lado do S2 - o Outro - definido por Lacan como um lugar onde se articula a verdade. No capítulo II do Seminário Livro 17: O avesso da psicanálise, encontra-se uma articulação em que ele compara o S2 ao cavalo de Tróia.

Se há um saber que não se sabe, como já disse, ele é instituído no nível do S2, ou seja, aquele que chamo de outro significante. Esse outro significante não está sozinho. O ventre do Outro, do grande Outro, está repleto deles. Esse ventre é aquele que dá, como um cavalo de Tróia monstruoso, as bases para a fantasia de um saber de totalidade. É claro, porém, que sua função implica que de fora venha alguma coisa bater à porta, sem que jamais sairá nada dali. E troia jamais será tomada (LACAN, 1992b, [1969-1970], p. 31).

A posição do analista deve ser aquela que respeita essa articulação dos significantes. Não é ele quem detém o saber que falta ao outro, no caso o seu paciente. Na verdade, o analista é aquele que é Sujeito suposto Saber - conforme descrito na parte I deste trabalho-, mas que deverá conduzir o sujeito à sua verdade que se encontra no S2, e que deverá ser o resultado do processo analítico. Caso o analista responda de onde é convocado pelo analisando, ele não estará mais no lugar do analista e passará a ocupar o lugar do mestre - o que terá como resultado, um saber totalmente diverso do que se chega em uma análise.

$$\frac{a}{S2} \rightarrow \frac{\$}{S1}$$

Figura 12: O discurso do Analista

Conforme o esquema, a posição que o analista deve ocupar frente ao sujeito é de *objeto (a)*, ou seja, objeto causa do desejo do seu analisando. Para que a transferência seja instalada e mantida, faz-se necessário que o analista ocupe o lugar de (SsS) *Sujeito suposto Saber* e não daquele que sabe sobre o desejo do analisando. Apenas dessa forma, poder-se-á avançar a ponto de se elucidar de fato a verdade do desejo do sujeito.

No capítulo II, do Seminário *O avesso da psicanálise*, Lacan (1992b) dirá que para que uma análise se concretize e leve aos resultados esperados, o analista deve posicionar-se como objeto causa do desejo do analisando, deve fazer o semblante de mestre, como aquele que detém o saber. Trata-se de uma espécie de tapeação, da qual o sujeito se perceberá no momento em que a análise estiver liquidada. Essa será a única maneira de se ter acesso à verdade como saber.

*A verdade nunca se pode dizê-la a não ser pela metade.* Dessa verdade só se pode semidizer algumas coisas, pois ela nunca poderá ser dita como um todo. “Um saber como verdade – isto define o que deve ser a estrutura do que se chama uma interpretação” (Ibid, p.34). Em uma análise, o analisando trará seus enigmas como enunciado e caberá ao analista conduzi-lo à enunciação.

O discurso do analista se estrutura em torno do *objeto (a)*. Enquanto no discurso do mestre o que predomina é a lei, no discurso da histórica é o sintoma, e no discurso do analista o que deve predominar é o *objeto (a)* - objeto causa do desejo. Ele deve ocupar esse lugar, conduzindo a transferência e conduzindo o sujeito no processo analítico. “O que se espera de um psicanalista? Se espera que ele faça seu saber funcionar na posição de verdade” (LACAN, 1992b, [1969-1970], p.50).

## 8.2 A CORRELAÇÃO ENTRE OS QUATRO DISCURSOS E AS FÓRMULAS DA SEXUAÇÃO

Após a conferência de Roma, Lacan (1973-1974) se manifesta no Seminário *Les non-dupes errent* (inédito), acerca da correlação possível entre *os quatro discursos* e as *fórmulas quânticas da sexuação*. Ao examinar os seminários dos anos seguintes e a literatura existente percebe-se que ele não faz mais essa correlação, apesar de afirmar que o  $x$  das fórmulas da sexuação poderia ser substituído pelo ( $a$ ) do discurso do analista (sessão de 9 de abril de 1974).

Em seguida, ao fazer essa constatação, partir-se-á para a análise da correlação entre os *quatro discursos* e as *fórmulas quânticas da sexuação*.

Como visto anteriormente, do lado do homem, o  $\exists x \Phi x$  e o  $\forall x \Phi x$  representam, respectivamente, existe ao menos um homem que não se submete à função fálica (o pai) e todos os homens são submetidos à função fálica, logo, castrados. Ao substituir o  $x$  das fórmulas pelo ( $a$ ) do discurso do analista, ter-se-á que:

-  $\exists a \Phi a$ : se tem a fórmula- existe um analista que é o um, ou seja, um primeiro analista;

-  $\forall a \Phi a$ : assim, pela lógica das quatro fórmulas da sexuação, ter-se-á que todos os demais analistas se reportam a esse analista, ao pai, a fim de se identificarem como analista.

Quanto a isso, ainda na sessão de 9 de abril de 1974, Lacan adverte que: “É por isso que eu anunciei que há psicanalista, do que por exemplo, eu fui o testemunho, mas isso não pode querer dizer, no entanto, que há um psicanalista”.

Com isso Lacan (1974) está afirmando que não existe um psicanalista que possa servir de identificação e trazer a lei para os outros analistas. Daí a sua afirmação que há o psicanalista, ou que *existem* os psicanalistas, mas *não existe* um psicanalista. Esse é o lugar do zero, ou seja, do vazio.

Ora, é bem certo, do conhecimento de todos, que nenhum psicanalista pode pretender representar, ainda que de maneira mais reduzida, um saber absoluto. Isto porque, em certo sentido, pode-se dizer que aquele a quem a gente pode dirigir-se, só poderia existir, se um existe, apenas um. Esse apenas um foi, enquanto vivo, Freud (LACAN, 1988 [1964], p. 220).

Do lado das mulheres temos: " $\exists x \Phi x$ " e " $\forall x \Phi x$ " e

. Diferentemente do campo masculino, essas fórmulas indicam que não existe um  $x$  que faça exceção à função fálica. Não haverá uma mulher que sirva de identificação para tornar consistente o conjunto das mulheres – a mulher é *pas-tout* (não toda) e *não existe*.

Substituindo a fórmula original pelo ( $a$ ) do discurso do analista, pode-se afirmar não haveria nenhum analista que possa reportar-se ao  $\Phi$ , pois esse é um lugar vazio. Dai, conclui-se que o analista está do lado d'  $\bar{A}$  mulher, ou seja, daquele que não possui o saber, sobre o que falta ao sujeito.

Ainda no que se refere às relações que Lacan (2012) estabeleceu entre os elementos significam que do lado masculino, vemos que o  $\$$  - sujeito barrado pela sua inclusão no simbólico – só tem contato com o outro sexo através do *objeto (a)*, objeto causa do desejo. Do lado da mulher, sua posição de *não-toda*, simbolizada pelo símbolo  $\bar{A}$ , significa que há um duplo endereçamento do gozo feminino: de um lado ela se relaciona com a função fálica e do outro, seu gozo aparece na questão da falta do Outro, ela atua no buraco deixado no Outro pela alienação ao significante.

Se o analista se posiciona do lado do gozo feminino, de um lado ele se relaciona com a função fálica, ou seja, busca ser o *objeto (a)* - objeto causa de desejo do outro. De outro lado, ele deverá direcionar o  $\$$  (sujeito barrado) rumo a esse Outro e dessa forma chegar à verdade do inconsciente.

Dessa forma, as constatações a que se chega a partir da correlação realizada entre as *fórmulas da sexuação* e o *discurso do analista* são:

-Não existe um analista e sim os analistas, ou seja, todos os analistas se encontram na mesma posição frente à psicanálise. O analista se posiciona do lado d'  $\bar{A}$  mulher e, no lugar do pai, ele deverá conservar um espaço vazio. Esse lugar pertenceu ao próprio Freud e com sua morte, ele ficou vazio. Essa é condição para que ele possa posicionar-se no discurso do analista, pois ele não detém o saber do que falta ao seu analisando, mas dá a entender a esse outro que tem o que lhe falta. E, assim, poderá conduzi-lo rumo a essa verdade do inconsciente.

-Imaginariamente, o analista será colocado no lugar do mestre – que detém o saber – e só no final da análise ele será destituído desse lugar. Assim, como ocorre com a mulher, o analista terá dois tipos de posição frente a esse outro: *de falo* ao representar aquele que detém o



saber sobre a falta do seu analisando e de objeto causa do desejo—*objeto* (*a*), que faz despertar para si o desejo e firmar, assim, a transferência.

## 9. A AUTORIZAÇÃO DO ANALISTA

Na revista Quarto Nº 3 *À Propos de L'Enseignement de Lacan (1981)*, Jacques-Allain Miller publica um artigo que tem como ponto de partida a análise da *Proposição de 9 de outubro de 1967*. Afirma ele que a proposição de que *o analista só se autoriza por si mesmo* é um princípio de liberação, de autonomia, mas também de desencadeamento de uma experiência que porta riscos.

Ao dizer que um analista só se produz por sua análise, pode-se dizer que não haverá a necessidade de uma Escola, cada um faz a sua análise e *só se autoriza por si mesmo* a entrar na psicanálise. Mas, Miller (1981) afirma que assim não haveria a diferença entre um analista e um vidente, pois sobre o plano da fiscalização da França os analistas têm o mesmo estatuto fiscal que os videntes e os cartomantes. O que torna estranha a situação é que, após um século de existência da psicanálise, os analistas ainda não adquiriram a respeitabilidade científica e muitas vezes são tomados por charlatões e sem formação específica.

Isto se deve também, salienta Miller (1981), à posição daqueles que praticam a análise e acreditam que o sistema lacaniano de formação não possui a mesma rigidez daqueles regulamentados pelas instituições oficiais de psicanálise. Diante disso, autorizam-se e denominam-se analistas sem prestar contas a ninguém. Ao contrário do que pensam, o sistema de formação e de autorização desenvolvido por Lacan possui uma estrutura sólida e sustentada por uma lógica rigorosa. Ele ocupou anos do seu ensino pensando na passagem subjetiva de psicanalisante a psicanalista, e no ato de autorização que leva a exercer a psicanálise.

Lacan já havia se dado conta dos riscos que eram inerentes a essa proposição. Por conta disso, no Seminário de *Les non-dupes errent* (inédito), ele se pronuncia a respeito e expõe que não é porque o analista *só se autoriza por si mesmo* que ele poderá entrar na psicanálise sem prestar contas a ninguém. Fala de uma possível correlação entre as fórmulas da sexuação e os quatro discursos – expostos no capítulo anterior e, em seguida, faz uma analogia entre as proposições de que “o ser sexuado só se autoriza por si mesmo e por alguns outros com a proposição que sustenta a formação dos analistas na sua Escola: o analista só se autoriza por si mesmo e por alguns outros”.(LACAN, 1973-1974).

Essa questão de que *o analista só se autoriza por si mesmo* tem movimentado os trabalhos da Escola após Lacan. São inúmeras as publicações que versam sobre a proposição de que *o analista só se autoriza por si mesmo* e tudo o que ela comporta como: a passagem subjetiva de analisando a analista, o lugar do analista e o fim das análises.

Na sequência deste trabalho, realiza-se uma análise dos artigos encontrados nas publicações pertencentes à *École de la Cause Freudienne*: Revista de *La Cause Freudienne* e da *Quarto*, com o intuito de verificar o que os psicanalistas das Escolas lacanianas articulam sobre essa proposição para, nas conclusões, apresentarmos nossas considerações sobre a questão.

## 9.1 O ANALISTA SÓ SE AUTORIZA POR SI MESMO...

*(...) um analista é alguém que após ter feito uma análise e tendo passado por um certo limite desta, e podendo testemunhá-la, se autoriza por si mesmo e depois é responsável pelo seu ato (CORNET, 1983, p.9).*

Monique Liart (1982) em *L'éthique et la proposition d'octobre (1982)* e no texto *Le Psychanalyste ne s'autorise que de lui même (1985)*, reflete sobre a ética a partir da proposição de outubro. Apenas alguns anos após Lacan ter instituído essa proposição, a autora faz alguns questionamentos sobre o posicionamento dos analistas frente a ela.

A primeira questão da autorização tem a ver com a *análise dita didática*. Segundo a autora, o primeiro gesto de autorização vem ainda antes de o sujeito ser analista. Seu primeiro ato diz respeito ao seu desejo de ser analista, e no momento que ele se decide pela psicanálise ele já está se autorizando a escolher uma formação – bem específica - em detrimento de outras. Em seguida, esse sujeito precisará fazer a escolha pelo analista que deverá conduzi-lo nessa formação.

Essa autorização tem a ver com a possibilidade de esse sujeito poder escolher seu próprio analista e não precisar submeter-se e aceitar as imposições das instituições que exigiam alguém pertencente a uma *lista de didatas*.

Na revista seguinte, essa autora realiza uma análise da proposição *o analista só se autoriza por si mesmo*, a partir da questão de autorizar-se a entrar na psicanálise. Segundo ela, essa proposição é o princípio fundador da escola de Lacan, mas que parece familiar a ponto de não se dar a ela todo o peso que ela porta.

Ela é o resultado de uma luta travada por Lacan contra a Sociedade Internacional de Psicanálise – IPA. Num primeiro momento, Lacan seria acusado de liberar todos os membros da sua escola a se nomearem analistas, escapando, assim, das imposições e do controle das instituições oficiais. Esclarece ela que o sistema de formação da IPA colocava o *analista didata* como a figura central do sistema de formação, na qual seu poder era absoluto: tinha a autoridade de decidir pela seleção dos novos analistas - observando os critérios de normalidade; tinha o poder de decidir pelo início da prática clínica do candidato – antes ou depois do seu curso de estudos e definia o nome do supervisor clínico com o número de sessões de supervisão que seriam necessárias no processo de formação.

Quanto ao critério do fim das análises, a autora salienta que isso se dava pela prerrogativa do analisando em se identificar à figura do seu *analista didata* numa operação *ego-a-ego*. Por fim, *o didata* impunha um curso de estudos obrigatórios para a formação desse futuro analista. A autora conclui que, o objetivo principal do sistema de formação da IPA *era de transformar um eu fraco em um eu forte*.

Para sustentar essa posição, Liart (1982) remete ao texto lacaniano *Situação da Psicanálise e formação do psicanalista em 1956* (1998a). Nesse texto, Lacan denuncia esse gradus e acusa que o objetivo dessas instituições era a produção imaginária de *semblantes*, ou seja, a produção de analistas à imagem do seu analista didata, que não se sustentava na realidade do inconsciente e do desejo.

Dessa forma, Liart (1982) nos mostra que com a proposição de que *o analista só se autoriza por si mesmo*, Lacan suprime o analista didata, e cada analista poderia, a partir daí, organizar sua própria formação de uma forma privada. Num primeiro momento, essa proposição liberaria os analistas lacanianos das formações *Standards* e burocratizadas, facilitando, assim, o processo de formação dos novos analistas.

Com o passar dos anos, Lacan avançaria na compreensão dos vários pontos nodais que envolvem a formação de um analista, mostrando o quão complexa ela é e o que se exige daqueles que desejam entrar na psicanálise. Dessa forma, Lacan substituiu o sistema hierárquico da IPA pelo sistema que repousará sobre várias questões como: a cura analítica, o lugar do analista como *objeto a*, o conceito de *Sujeito suposto Saber* na transferência, do desejo do analista e o fim da análise, com a travessia do fantasma e a separação entre analisante-analista. Nessa perspectiva, o sujeito que poderá se autorizar analista será somente aquele que passou por esse processo e percebeu a mudança subjetiva provocada por ele.

Lacan distinguiu no seu ensino duas questões fundamentais do seu sistema de formação: a diferença entre o desejo do analista e o desejo de ser analista. Se todas as análises formam um analista, ao seu fim, esses sujeitos terão em si a eclosão do desejo do analista. Entretanto, nem todos os sujeitos passam pelo dispositivo analítico por esse fim. Neste momento, o desejo de ser analista tornar-se-á o motor que levará o analista ao ato de autorizar-se a ocupar o lugar do *a* no discurso do analista.

Como conclusão, a autora expõe que, ao afirmar que *o analista só se autoriza por si mesmo*, Lacan quer dizer que essa autorização não parte da vontade consciente do sujeito, mas de um ato de passagem, no qual o sujeito se responsabiliza pela sua formação e pela sua atuação como analista, já que não estará mais baseada na autoridade de grandes nomes. Entretanto, não se encontra nenhuma alusão *aos alguns outros* que fazem parte da autorização dos analistas.

Daniele Silveste em *La psychanalyse dans notre monde* (1981) afirma que no seio da IPA, o princípio que domina é: *o analista se autoriza pelos outros analistas*, pelo fato de não ter que prestar contas a ninguém, a não ser da sua conformidade ao grupo. Lacan inverteu as coisas colocando que o analista só se autoriza por ele mesmo e, conseqüentemente, deverá prestar contas dessa autorização frente a outros analistas.

Dos vários artigos examinados, pode-se constatar que vários deles trazem a citação da proposição de que o psicanalista só se autoriza por si mesmo, entretanto, não entram em maiores detalhes sobre a questão. Alguns autores se dedicam a pensar sobre essa proposição e trazem como introdução que o único objetivo de Lacan, ao criá-la, era de confrontar o poder da IPA e dos grandes nomes. Outros autores procuram pensá-la a partir de constructos teóricos como a passagem subjetiva de analisante a analista.

## 9.2 ‘E POR ALGUNS OUTROS’

Ainda na revisão de literatura realizada nas publicações da *École de la Cause Freudienne* constatou-se que, no que se refere à proposição de que *o analista só se autoriza por si mesmo*, há uma quantidade considerável de citações e menções a essa proposição. No entanto, no que diz respeito ao acréscimo feito por Lacan do *e por alguns outros* são quase inexistentes as reflexões a respeito. São poucos os artigos que falam de maneira direta do acréscimo feito por ele.

Rabinovitch em *Le passeur arrimé* (1981) afirma que todos sabemos que o analista só se autoriza por si mesmo, entretanto ele não se autoriza somente por esse anúncio, mas se autoriza analista por ser reconhecido analista por alguns outros: o júri de avaliação do passe.

Já na revista da Cause Freudienne nº 52, Marie-Hélène Roch (2002) afirma que a proposição lacaniana de que o analista só se autoriza *por si mesmo e por alguns outros*, se sustenta no mecanismo do passe, no qual os passadores encarnam a figura desses outros que conduzem o passante à sua autorização como analista. Essa sua posição é defendida pela maioria dos autores que falam sobre a autorização dos analistas.

Em um texto denominado *De la fin de l'analyse dans la théorie de Lacan* (1998), Jacques-Allain Miller fala da ruptura que Lacan empreendeu com a IPA e de todos os acometimentos vindos dessa ruptura. Segundo ele, a fim de sustentar sua posição contra a ortodoxia instituída, Lacan cria a proposição de que *o analista só se autoriza por si mesmo e por alguns outros*.

Jorge Chamorro (2002) defende que o controle da autorização dos analistas se refere à *análise de controle* – que denominamos de supervisão. Para ele, a supervisão substitui a instituição analítica como o lugar de autorização do novo analista. Substitui de fato e de direito, na medida em que ao mesmo tempo em que atua na escuta do inconsciente do novo analista, ela possui um lugar legal e assegurado pela prática analítica e pelas instituições.

Da mesma forma, veem-se artigos de vários autores como Roch (2002) que defendem que, depois de ter passado pela sua análise pessoal, o sujeito encontrará no passe o lugar onde poderá se autorizar como analista. Assim, colocam o passe no lugar desses alguns outros.

Após o percurso até aqui realizado, percebe-se que a proposição de que *o analista só se autoriza por si mesmo* quase sempre é pensada a partir do ponto de vista institucional. É lugar comum o fato de que a maioria dos artigos inicia com a explicação histórica do momento em que Lacan a institui e sua intenção de combater a ortodoxia da IPA. Expõe, também, os riscos e os mal-entendidos que essa proposição havia provocado, ao se perceber que muitos sujeitos se autorizam a praticar a análise, mesmo tendo realizado formações suspeitas.

Quanto ao acréscimo feito por Lacan do *e por alguns outros* se percebe que os artigos publicados e os autores de alguns livros o analisam de dentro das instituições oficiais de psicanálise. Dessa forma, concluem que os outros são as instituições, os componentes do passe, os supervisores, os analisandos, etc. Entretanto, se observa a quase ausência de artigos que citam diretamente a proposição *e por alguns outros* e a completa inobservância da analogia que Lacan faz entre a autorização do ser sexuado e a autorização dos analistas - como já se havia constatado na primeira parte deste trabalho.

Esse quase *esquecimento* do acréscimo trazido por Lacan do *e por alguns outros* pode remeter a uma questão fundamental dentro das instituições oficiais de psicanálise. Utilizando as palavras de Lacan com relação a Freud, poder-se-á perguntar se o problema que a formação e a autorização dos analistas enfrentam não tem a ver com o fato de que os lacanianos não ousam questionar Lacan, os grandes nomes e as instituições – assim como fez o próprio Lacan frente à IPA, em 1964?

## CONCLUSÕES

O decurso deste trabalho percorreu questões fundamentais que sustentam a formação dos psicanalistas em Lacan. Quem pode autorizar o analista a exercer a psicanálise? Esta foi a questão central e o ponto pivô que conduziu este percurso.

Num primeiro momento, o sistema de formação lacaniano parece simples: o sujeito que se decide por tornar-se analista passará pela sua análise pessoal até finalizá-la, fará o passe, se autorizará por si mesmo a exercer a psicanálise, e, por fim, poderá nomear-se analista. Entretanto, desdobrando esses paradigmas, chega-se a um grande número de questões teóricas que tornam o sistema lacaniano complexo.

O ponto de partida foram as duras críticas feitas por Lacan à Freud, no que diz respeito à forma como as sociedades psicanalíticas foram por ele constituídas. Freud criara a IPA e transferiu a ela o poder de formar e de autorizar os novos analistas a exercer a psicanálise. Lacan o acusa de tê-la criado tal e qual se encontrava, com todo o poderio e autoritarismo que eram suas principais características. Entretanto, no momento em que Lacan profere essas palavras, ele se encontrava em meio a uma crise institucional no seio da *Sociedade Francesa de Psicanálise*, por conta das divergências que tivera com a instituição oficial.

No primeiro capítulo a proposta foi elucidar essa questão. Realizou-se uma análise histórica da fundação da IPA e do processo de regulamentação da formação dos analistas. Nos vários autores estudados, percebeu-se passo a passo como as instituições foram constituídas e como as regras da formação foram regulamentadas. Percebeu-se, ainda, que durante todo o período de institucionalização da formação, Freud permanecera com olhar atento e com pulso firme, legislando, opinando e autorizando a criação das regras *Standards* da formação. Dessa forma, Lacan está correto ao afirmar que não há provas de que Freud tenha sido traído pela IPA. Ao contrário, encontraram-se as principais regras da formação em alguns textos importantes de Freud como: *Análise silvestre* (1910), *A questão da análise leiga* (1926) e *Análise terminável e interminável* (1937).

No segundo capítulo, constatou-se que ao passar pelo processo de rompimento com as instituições oficiais, Lacan encontrava-se no ponto nodal do seu percurso. Ao fazer uma *escolha forçada* pelo



rompimento, ele corria o risco de ser banido completamente do movimento psicanalítico e seu nome relegado ao esquecimento. Entretanto, seu desejo pela psicanálise o levou a trabalhar numa proposta de renovação da formação, atrelando-a aos seus construtos teóricos. O ponto central foi a radicalidade do inconsciente e do desejo, e por mais de 30 anos mostra-se um teórico persistente ao pensar nas várias nuances que envolvem a formação do psicanalista.

É com essa intenção que ele busca desenvolver um sistema lógico para a formação. Sistema esse baseado em três pontos fundamentais: *análise*, *autorização* e *nomeação*. Ao instituir esses três pilares da formação do analista, percebe-se que Lacan não abandona o tripé que fora instituído pelo próprio Freud - *análise pessoal*, *supervisão clínica* e *ensino teórico* - entretanto, renova ao pensar em um modelo que acrescentasse a autorização e a nomeação como momentos singulares do processo de formação do analista.

Quanto à análise, Lacan a coloca como a verdadeira formação, pois será dela que eclodirá o desejo do analista e o surgimento de um novo analista. Pontos importantes são pensados por ele como: o lugar que o analista deve ocupar na transferência; o lugar de *Sujeito suposto Saber* e o desejo do analista - diferenciando-o do desejo de ser analista. O que Lacan defende é que se a verdadeira formação se efetiva na análise, toda a análise que chegue ao seu término formará um analista. Entretanto, um ponto fundamental se apresenta: qual o momento preciso em que teremos a eclosão desse desejo e a passagem de analisante à analista? Essa resposta foi encontrada no seminário de 1967-1968 - *L'Acte Psychanalytique*.

Como visto na primeira parte desse trabalho, na tese de Lacan um psicanalista é o resultado de uma psicanálise levada até o seu término, quando ocorre a passagem de psicanalisante a psicanalista. Trata-se de um ato que deve ser necessariamente suposto para imaginar essa possibilidade. Dito de outro modo, o sujeito se encontra em análise no lugar do analisante até o momento em que ocorre o ato analítico e esse ato analítico opera a mudança de posição do analisando ao analista. Segundo Lacan, ninguém sabe, ninguém viu, mas sentirá seus efeitos, pois esse ato marca, assim, o fim da análise.

O ato analítico marca a eclosão de um desejo bem particular e em um momento preciso da análise do sujeito. Lacan mostra que o resultado desta operação será o *désêtre du sujet supposé savoir* (desubjetivação do sujeito suposto saber) que é o analista. E, ali onde havia um analisando, um analista há de advir.

Tal ato que marca o fim da análise é também suposto que tenha ocorrido na entrada do sujeito em uma análise, pois o ato de se decidir a fazer uma análise é um ato do sujeito que se engaja neste processo. Trata-se também de um ato do analista, aceitar a tarefa de ser suporte da transferência do analisando e, da mesma forma, será um ato que fará com que esse sujeito destitua o seu analista quando o fim da análise advier.

Por fim, ter-se-á o ato de se autorizar a ocupar o lugar do analista. Esse ato marca o início da atuação do psicanalista que, depois de haver passado por todo o percurso de formação, poderá sustentar o ato de ser analista e responder por esse ato.

Quanto à questão da autorização dos analistas, Lacan também buscará criar um sistema lógico ao afirmar que *o analista só se autoriza por si mesmo*. Por essa proposição, ele defende a ideia de que somente o analista, ou seja, aquele que passou pela própria análise e pelo ato analítico, poderá exercer a psicanálise. Após esse processo, terá eclodido em si o desejo do analista e ele poderá autorizar-se por si mesmo – pelo seu desejo- a ocupar esse lugar bem específico na análise. Esse lugar – localizado naquilo que Lacan denomina de discurso do analista – é articulado e pensado de maneira lógica e precisa no Seminário dos anos de 1969-1970: *o avesso da psicanálise* e que se examinou em detalhes no capítulo 8.

Assim, após ter passado pela análise, pelo ato psicanalítico e haver se autorizado a ocupar o lugar do analista, o sujeito deverá passar por mais dois momentos distintos: o ato de nomear-se psicanalista e o ato de instalar-se como analista. Está definido, assim, um primeiro sistema de formação dos analistas em Lacan.

No entanto, muitas são as críticas endereçadas a esse sistema por ele criado. Os analistas formados nas escolas lacanianas são acusados de se autorizarem a exercer a psicanálise sem haver passado por um rígido sistema de formação, e sem o rigor necessário e exigido daqueles que terão em suas mãos a responsabilidade de conduzir as análises - o que colocaria em risco a integridade dos pacientes por eles analisados.

Dando-se conta desse impasse, Lacan introduz na sessão de 9 de abril de 1974 um complemento à proposição da formação dos analistas. Numa analogia à autorização do ser sexuado, ele lança a proposição: *o analista só se autoriza por si mesmo* e acrescenta: *e por alguns outros*. Mas não se encontrou referência alguma sobre o assunto nos anos posteriores.

Dessa forma, após ter exposto a história da institucionalização da formação em Freud e as articulações lacanianas para a formação, no terceiro capítulo apresentou-se algumas das concepções dos analistas e das instituições sobre os impasses que o acréscimo feito à proposição provocara.

Encontraram-se os mais diversos posicionamentos diante da incógnita deixada por ele, de que *o analista só se autoriza por si mesmo e por alguns outros*.

Em muitos autores e instituições, percebeu-se uma completa omissão do acréscimo feito. A quase totalidade dos trabalhos que versam sobre a formação dos analistas em Lacan, cita a proposição de que *o analista só se autoriza por si mesmo* e sequer faz menção ao complemento do *e por alguns outros*.

Aqueles autores que o citam, trazem uma quantidade de soluções possíveis para essa incógnita, porém, essas posições mostraram-se teoricamente frágeis. Além disso, são poucas que citam a analogia feita por ele entre as fórmulas da sexuação e a autorização dos analistas.

Quanto às instituições, percebe-se claramente que se utilizando da hiância deixada na sua proposição, algumas delas rapidamente ocuparam esse espaço e reivindicam o papel de formadoras e de autorizadas dos analistas - assim como ocorria nos domínios da IPA e que fora duramente criticada por Lacan.

Diante dessas constatações, levantaram-se duas questões distintas: de um lado, a ideia de que diante de um possível fracasso da primeira proposição, Lacan teria acrescentado as palavras *e por alguns outros* a fim de devolver à sua instituição o poder de regular a formação e de autorizar os analistas a exercer a psicanálise evitando, assim, os mal entendidos que se apresentavam. Por outro lado, poderia haver nesse acréscimo um sistema consistente para regulamentar a formação dos analistas e que corrigiria as falhas deixadas pela primeira proposição.

Foi partindo da analogia feita por ele entre a autorização do ser sexuado com a formação dos analistas, que se buscaram neste trabalho possíveis respostas para elucidar essa questão. E, com esse objetivo, percorreu-se o sistema criado por ele para pensar na constituição do ser sexuado.

Na segunda parte deste trabalho, o caminho foi pelo sistema lógico da constituição do ser sexuado: discorreu-se sobre a constituição da sexualidade no complexo de Édipo, as fórmulas quânticas da sexuação e, por fim, a autorização do ser sexuado. Esse percurso ofereceu o embasamento teórico para pensar a questão da autorização do analista, que ora se apresenta.

Com o objetivo de introduzir o pensamento lacaniano sobre a sexualidade, no capítulo quatro, foram apresentadas algumas das principais articulações de Lacan sobre a sexuação, como a articulação da sexualidade no campo dos significantes, a impossibilidade da relação entre os sexos e a sexualidade como núcleo do real.

No quinto capítulo, foi examinada a questão da constituição do sujeito no complexo de Édipo e percebeu-se que a originalidade de Lacan foi de havê-lo pensado em tempos lógicos, colocando o complexo de castração como ponto pivô desse processo. É essa ênfase dada ao complexo de castração que fará com que ele coloque o falo como o articulador da sexualidade - questão que se tornaria nodal nas *fórmulas quânticas da sexuação*.

É no posicionamento do sujeito frente ao falo que se tem a diferenciação entre os sexos. Essa constatação traz as bases do trabalho que Lacan desenvolveria nos seminários posteriores nos quais explica que é ao posicionar-se entre *ter* ou *não ter*, ou *ser* ou *não ser* o falo, que dependerá que de um lado o menino se transforme em homem e que do outro, a menina se transforme em mulher.

O processo identificatório da criança aos seus genitores se dará nesses três tempos lógicos. No primeiro tempo o pai ainda está para fora da relação, por isso a criança somente se identificaria com o falo; no segundo tempo, o pai é colocado no seu lugar na relação edípica e passa a ser suporte da lei, e no terceiro tempo, o pai é colocado como aquele que tem o falo e, aí se está na saída do complexo de Édipo.

No Seminário Livro 5: *As formações do inconsciente*, Lacan adverte que sua teoria sobre o Édipo não passava de um diagrama. Entretanto, pode-se afirmar que nessa reestruturação em tempos lógicos encontra-se toda a base que lhe possibilitaria avançar nas suas pesquisas sobre a diferenciação entre os sexos e que culminaria com as *fórmulas quânticas da sexuação*.

A colocação da sexualidade em fórmulas é uma das mais importantes contribuições de Lacan quanto à sexualidade. Lacan cria no sistema lógico a diferenciação entre os sexos, em que de um lado coloca a estruturação da sexualidade masculina e do outro, a sexualidade feminina.

É a função fálica que regula a relação dos sujeitos com o pai. Do lado do homem existe um homem fálico com o qual ele poderá identificar-se; já do lado da mulher não existe a mulher a quem ela possa reportar-se. Dessa forma, a mulher também irá reportar-se ao pai, não para se identificar a ele, mas como aquele que tem o falo que lhe falta.

Um ponto fundamental encontrado na teoria sobre as fórmulas da sexuação será a subversão que Lacan faz quanto à questão de gênero: independente do sujeito ser hetero ou homo, ele defende que só há duas escolhas possíveis, ou seja, do lado do homem ou do lado da mulher. Cabe ao sujeito escolher em qual dos lados ele irá posicionar-se, independente da sua anatomia e do órgão biológico.

Trata-se de uma escolha forçada na medida em que o sujeito é tanto ativo quanto passivo nessa escolha. Ao mesmo tempo em que é guiado pelo desejo do outro, haverá um momento em que ele será forçado a posicionar-se do lado masculino ou do lado feminino no campo da sexualidade. Será somente após esse momento lógico que o sujeito deverá autorizar-se a ocupar o seu lugar na sexualidade.

*O ser sexuado só se autoriza por si mesmo e por alguns outros.* Essa é a máxima lacaniana que porta no seu enunciado toda a teoria exposta sobre a sexualidade. O ser sexuado é um sujeito que passou pela constituição da sua sexualidade, pelos três tempos do Édipo, e que ao seu final teve que fazer uma escolha forçada por um dos lados da sexuação. Do lado masculino, como castrado frente ao pai fálico (imaginário), ou do lado da mulher que comporta o gozo frente à falta, em que ela busca colocar-se como *objeto (a)*, como objeto causa do desejo do outro.

Depois de realizada essa escolha ele deverá *autorizar-se por si mesmo* a ocupar o lugar de sua escolha na sexualidade. Nessa escolha o sujeito deverá sustentar o seu ato e não terá possibilidade de voltar atrás. Ele será o responsável em sustentar o desejo, mesmo pagando o preço por essa escolha. Terá que se deparar com a questão de que *a relação sexual não existe*, que o que o move é uma falta de um objeto (falo), terá que sustentar a castração e a ideia de que depende do outro sexo para se constituir e se reconhecer.

Entretanto, o grande nó lógico encontrado na autorização do ser sexuado está no acréscimo que Lacan faz do *e por alguns outros*. Após proferir essas palavras, ele as deixa como incógnita e não volta a falar sobre elas. Assim, buscaram-se na sua obra as possíveis soluções para resolver este enigma deixado em aberto.

Uma orientação sobre essa questão foi encontrada num livro de Quinet denominado *O outro em Lacan* (2012). Nesse livro ele faz uma análise dos vários *outros* pensados por Lacan e os descreve em cinco modalidades: o *pequeno outro*, o *grande Outro*, o *outro como objeto (a)*- objeto causa do desejo- o *outro como laço social* e o *outro como o gozo feminino* nas fórmulas da sexuação.

Apesar da importância que o grande Outro possui na constituição da sexualidade – vista no capítulo 4 -, Lacan já havia dito na sessão de 9 de abril de 1974 do Seminário *Les non-dupes errent* (inédito) que não era do Grande Outro e sim dos pequenos outros que sua proposição tratava.

O pequeno outro representa o nosso semelhante e somente me identifico como um eu em oposição ao outro e será nesta díade eu-outro que poderei subjetivar-me enquanto identidade. Lacan desfez a ilusão de totalidade, a pretensão de síntese e a miragem da unidade do eu, mostrando que o eu é - antes de qualquer coisa - outro. Não me constituo como uma essência de eu, mas um eu em relação especular com o outro.

Pensando essa questão do *pequeno outro* no campo da sexualidade, foi retomado aquilo que foi exposto no capítulo quatro desse trabalho: não há uma essência do masculino e do feminino, mas me reconheço como masculino em oposição ao feminino e vice-versa. Não há uma totalidade do sujeito como ser sexuado e, dessa forma, devo buscar *no outro* sustentar meu lugar na sexualidade.

No que se refere ao outro como *objeto (a)*, o sujeito buscará se posicionar como objeto causa do desejo para o *outro*. Dito de outro modo, em uma operação imaginária o sujeito buscará se posicionar frente ao desejo desse outro. Se o sujeito se posiciona do lado masculino, ele buscará o outro que se posicione do lado feminino, pois será esse sujeito que ocupará o lugar de agalma, ou seja, objeto precioso e que irá despertar o seu desejo. Dessa forma, é esse *outro* que sustentará o sujeito em determinado lugar na sexualidade e também na análise.

A outra modalidade de outro que participa da autorização do ser sexuado são os *outros dos laços sociais*. No Seminário Livro 17: *o avesso da psicanálise*, Lacan desenvolve os discursos para representar alguns tipos de relações sociais. São em número de quatro: do *mestre*, do *universitário*, da *histérica* e do *analista*. Pode-se pensar que existe um discurso que faz laço social do ser sexuado com outros sujeitos também sexuados.

O sujeito como *SI* busca no outro a verdade sobre a sua sexualidade, e os outros teriam como função remetê-lo a essa verdade posicionando-o ou reposicionando no lugar que ele se decidira por ocupar. Dito de outro modo, o sujeito quando barrado do seu saber do sexual (\$) precisa dos outros que o reconheçam no lugar de homem ou mulher, significando e posicionando-o em um lugar bem preciso na sexualidade.

Por fim, os outros escritos nas fórmulas da sexuação. Nessa categoria, o sujeito busca no outro do sexo alguém que possa mantê-lo no lado que ele escolheu para posicionar-se na divisão dos sexos. Lacan esclareceu que todos os sujeitos sexuados precisam colocar-se do lado fálico – do homem – ou do lado *não toda* que se refere *A* mulher. Mesmo nos casos de homossexualidade, um dos sujeitos se posicionará de um lado e o outro sexo irá sustentá-lo nessa posição, ao ocupar o lado contrário das fórmulas da sexuação.

Dessa forma, pode-se concluir que *os outros* que sustentam o sujeito na sexualidade são: os sujeitos que ocupam o lugar do *pequeno outro*, o *outro enquanto objeto a*, o *outro dos laços sociais* e os *outros das fórmulas da sexuação*.

Terminado esse percurso, buscou-se analisar quem são *os outros* que participam da autorização do analista a exercer a psicanálise. Depois da análise da analogia desses outros com os outros que autorizam o sujeito na sexualidade ter-se-ia que:

1. Os pequenos outros, enquanto semelhantes, participam da autorização dos analistas. Esses outros são os outros analistas, com os quais o analista mantém uma relação institucional ou de trabalho. Dessa forma, me reconheço analista, frente a outros analistas.
2. O outro enquanto *objeto (a)*- objeto causa do desejo – possui um lugar central na autorização do analista, pois o analisando buscará posicionar-se como objeto causa do desejo para o analista e, em contrapartida, o analista buscará capturar o desejo do analisando. Dessa forma, o analisando sustentará o analista enquanto analista e participará dessa autorização. Dito de outro modo, o analista buscará ser o *agalma* do seu analisando e, nessa relação, ele se reconhecerá como analista e poderá ocupar o seu lugar no discurso do analista - o que terá a ver com os laços sociais. Sendo assim, somente aqueles que participam diretamente desse processo poderão autorizar um analista a exercer a psicanálise. Daí Lacan ter se utilizado do *alguns outros*, já que não são *todos os outros* ou *qualquer um outro* que poderão autorizar um psicanalista.
3. E por fim, a questão do analista frente *às fórmulas da sexuação*. Na análise quanto a questão do analista e *dos outros* nas fórmulas da sexuação, percebeu-se que a sua estrutura interna se sustenta na declaração feita por Lacan, na sessão de 9 de abril de 1974 do Seminário *Les non-dupes errent*, de que poderia haver uma relação entre os quatro discursos e as fórmulas da sexuação. Após a substituição do *x* que representa o ser sexuado pelo (*a*) que representa o lugar do analista, concluiu-se que ao contrário do que ocorre com o ser sexuado que se reporta ao pai fálico, na psicanálise não existe um psicanalista que possa

autorizá-lo a ocupar o lugar do analista. Como vimos, esse lugar pertencia a Freud, mas com a sua morte esse lugar ficou vazio.

Se esse lugar é um lugar vazio e, por isso, o analista só poderá *autorizar-se por si mesmo* a ocupar esse lugar que pertenceu a Freud, o que fica claro é que o analista não poderá ser autorizado pelos grandes Outros, mas somente pela sua própria análise e pelos pequenos outros quais sejam, os outros analistas – seus pares - e os analisados.

A posição do analista encontra-se do lado do feminino nas fórmulas da sexuação, pois ele irá posicionar-se como aquele que não responde à demanda do seu paciente, mas que precisará colocar-se como objeto para sua falta, a fim de que a análise se efetive.

Pode-se afirmar, ainda, que da mesma forma que ocorre com o ser sexuado, o posicionamento do analista na psicanálise não se dá de maneira solitária. Se a verdadeira autorização só é possível *por si mesmo*, visto que não há um analista que tenha a autoridade de um pai como foi Freud, isso não impede que o analista se posicione na psicanálise nesse jogo de relações que se estabelece. O significante psicanalista só será significado na oposição com alguns outros significantes: o analisando, os pares, as outras profissões, a sociedade. Daí Lacan lamentar-se ao fato do poder público não exigir que os analistas defendessem suas formações, como visto na introdução deste trabalho.

Assim, o *analista só se autoriza por si mesmo* depois de ter passado pela sua formação analítica, mas também é autorizado *por alguns outros* que tenham laço social com ele como analista. Trata-se de uma relação de alteridade, isto é, da relação do analista com seu meio, com seu desejo e com o objeto, na perspectiva de uma determinação inconsciente.

Para finalizar, faz-se necessário retomar a questão colocada no início deste trabalho, quando foi feita menção de um possível paradoxo que envolve essa questão. Lá foi dito que com o acréscimo significativo, feito por Lacan, poder-se-á estar diante de um paradoxo na medida em que, ao afirmar que *o analista só se autoriza por si mesmo*, ficaria excluída a necessidade da conjunção do *e por alguns outros* - já que pela lógica formal o *só* excluiria automaticamente a possibilidade de qualquer outro participar deste processo de autorização.

Entretanto, ao longo do percurso, pensando esse processo em tempos lógicos, esse paradoxo se desfaz na medida em que são autorizações diferentes e em tempos lógicos diferentes. No primeiro tempo, o sujeito precisa passar pela sua própria análise. Em seguida, deverá *autorizar-se por si mesmo* a ocupar o lugar do analista, e no



terceiro tempo ele será reconhecido como analista, o que provocará um efeito de autorização. Por fim, ele poderá nomear-se e instalar-se como analista. Assim, ao se pensar essa proposição em termos lógicos, é possível afirmar que não se trata de uma contradição entre as proposições, mas de uma conjunção entre dois momentos lógicos da autorização.

Dessa forma, conclui-se que esses outros não são as grandes instituições e nem os grandes nomes que as compõem, pois com a morte de Freud, esse lugar ficou vazio. Cabe ao analista autorizar-se por si mesmo à psicanálise, sustentar o lugar que ele se decidiu por ocupar e compartilhar com *alguns outros* a experiência singular de ser psicanalista.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE CURITIBA. **Como alguém pode tornar-se analista?** Disponível em: <[www.apccuritiba.com.br](http://www.apccuritiba.com.br)>. Acesso em: 20 nov.2012.

BALINT, Michael. On the psychoanalytical training system. **International Journal of Psychoanalysis**, v. XXIV, n.24, p. 163-173, mars. 1948.

CHEMORRO, Jorge. Le contrôleur et ses confidences. La cause freudienne **Revue de Psychanalyse**. Paris, n .52, p. 73-75, nov. 2002.

CORNET, Jose. **La question béotienne RTBF**. Revue Quarto. Paris. v.02, n. 10. p. 3-11.1983.

DE COCK, Édith. Encore (1972-1973). In: SAFOUAN, Moustapha (org). **Lacaniana: les séminaires de Jacques Lacan**. Paris. Fayard, 2005. p. 297 -313.

DIDIER-WEILL, Alain. A passarela. In: JORGE, Marco Antônio Coutinho (org) **Lacan e a formação do psicanalista**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006. p. 205-2009.

ESPAÇO PSICANÁLISE. **A formação de um analista**. Disponível em: <[www.espacopsicanalise.com.br/escolapsicanalise.html](http://www.espacopsicanalise.com.br/escolapsicanalise.html)>. Acesso em: 20 nov. 2012.

FERREIRA. Aurélio Buarque de Holanda (1986). *Novo Dicionário Aurélio da língua Portuguesa*. Rio de Janeiro ed., 1838 p.

FÓRUM DO CAMPO LACANIANO DE SÃO PAULO. Disponível em: <[www.campolacanianosp.com.br/ativiformanalista.php](http://www.campolacanianosp.com.br/ativiformanalista.php)>. Acesso em: 10 dez.2012.

FREUD, Sigmund. **A Interpretação dos sonhos** . Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. v: IV e V. Rio de Janeiro: Imago, 1976 [1900]. 664 p.

\_\_\_\_\_. **A psicopatologia da vida cotidiana**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. v: V e VI. Rio de Janeiro: Imago, 1976 [1901]. 341 p.

\_\_\_\_\_. **Totem e tabu**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. v: XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976 [1912-1913]. 285 p.

\_\_\_\_\_. **Psicanálise Silvestre**. v. XI. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. v: V e XI. Rio de Janeiro: Imago, 1976 [1910]. p. 207-213.

\_\_\_\_\_. **A história do movimento Psicanalítico**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1976 [1914]. p. 16-82.

\_\_\_\_\_. **Sobre o ensino da psicanálise nas universidades**. V. XVII. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. v: V e XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1976 [1918-1919]. p. 217-225.

\_\_\_\_\_. **A questão da análise leiga**. V. XX. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976 [1926]. p. 211-276.

\_\_\_\_\_. **O ego e o id**. V. XIX. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976 [1923]. 227 p.

\_\_\_\_\_. **Análise terminável e interminável**. V. XXIII. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago. 1976 [1937]. p. 247-291.

GAULT Jean-Louis. Le désir de Lacan., revue de L'École de la Cause Freudienne. **Revue de Psychanalyse**. Paris. n. 20. p. 99-101. fébr.1992.

GAY, Peter (1923). *Uma Vida Para Nosso Tempo*. 6ª edição. São Paulo: Companhia Das Letras ed., 697 p.

JONES, Ernest. **A Vida e a obra de Sigmund Freud**: Os anos de formação e as grandes descobertas. Rio de Janeiro: Imago, 1989. 430 p.

JORGE, Marco Antonio Coutinho. **Lacan e a formação do psicanalista**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006. 290 p.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 1**: Os escritos técnicos de Freud. [1953-1954]. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.335p.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 4**: A relação de objeto[1956-1957]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995 450 p.

\_\_\_\_\_. **O Seminário, livro 5**: O As formações do inconsciente. [1957-1958]. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1999. 532 p.

\_\_\_\_\_. **Le désir et son interpretation** [1958-1959]. Inédito.

\_\_\_\_\_. **O Seminário, livro 7**: A ética da psicanálise. [1959-1960]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. 395 p.

\_\_\_\_\_. **O Seminário, livro 8**: A transferência [1960-1961]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992a, 383 p.

\_\_\_\_\_. **L'identification**. [1961-62]. Inédito.

\_\_\_\_\_. **O Seminário, livro 10**: A Angústia. [1962-1963]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, 366 p.

\_\_\_\_\_. **O Seminário, livro 11**: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. [1964]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. 266 p.

\_\_\_\_\_. **O Seminário, livro 14**: La logique du fantasme. (1966-1967).Inédito.

\_\_\_\_\_. **L'acte psychanalytique**. [1967-68]. Inédito

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 16:** de um Outro ao outro [1968-1969]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 412 p.

\_\_\_\_\_. **O seminário, livro 17:** O Averso da psicanálise. [1969-1970]. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992b, 202 p.

\_\_\_\_\_. **O Seminário, livro 18:** De um discurso que não fosse semblante. [1971] Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. 174p.

\_\_\_\_\_. **O Seminário, livro 19:**... ou pior. [1971-1972]. Rio de Janeiro Jorge Zahar, 2012, 250 p.

\_\_\_\_\_. **O Seminário, livro 20:** mais, ainda. [1972-73]. Rio de Janeiro Jorge Zahar, 1985, 201p.

\_\_\_\_\_. **Les non-dupes errent.** [1973-1974]. Inédito

\_\_\_\_\_. **RSI.** [1974-75]. Inédito

\_\_\_\_\_. **O Seminário, livro 23:** O Sinthoma. ([1975-1976]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 2007. 202 p.

\_\_\_\_\_. **Lettres de l'École freudienne**, n. 15. Paris. École de la cause freudienne. p. 185-93, 1975.

\_\_\_\_\_. **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 937 p.

\_\_\_\_\_. Situação da psicanálise e formação do psicanalista em 1956. In: \_\_\_\_\_. **Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998a, p. 461-495.

\_\_\_\_\_. **Outros Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003. 607 p.

\_\_\_\_\_. Ato de Fundação In \_\_\_\_\_. Lacan. **Outros Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2003a (1971), p. 235-247.

\_\_\_\_\_. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In: \_\_\_\_\_. **Outros Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar 2003b. p. 248-264.

\_\_\_\_\_. Nota Italiana. In: \_\_\_\_\_. **Outros Escritos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar 2003c. p. 311-315.

\_\_\_\_\_. O aturdito. In: \_\_\_\_\_. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 2003d. p. 400-448.

\_\_\_\_\_. Televisão. In: \_\_\_\_\_. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 2003e. p. 508-543.

\_\_\_\_\_. **Des noms-du-père**. [1963]. Paris: Seuil. 2005. p. 67-103.

LEGUIL, François. **L'être sexué ne s'autorise que de lui-même et de quelques autres**. Revue Quarto, Paris, n.77, p. 56-62, juil. 2002.

LAURENT, Eric. L'extimité de la passe Une ou la passe et l'Ecole Une. **Revue La Cause freudienne**. v.03, n.47, p. 19-24. 2001.

LIART, Monique. **L'éthique et la proposition d'octobre** . Revue Quarto, Paris, n. 17, p. 06-15, sept. 1982.

\_\_\_\_\_. **Le psychanalyste ne s'autorise que de lui même** . Revue Quarto. Paris, n.19, p.04-07, mai. 1985.

MALNEGREAU, Pierre. Témoignages sur la formation. in: **Clinique de la formation dans la psychanalyse**. Revue Quarto, v.5, n.76, 2002. 92 p.

MELLONI, Maria Teresa Saraiva. **Destinos do Amor na formação de um Analista ou Navegar é Preciso II**. Escola Lacaniana de Psicanálise. Rio de Janeiro. [2012]. Disponível em: <[http://www.escolalacaniana.com.br/ruedelille\\_texto.php?idtextos=13](http://www.escolalacaniana.com.br/ruedelille_texto.php?idtextos=13)>. Acesso em 10 dez. 2012.

MILLER, Jacques-Alain. Contexto e conceitos. In: FELDSTEIN, Ricchard et al. **Para ler o Seminário 11 de Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 1997, p. 15-28.

\_\_\_\_\_. **Lacan Elucidado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 604 p.

\_\_\_\_\_. Politique Lacanienne. **Collection Rue Huysmans**. [1997-

1998]. Paris: L'ECF, 2001. 122 p.

\_\_\_\_\_. De la fin de l'analyse dans la théorie de Lacan. In: **Florilège de la Passe**. Paris. Revue Quarto, n. hors série, p. 3-12, juin, 1998.

MILLOT, Catherine. Sobre a história da formação dos analistas. In: JORGE, Marco Antônio Coutinho (org) **Lacan e a formação do psicanalista**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006. p. 29-42.

MOURÃO, Arlete. **A regulação da psicanálise: A culpa é do Lacan**. Intersecção Psicanalítica do Brasil.[2012] Disponível em: <[www.interseccaopsicanatica.com.br. art064.htm](http://www.interseccaopsicanatica.com.br/art064.htm)> Acesso em: 10 dez.2012.

NAVEAU, Pierre. Qu'est-ce qu'un psychanalyste? In: **Sur les Autres écrits de Jacques Lacan**. Paris, Revue Quarto, p. 76-78, janv. 2002.

QUINET, Antônio. **A estranheza da psicanálise: a escola de Lacan e seus analistas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. 206 p.

QUINET, Antonio. **Os outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012. 82 p.

RABINOVITCH, Solal. Le passeur arrimé. In **La Psychanalyse en Intension**. Paris, Revue Actes de l'ECF, n.1, Mars. 1981. p.4-5.

ROCH, Marie-Hélène. **L'historisation d'une analyse lectura et reprise des "effects paradoxaux dans la passé**, Paris, Revue Actes de l'ECF, n.52, p. 46-51, nov. 2002.

ROUDINESCO, Elisabeth. **História da psicanálise na França: A batalha dos cem anos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. 834 p.

\_\_\_\_\_. Repli individuel et malaise collectif. **Magazine Littéraire**, Paris, n.264, abr. 1989.

\_\_\_\_\_.; PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 863 p.

SAFOUAN, Moustapha. **Jacques Lacan e a questão da formação dos**

**analistas.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1985. 71 p.

\_\_\_\_\_. **A Transferência e o desejo do analista.** São Paulo: Papirus 1988, 248 p.

\_\_\_\_\_. **Lacaniana:** Les séminaires de Jacques Lacan (1953 – 1963). Paris: Fayard, 2001. p.267.

SILVESTRE, Danièle. **La psychanalyse dans notre monde.** Revue Actes de L'ECF. Paris, n.1, p.38-39, mars 1981.

SMIRNOFF, Victor . Análise e Supervisão. In: STEIN, Conrad, et al. **A Supervisão na Psicanálise.** São Paulo: Escuta 1992, p. 101-114.

STEVENS Alexandre. **Transmission et non-savoir.** Revue de l'ECF, 06/1991, n.18, - p. 167,1991.

TRILLING, Lionel; MARCUS, Steven. **Vida e Obra de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979. 779 p